

JOÃO LUIZ DE MORAES HOEFEL

Valores e Significados
A reflexão de Arne Naess sobre questões ambientais

Tese de Doutorado apresentada ao
Departamento de Antropologia do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas sob a orientação do Prof.
Dr. Carlos Rodrigues Brandão.

Este exemplar corresponde à
redação final da tese
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em
28/05/1999

BANCA

Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão

Prof. Dr. José Augusto Valladares Pádua

Profa. Dra. Laís Maria Borges de Mourão Sá

Profa. Dra. Leila da Costa Ferreira

Profa. Dra. Lúcia da Costa Ferreira

Maio/99



9915977

NUMERO	BC
CNPJ	38439
RUBR.	229/99
VALOR	R\$ 11,00
DATA	24/08/99
Nº CPD	

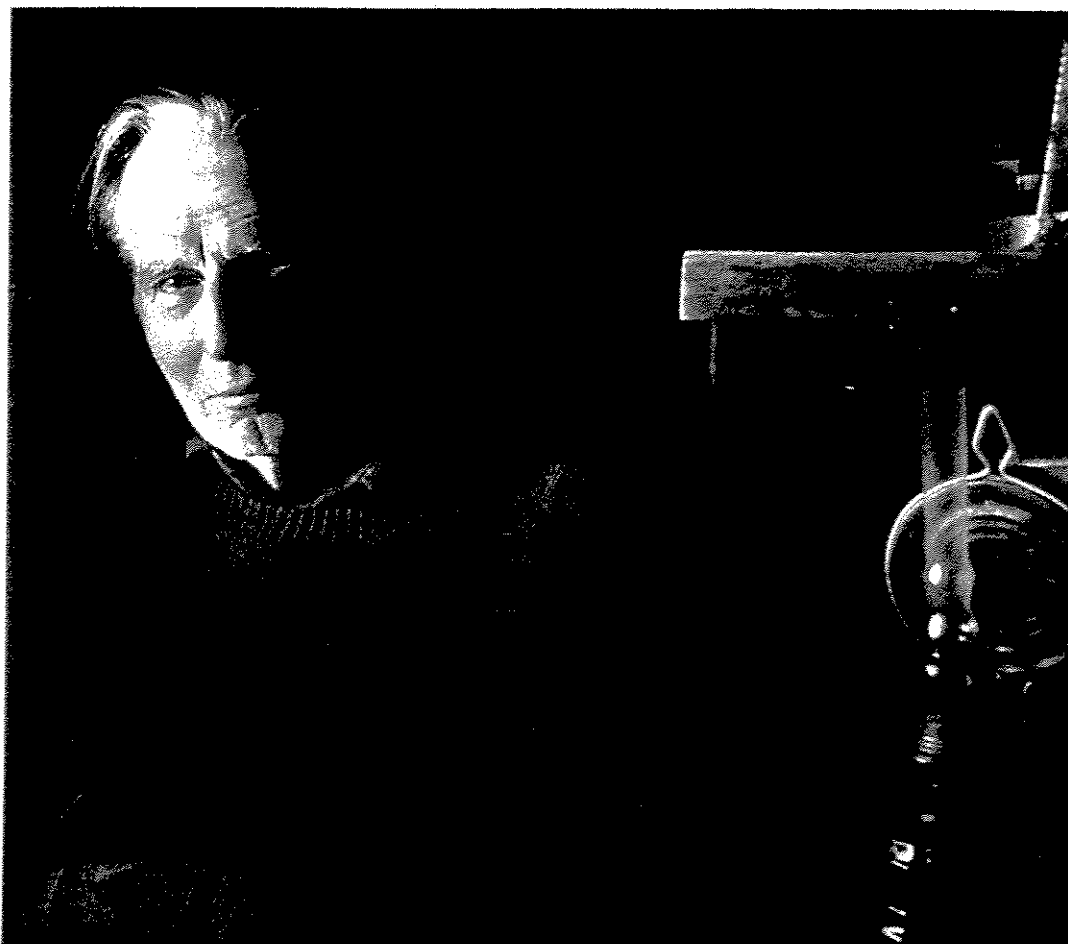
CM-00125606-6

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

H 671 v **Hoefel, João Luiz**
Valores e significados: a reflexão de Arne Naess sobre questões ambientais / João Luiz Hoefel. - - Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Carlos Rodrigues Brandão.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Naess, Arne. 2. Ecologia. 3. Ecologia – Filosofia. 4. Meio ambiente. I. Brandão, Carlos Rodrigues, 1940-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.



Arne Naess

Foto extraída do livro de David Rothenberg – Conversations with Arne Naess. Is it painful to think?

... these reflections instilled within me the idea of modesty – modesty in man's relationships with mountains in particular and the natural world in general. As I see it, modesty is of little value if it is not a natural consequence of much deeper feelings, a consequence of a way of understanding ourselves as part of nature in a wide sense of term.

Arne Naess

Sumário

Agradecimentos p.6

Preâmbulo p.9

Apresentação p.16

1. Questão ambiental – introdução ao problema p.20

- 1.1. Concepções sobre a questão ambiental – síntese de um debate p. 22
- 1.2. Problemas ambientais e suas características p.37
- 1.3. Valores como fundamentos da questão ambiental p.43

2. A visão de Arne Naess p.60

- 2.1. Da ciência ao Eu – apresentando o autor p.61

- 2.2. Reflexões sobre a relação ser humano/natureza p.67
- 2.3. Ecologia Profunda – a proposta de Naess p.72
- 2.4. Ecologia e filosofia..p.81
- 2.5. Ecosofia T p.88
 - 2.5.1 Auto-realização – uma abordagem psicológica para o ambientalismo p.101
 - Compatibilidade e maturidade p.104
 - Ação benévola p.105
 - Identificação p.107
 - Valor intrínseco p.108
 - Profundidade p.108
 - 2.5.2 Identificação: questões básicas p.111
 - Identificação e solidariedade p.112
 - Relação de igualdade p.114
 - Experiência profunda p.117
 - Espontaneidade p.119
 - Teia de relações p.119
 - Eu ecológico p.120

3. Ecologia Profunda p.122

3.1. O pensamento de Naess e o movimento em Ecologia Profunda p.123

Raízes da Ecologia Profunda p. 126

3.2. O Diagrama do Avental p.129

3.2.1. Fundamentos básicos do movimento em Ecologia Profunda
p.139

3.2.2. Valores, desdobramentos e ações práticas p.148

Fatos e valores p.148

Estilos de vida, tecnologia e questões político-econômicas
p.150

4. A contribuição da Ecologia Profunda p. 166

5. Bibliografia p.176

5.1. Bibliografia de Arne Naess p.177

5.2. Arquivo Arne Naess – Acervo Schumacher College p.182

5.3. Bibliografia geral e referências bibliográficas p.204

Agradecimentos

Assim como trabalhos dependem de idéias de outros, também dependem do afeto e colaboração de diversas pessoas. Desta forma, gostaria de agradecer aos diversos amigos que me auxiliaram:

- Rosa Maria Viana, por ser a amiga maravilhosa que é;
- David Silveira Ferreira, meu amigo e companheiro, pela dedicação e afeto;
- Maria Lúcia e Oscar Hoefel que, apesar dos anos e da distância, continuam a me apoiar;
- Prof. Dr. Carlos Rodrigues Brandão, pela confiança, amizade e orientação desse trabalho;
- Maria Dulce Sodré, pelo estímulo constante;
- Sara Marriott, pela inspiração;
- Suzana Machado Padua, pela motivação;
- Profa. Hilda Maria Cordeiro Braga, Diretora da Faculdade de Economia e Administração da Universidade São Francisco, pela amizade e por confiar em meu trabalho;

- Acácia A. Angeli dos Santos, Pró-Reitora Acadêmica da Universidade São Francisco, por ter possibilitado minha estadia na Inglaterra em 1994/1995;
- Barões Tadeuzs e Elizabeth de Gromoboy, pela hospitalidade amável e amiga que tem me proporcionado idas periódicas a Londres;
- Alda Maria Quadros do Couto, pelo incentivo e revisão criteriosa do texto;
- Nancy Costa da Silva, pelo apoio e amizade;
- Susana Menezes Franco, pelo apoio na elaboração das referências bibliográficas;
- Cecília Löfström, por ter me mostrado Jotunheimen e Tvergastein;
- Schumacher College e Dartington Hall Trust, na pessoa de Anne Phillips, pela Bolsa de Estudos concedida;
- Ao CNPq, pela concessão de uma Bolsa de Doutorado.

Cantiguinha

Cecília Meirelles

Brota esta lágrima e cai.
Vem de mim, mas não é minha.
Percebe-se que caminha,
sem que se saiba aonde vai.

Parece angústia espremida
de meu negro coração,
pelos meus olhos fugida
e quebrada em minha mão.

Mas é rio, mais profundo,
Sem nascimento e sem fim,
Que, atravessando este mundo,
Passou por dentro de mim.

Preâmbulo

Em geral apresentações de trabalhos começam com várias explicações. Este não vai ser diferente.

Este estudo é o fruto de uma reflexão de muitos anos. Iniciado formalmente no início da década de 90, ele foi aos poucos amadurecendo e hoje percebo que não poderia ter sido concluído antes, apesar de haver ainda um profundo sentimento de que sua construção talvez dure toda uma vida.

Muitos contribuíram para a construção deste trabalho e faço minhas as palavras de Warwick Fox :

Eu não vejo como alguém pode escrever sobre idéias e não desenvolver ao menos certo grau de consciência ecológica. Trabalhos escritos conduzem inevitavelmente à percepção de que nossas próprias idéias são uma interação complexa de idéias absorvidas de outros. Outros, cujas próprias idéias são, da mesma forma, idéias absorvidas de outros, e assim por diante... (Fox, 1990, p. XIII).

A vida, como muitos de nós percebemos, segue caminhos estranhos e muitas vezes nos conduz a conclusões e achados inesperados. A escolha profissional da década de 70, motivada mais por questões familiares do que por uma própria vocação, foi me conduzindo em direção ao estudo de duas questões que sempre me inquietaram: a compreensão dos problemas ambientais que eu percebia se

intensificarem, já na década de 60, e um eterna perplexidade com relação ao papel da humanidade neste planeta e sua dimensão espiritual ou, como alguns querem, sua relação com o transcendente.

Das imagens que guardo da infância, algumas dizem respeito a estas inquietações. Lembro de uma coruja morta, acidentalmente, por um empregado, e todo o sentimento de estranhamento que me provocou o contato com o corpo daquele ser. Durante alguns dias, o guardei numa caixa de goiabada e ficava horas, junto com um amigo de infância, observando os olhos, as penas e pensando como aquele ser viveria, o que pensaria. Enterramos com todo o cerimonial necessário e possível, para desenterrar no próximo dia e continuar a nossa análise. No final, por força da entropia, foi necessário enterrar definitivamente, pois a ação do tempo trouxe com ela um odor insuportável.

Outra imagem que guardo é a do céu e das nuvens. Deitava no quintal de casa e ficava horas observando as nuvens, cogitando para onde iriam, vendo suas formas e pensando em quanto mistério guardariam. O amor pelas nuvens e suas formas fui reencontrar anos depois, admirando as maravilhosas formações que se observa na Indonésia na estação das chuvas.

À medida que buscava respostas, elas iam se enriquecendo e ficando mais complexas. Chegar ao movimento ambientalista e me envolver com espiritualidade foram caminhos naturais. Aos poucos estes elementos foram se unindo e se tornaram um só, uma só busca, que talvez milhões de seres humanos partilhem comigo.

O encontro com o tema deste estudo se deu quando eu ainda morava no Centro de Vivências Nazaré, justamente numa época em que, por força de uma necessidade de redirecionar minha busca, procurava outros caminhos.

Acredito que, da mesma forma que para outras pessoas, meu contato com a Ecologia Profunda se deu através do livro de Devall & Sessions – **Deep Ecology**. Um presente, em 1988, de Sara Marriott, uma pessoa que teve e tem uma profunda influência em minha vida.

Foi deste momento minha aproximação com as idéias de Arne Naess, o filósofo norueguês responsável pela criação do termo Ecologia Profunda, que tem motivado diversos desdobramentos em termos de publicações, movimentos ambientalistas e revisão de conceitos na área ambiental.

Meu trabalho nasceu de reflexões e contatos realizados no Centro de Vivências Nazaré, em Nazaré Paulista, que acabaram me levando para a Inglaterra. Em Devon, no Schumacher College, as idéias da Ecologia Profunda foram tomando forma em minha mente. No começo de uma forma nebulosa, mas aos poucos fui juntando partes e amadurecendo uma visão que, talvez incompleta, traduz meu sentimento com relação à questão ambiental e como ele se funde com uma espiritualidade que considera a importância daquilo que podemos trazer de nós mesmos para o cotidiano.

A beleza física de Nazaré e de Dartington muito auxiliaram minhas reflexões. Devo a estes locais, e aos sentimentos que me despertaram e me despertam sempre,

a possibilidade de escrever este trabalho. Agradeço aos verdes de Nazaré e aos tons pastéis de Dartington.

A oportunidade de realizar cursos no Schumacher College, durante os anos de 1991 a 1996, quando pude encontrar Arne Naess e outros pensadores e aprofundar questões relativas à Ecologia Profunda, foi decisiva na elaboração desta tese. Foi lá que pude manusear e estudar diversos textos que me permitiram uma maior compreensão do pensamento de Naess, ampliando minha própria visão sobre a Ecologia Profunda.

O período que passei no Schumacher College, entre Julho de 1994 e Fevereiro de 1995, com uma Bolsa de Estudos concedida por essa Instituição, possibilitou meu contato com outras instituições de pesquisa e ensino, como o Centro de Ecologia Humana da Universidade de Edimburgo, a Universidade de Plymouth e a British Library, também importantes para este trabalho.

A publicação, desde 1995, de uma série de artigos e de livros, tanto de Naess quanto de outros autores que têm procurado caracterizar, de uma forma mais concreta, o corpo de idéias que fundamenta a proposta da Ecologia Profunda, também permitiram este trabalho. A bibliografia aqui apresentada está atualizada, dentro do possível, até dezembro de 1998.

Para a elaboração desta tese foi de grande valia a convivência com pessoas e instituições, no Brasil e em especial na Inglaterra, que fundamentam suas práticas individuais e profissionais nos conceitos expressos pela Ecologia Profunda, e que

têm auxiliado e possibilitado a aplicação e implementação prática de sua base teórica.

Procurei sistematizar a base do pensamento de Arne Naess, desde a criação do termo Ecologia Profunda e as influências que o levaram a elaborar este enfoque, até suas reflexões mais atuais, mas busquei, em especial, apresentar as idéias de Naess e sua colaboração para a compreensão de questões ambientais.

Longe de esgotar todas as possibilidades, este trabalho permanece aberto para novos desdobramentos, mesmo porque a resolução dos problemas ambientais, ao meu ver, deverá caminhar por uma revisão dos valores humanos, atualmente em pauta, e não sabemos quanto tempo isto necessita e nem para onde este questionamento nos levará.

Nazaré/verão Londres/inverno 1999



Schumacher College (Foto: João Luiz Hoefel)



Nazaré Paulista (Foto: João Luiz Hoefel)



Nazaré Paulista (Foto: João Luiz Hoefel)

*There is just as much beauty visible to us in the landscape as we are prepared to appreciate
– not a grain more.*

Thoreau

Apresentação

Nos últimos 50 anos a discussão ambiental vem sendo incluída nos mais diversos setores da sociedade, incorporando a preocupação e a busca de soluções para diversos problemas, em programas e ações que têm mobilizado governos, instituições, segmentos civis e pessoas em todo o mundo.

Problemas ambientais gerais, os riscos como poluição, superaquecimento, extinção de espécies, crescimento populacional, consumo excessivo de recursos naturais, entre outros, passaram a fazer parte do cotidiano de muitas pessoas.

A década de 60 foi marcada pelas polêmicas em torno da contaminação de recursos naturais, em nome do aumento da produção de alimentos, e de problemas resultantes da poluição.

Nos anos 70, eventos como a Conferência de Estocolmo estabelecem debates e questionamentos mais acirrados a respeito dos grandes impactos industriais, envolvendo cientistas e grupos sociais de diversas procedências.

As tendências políticas em torno das discussões sobre poluição industrial e miséria alcançaram a década de 80, ampliadas pela revisão crítica dos modelos sociais vigentes, seus excessos e impactos. Nesse período surgem, de uma forma mais ampla, as discussões sobre desenvolvimento sustentável.

A ampliação de correntes de pensamento, postulados de referências e discussões levou a duas tendências de ampla abrangência: os movimentos sociais de

denúncias e reivindicações e as reflexões filosóficas que pretendem gerar mudanças no âmbito dos próprios movimentos. Ambas com repercussões na formulação de políticas ambientais.

Esta tese situa-se como tentativa de compreensão da inserção filosófica no caso específico dos movimentos ecológicos. Mais exatamente, pretende-se expor a estreita relação entre o pensamento do filósofo norueguês Arne Naess e a chamada Ecologia Profunda, através de considerações que incluem os seus textos, seus analistas, seus colaboradores e seus críticos.

Procurei sintetizar neste trabalho a contribuição de Arne Naess para a compreensão e proposta de soluções para problemas ambientais; apresentar e sistematizar, dentro do possível, seu pensamento, as idéias básicas que compõem a Ecologia Profunda, bem como suas raízes históricas; elaborar um pouco os desdobramentos e influências que esta visão pode ter sobre a questão ambiental.

Apesar de Arne Naess ter uma produção científica considerável, ele não se preocupou com a publicação de todos os seus trabalhos. A possibilidade de acesso ao arquivo de Arne Naess pertencente ao Schumacher College foi fundamental para a elaboração desta tese. Além de conter artigos publicados em revistas de circulação restrita, e desta forma de difícil acesso, esse arquivo contém vários artigos de Naess ainda não publicados, alguns com anotações do próprio Autor, que estão sendo preparados para publicação entre 1999 e o ano 2000. O estudo desse material inédito foi essencial para a realização deste trabalho.

O trabalho e as reflexões de Arne Naess ainda não são de domínio público geral. No Brasil, como em outras partes do mundo, seu trabalho e reflexões ainda são pouco conhecidas. O termo Ecologia Profunda tem sido, inclusive, entendido de forma equivocada, talvez por esta abordagem não ter sido suficientemente discutida.

O estudo da Ecologia Profunda e o contato com pensamento de vários autores, que na atualidade se dedicam à análise da complexa relação do ser humano consigo mesmo e com o mundo natural, tem permitido expandir diversos conceitos, bem como auxiliar na compreensão dos valores que orientam a sociedade moderna.

Uma análise das publicações que fazem referência à Ecologia Profunda mostra que existe a necessidade de uma sistematização das idéias e dos conceitos expressos por Naess, de forma a caracterizar seu pensamento e postura e assim elucidar certas dúvidas e distorções. É neste sentido que busco contribuir.

O primeiro capítulo apresenta uma contextualização de acontecimentos e autores significativos para a compreensão dos problemas ambientais. Uma revisão dos valores que orientam a sociedade moderna é apresentada como um elemento importante para o encaminhamento de soluções da crise ambiental.

O segundo capítulo caracteriza o pensamento de Naess, apresentando considerações sobre sua formação e as idéias básicas de sua proposta para a Ecologia Profunda. O Autor, em sua análise, une filosofia, psicologia e ecologia expressando esta relação na palavra *ecosofia*. A Ecosofia T constitui a elaboração ecosófica específica de Naess, e está baseada nos princípios da identificação e auto-realização.

O terceiro capítulo expressa a relação entre o pensamento de Naess e o movimento em Ecologia Profunda, estabelecida de forma original pelo esquema denominado “*diagrama do avental*”, que sintetiza o encadeamento dos diversos níveis – do mais teórico ao mais prático - necessários para a concretização da proposta ecofilosófica do autor. O estabelecimento de valores prioritários é apresentado como um elemento fundamental na implementação das mudanças sugeridas pela Ecologia Profunda, que incluem aspectos políticos, sociais, econômicos, tecnológicos e ideológicos.

O quarto capítulo, que constitui a conclusão, resgata algumas questões centrais da problemática ambiental e relaciona a contribuição de Naess e da Ecologia Profunda com valores e significados, já expressos em antigas tradições e filosofias .

A bibliografia está organizada em tópicos que distinguem a obra de Arne Naess, as obras consultadas e os títulos referenciados.

Os artigos que compõem o Arquivo de Arne Naess, acervo do Schumacher College, na sua maioria inéditos, são apresentados em resenhas sintéticas, com a intenção de facilitar a consulta do leitor. Alguns, em função de sua importância para esta tese, foram descritos com maior detalhamento. Os artigos publicados em revistas, ou coletâneas de mais fácil acesso, não tiveram o mesmo tratamento.

1. Questão ambiental – introdução ao problema

One of the fundamental issues addressed by all traditions is the relationship between humans and the rest of nature. Are humans an integral part of nature or are they separate from it and in some way superior to it?

Clive Ponting

Nas últimas décadas, uma intensa e constante atenção tem sido colocada sobre a problemática ambiental e sobre os possíveis riscos que seu agravamento possa acarretar para a sobrevivência da humanidade e de suas sociedades. Quando observamos a situação ambiental hoje, detectamos vários problemas de diferentes naturezas e amplitudes, assim como uma série de paradoxos e contradições.

Problemas globais como, por exemplo, a poluição das águas, a redução da camada de ozônio, a extinção de espécies, o efeito estufa, o crescimento populacional, o consumo maciço de recursos, entre outros, têm sido o pólo de atenção, pesquisa e estudo de cientistas, políticos e mesmo da população em geral.

Soluções têm sido propostas, ações e programas implementados em todo o mundo, visando atenuar ou resolver os impactos diversos causados ao ambiente.

Poucas questões têm sido tão rapidamente incorporadas na preocupação e ação coletivas quanto a problemática ambiental. Gradativamente, nos últimos cinquenta anos, esta temática vem sendo incluída nos mais diferentes setores da sociedade, tais como programas de governo, ações da sociedade civil organizada, programas de pesquisa e estudo de universidades e sistemas de ensino em geral, projetos de setores privados, recebendo inclusive amplo destaque nos meios de comunicação, através de publicações e espaços específicos para apresentação e discussão de temas relacionados ao ambiente. Enfim, hoje a questão ambiental faz parte do cotidiano das pessoas em grande parte do mundo.

1.1. Concepções sobre a questão ambiental – síntese de um debate

A ação do homem sobre o ambiente tem merecido atenção de estudiosos, historiadores e filósofos, em diversos períodos históricos, mas com caráter restrito e pontual. É neste século que a preocupação global começa a se manifestar, em especial a partir da década de 60, quando começam a surgir análises amplas sobre problemas ambientais. Como marco pode-se destacar o trabalho polêmico de Rachel Carson, sobre a contaminação dos recursos naturais pelo uso indiscriminado dos agrotóxicos, considerados, então, como a solução para aumentar a produção de alimentos no mundo.

Na década de 70, a preocupação com o ambiente já ganha fórum internacional e a Conferência de Estocolmo, em 72, aponta o sentido da preocupação então existente, que no dizer de Stahel (1995), se apresentava ligada ao espaço vivencial local – poluição dos rios, do ar, provocada pelas indústrias e automóveis, entre outros, as lutas contra a construção de aeroportos, usinas atômicas, hidroelétricas, etc.

A atenção dada a esses temas reflete a preocupação de grupos de cientistas da época e dos movimentos sociais, que em vários lugares do mundo, principalmente do mundo “desenvolvido”, iniciam manifestações contra os efeitos visíveis da poluição. Mesmo assim, no Fórum Internacional de 72, os países em vias de

desenvolvimento viam a preocupação ambiental com desconfiança, como por exemplo, a posição brasileira que liderou a oposição às propostas de contenção da poluição industrial, opondo a este pensamento a poluição da miséria que exigia o desenvolvimento industrial.

Segundo Stahel, a argumentação brasileira justificava assim,

... em plena época do milagre, um modelo de “progresso” cego às questões ambientais e que procurava justamente tirar da exploração do meio ambiente o seu dinamismo, “gerando” riquezas e atraindo os capitais multinacionais (Stahel, 1995, p. 12).

Nos anos 80, o debate se amplia para incluir questões novas, advindas de uma profunda mudança na compreensão do problema, que passa a ser visto como decorrência da expansão e preponderância das economias de caráter urbano-industrial, tendo por base a acumulação de capital engendrada na super-exploração dos recursos naturais e da força de trabalho. Neste enfoque:

A ênfase é dada ao processo de acumulação de capital tomado como norteador dos rumos do desenvolvimento de um país, englobando tanto as economias do sistema capitalista como as dos sistemas socialistas, entendidas na ótica de um modelo de capitalismo de estado, no qual prevalecem as mesmas leis básicas de geração de mais valia, apropriada pela tecno-burocracia partidária estatal.

Nesta perspectiva se ressalta o modelo de crescimento prevalecente na ideologia urbano-industrial, que subordina e desarticula todas as outras formas de organização social e produtiva que não se orientem pelos padrões mercantilizados, próprios das economias baseadas na acumulação de capital (Hoefel & Viana, 1992, p. 39).

Começam a surgir questionamentos quanto à natureza do desenvolvimento econômico pretendido, e se introduz a questão da sustentabilidade no debate ambiental.

Segundo Hogan & Vieira (1992), é nesse momento que se coloca a necessidade de superação das concepções conservacionistas e tecnocráticas para, em suas palavras:

a construção de enfoques integrativos, capazes de transpor a discussão do nível de preocupação unilateral pela preservação do ambiente físico e por estratégias remediais de controle de excessos de poluição para o nível do questionamento preventivo do foco irradiador da problemática ambiental: o estilo de desenvolvimento sócio-econômico subjacente à dinâmica de funcionamento das modernas sociedades industriais (Hogan & Vieira, 1992, p.7).

Este é o enfoque dos trabalhos de Sachs (1986), assim como de outros pensadores, que trouxeram contribuições importantes, dando subsídios às

formulações oficiais como a do Relatório Brundtland de 87, elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que utiliza o conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Neste relatório, publicado com o nome “Nosso Futuro Comum”, desenvolvimento sustentável é compreendido como aquele que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras atenderem às suas, e para isso, nas palavras da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento:

... é preciso que todos tenham atendidas as necessidades básicas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações a uma vida melhor (CMMAD, 1988, p.47).

A Comissão alerta para o fato de que o desenvolvimento sustentável não é um estado permanente de harmonia, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, a orientação dos investimentos, os rumos do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão de acordo com as necessidades atuais e futuras, e depende, em última análise, do empenho político. Para tanto, torna-se necessário que se promova o atendimento das necessidades básicas, que se adote um estilo de vida compatível com os recursos ecológicos do planeta e que haja um equilíbrio entre tamanho e aumento da população, em harmonia com o potencial produtivo cambiante dos ecossistemas.

Este é o centro do encontro da Rio-92, que teve como tema *Meio Ambiente e Desenvolvimento*. O enfoque passa a ser dado a problemas globais, que independente dos locais no qual se originam, estendem suas conseqüências para outros espaços, impactando a vida no planeta, como por exemplo: o efeito estufa, a chuva ácida, a redução da camada de ozônio, as alterações climáticas, o problema da radioatividade nuclear, entre outros.

Segundo Stahel:

... ao longo destes 20 anos, de fato a Terra se tornou o pequeno planeta azul, tal qual havia registrado a missão Apolo em 1968, sem fronteiras nacionais, pequeno, limitado e magnífico em sua fragilidade. Para tal, muito contribuíram as inúmeras catástrofes ambientais, novas descobertas de desequilíbrio que foram (e vêm) se sucedendo em ritmo cada vez mais acelerado: os acidentes com os grandes petroleiros, a descoberta de vestígios de chumbo, mercúrio e outros poluentes no gelo da Antártida; Three Miles Island (79); Bhopal (84); o tristemente esquecido Césio-56 em Goiânia; o problema da chuva ácida (descoberta a partir dos anos 70); os modelos prevendo os desequilíbrios climáticos (anos 80) e a detecção do buraco nas camadas superiores de ozônio (descoberto apenas em 1985/86) (Stahel, 1995, p. 13-14).

Para o Autor, da experiência local, imediata, passamos aos problemas globais, intangíveis. A ciência toma posse do problema ambiental, via simulações por

computador, satélites, e pela gestão planetária. A preocupação se desloca dos problemas ligados à escassez de recursos energéticos e minerais primários, para as indagações relativas à capacidade da biosfera para absorver os dejetos humanos. Nas palavras de Stahel:

Da preocupação com o estoque de baixa entropia disponível, percebe-se que o homem se auto-destruirá muito antes pelos volumes de alta entropia resultantes no final do processo econômico, alterando profundamente todos os equilíbrios biosféricos nos mares, na atmosfera e nos continentes (Stahel, 1995, p. 14).

Nesse processo de mudanças de enfoque da questão ambiental, do local para o planetário – global, os movimentos sociais e ecológicos deram grande contribuição, abrindo debates com cientistas e buscando alternativas viáveis para a atuação humana em diversos campos como da economia, da indústria, da agricultura, da educação e do desenvolvimento tecnológico.

Segundo vários autores, como Viola (1987) e Ferreira (1990), estes movimentos ganham força em todo o mundo e se constituem em elemento provocador e detonador de respostas institucionais, políticas e econômicas em vários níveis.

Ferreira (1998) analisa os movimentos sociais contemporâneos, que se colocam como espaços politizados, compartilhando o poder com outros níveis, como o estado e forças econômicas:

São os espaços domésticos, da produção, da cidadania, o espaço mundial; cada um deles constituindo um feixe de relações sociais que, conectando-se em suas várias interfaces pela ação política, rompem seu lugar amorfo e meramente interativo que o campo político institucional lhes havia designado. Em conjunto, podem tornar visível uma multiculturalidade atuante que poderia se tornar capaz, no tempo, de identificar relações de poder e imaginar maneiras de as transformar em relações de autoridade compartilhada (Ferreira, 1998, p. 28).

Assim, um movimento que se coloca no panorama ecológico como denunciativo, se transforma em construtivo, passando, em vários lugares do mundo, a buscar soluções para problemas ambientais concretos.

Esse fato tornou-se visível no espetáculo do Fórum Global da Eco-92, quando, nas várias estruturas, se discutiam e se trocavam experiências que grupos do mundo inteiro já colocavam em prática.

Esse encontro mostrou que diferentes culturas, em diferentes ecossistemas, buscam soluções para uma relação harmoniosa entre o ser humano e a natureza, seja resgatando conhecimentos milenares ou desenvolvendo propostas tecnológicas que não determinem impactos ambientais, desenvolvendo programas de educação ambiental na comunidade, debatendo a contribuição do feminino para a superação dos problemas ambientais, da mídia em geral e, entre tantos outros efeitos, alterando

rumos dos movimentos populares para incluir a questão ambiental em seus objetivos.

O Fórum Global deixou claro que os problemas ambientais não atingem uma ou outra classe social, grupo ou nação, mas dizem respeito a toda humanidade, e devem ser assumidos como responsabilidade pessoal - de cada um dos indivíduos, e social – de cada grupo, país e organizações políticas internacionais.

Essa atuação reduziria o perigo, apontado por pensadores como Illich (1973), Dupuy (1980) e Gorz (1978) entre outros, de que o agravamento da crise ambiental poderia levar ao tecnofacismo que aprofundaria o sistema social excludente, impondo a supremacia de uma elite tecnocrática, caso a sociedade civil se mantivesse ausente do processo de reestruturação social, o único capaz de atuar efetivamente no enfrentamento dos problemas ambientais.

Em 1991, no Congresso Holístico de Belo Horizonte, Nancy Mangabeira Unger, em sua análise sobre a consciência ecológica, aborda dois movimentos que em 68 se contrapõem à estrutura social e econômica vigentes, e que trazem aspectos distintos que se complementam:

- um apontando para as estruturas sociais e coletivas, expresso pela mobilização estudantil que eclode em várias partes do mundo, mostrando a necessidade de uma revolução política, econômica e social, para superar a divisão de classes e a exclusão de parcelas da humanidade dos benefícios gerados pela produção da riqueza social;

- outro apontando o papel do indivíduo na construção social, representado pelo movimento hippie, que buscava a superação do modelo hegemônico da sociedade industrial de consumo, pela ação individual e grupal, com a constituição de pequenas comunidades alternativas que se organizam em outra base social e produtiva. Nessas comunidades as relações sociais de trabalho se dão em função dos talentos e possibilidades de participação de cada indivíduo, e os frutos da riqueza gerada são apropriados coletivamente, dentro de uma proposta que confere peso ao papel do indivíduo na organização social, se aproximando do ideal anarquista.

Segundo Nancy Mangabeira Unger, a consciência ecológica faz uma síntese desses dois movimentos históricos e de suas contribuições, enfatizando tanto a necessidade de reestruturação do sistema sócio-econômico e político, através da mobilização popular e partidária, como a necessidade de um empenho pessoal, individual e intransferível, de cada um, na adoção de uma nova forma de viver e estabelecer relações harmoniosas em todos os níveis – consigo mesmo, com o grupo de convivência na sua sociedade, com outras culturas, com o ambiente e com o planeta Terra.

Da síntese dessas duas vertentes – coletivo e pessoal, é que se pode estruturar uma sociedade sustentável, justa e equilibrada.

Um pensamento da mesma natureza já estava presente na visão de Gandhi, que ao lado de um comprometimento político com mudanças estruturais, colocava também a necessidade de um compromisso pessoal na expressão de uma prática cotidiana coerente e verdadeira.

Antecipando o debate ecológico, Gandhi já propunha, em sua luta política, a necessidade de adoção de um modo de vida baseado na simplicidade voluntária, compondo um quadro de sustentabilidade e equilíbrio com a natureza através do aproveitamento e utilização dos recursos locais, a recuperação de conhecimentos milenares, a convivência pacífica de etnias e religiões e a sacralização do cotidiano. Na visão de Torchia:

Gandhi foi um pioneiro tanto da abordagem de uma vida mais plena, com uso de menos recursos – mais com menos, quanto de uma abordagem na perspectiva da Ecologia Profunda que percebe a unidade de todos os elementos da biosfera e suas ligações espirituais (Torchia, 1997, p. 231).

Para este autor, que explorou as raízes ecológicas do pensamento de Gandhi, as razões para a renúncia às atividades que podem ferir outros elementos vivos têm pouco a ver com um ascetismo religioso tradicional, que busca a salvação. Estão ligadas, na realidade, com a possibilidade de criar um espaço para o bem estar de todos (*sarvodaya*) e com uma vida responsável, integrada e alegre. Em sua visão,

Gandhi viveu e pregou uma frugalidade preservadora da natureza de forma a viver simplesmente e assim permitir que outros, incluindo seres não humanos, também possam viver (Torchia, 1997, p. 231).

As propostas de Gandhi, baseadas na experiência histórica da Índia, submetida aos interesses econômicos da Inglaterra, apontam para a noção de necessidades artificiais criadas pela sociedade de consumo, que precisam ser revistas.

Este é também o enfoque de Max Neef (1992) e seus colaboradores, que em 1986 elaboraram o trabalho “*Desenvolvimento em escala humana*”, no qual apontam o equívoco existente na análise das necessidades humanas que não distingue o que são propriamente essas necessidades, das formas e maneiras de atendê-las.

Explicitando essa diferença, Max-Neef formula dois postulados:

1º. Quanto às necessidades humanas fundamentais, que ao seu ver são finitas, poucas e classificáveis. Manifestam-se em todas as culturas humanas em ritmos e períodos distintos, dependendo do trajeto social e histórico particular e concreto de cada sociedade humana.

Assim as necessidades são de caráter universal, mas de natureza histórica e social, e se manifestam nas diversas culturas conforme seu próprio trajeto, numa visão evolutiva apontada pelos autores.

Nesse processo se constituem como necessidades fundamentais da espécie humana desde as suas origens, as de subsistência, proteção, conhecimento e afeto. Seguem-se no decorrer do processo histórico as de participação, apreciação da vida, expressão criativa, identidade e liberdade. Para um futuro imediato, os autores vislumbram a expressão da necessidade de transcendência que já se manifesta, na atualidade, em vários grupos de diferentes sociedades.

As necessidades se constituem em ritmos extremamente lentos, em correspondência ao processo evolutivo da espécie humana em seus vários contextos culturais.

2º. O segundo postulado diz respeito à escolha de satisfatores, ou seja, as formas e maneiras de atender às necessidades humanas que cada cultura, em diferentes períodos históricos e contextos sócio-econômicos, elegem e adotam.

Essas formas e maneiras podem se alterar em ritmo dinâmico, de acordo com a história própria de cada cultura, se apresentando com naturezas diversificadas em vários contextos culturais e circunstâncias históricas. Assim cada sistema social adota diferentes estilos para satisfazer as mesmas necessidades humanas fundamentais. Max-Neef ressalta:

Cada sistema econômico, social e político adota diferentes estilos para satisfazer as mesmas necessidades humanas fundamentais... Um dos aspectos que define uma cultura é sua escolha de satisfatores. As necessidades humanas fundamentais de um indivíduo que pertence a uma sociedade consumista são as

mesmas daquele que pertence a uma sociedade ascética. O que muda é a qualidade e a quantidade dos satisfatores, e/ou as possibilidades de ter acesso aos satisfatores necessários. Desta forma o que está culturalmente definido não são as necessidades humanas fundamentais, mas as formas de satisfazer essas necessidades (Max-Neef et al., 1986, p. 27).

Na perspectiva de um “desenvolvimento centrado em pessoas”, como é proposto pelos autores, deve-se repensar o contexto atual das necessidades humanas, deixando de relacioná-las somente com bens de serviço que se supõe satisfazê-las, para incluir também práticas sociais, formas de organização, modelos políticos que moldam e expressam a satisfação dessas necessidades.

A noção de desenvolvimento, nessa perspectiva, integra a realização das necessidades humanas a um processo social autodeterminado e participativo, respeitando as condições locais, ambientais, tecnológicas e culturais.

Este enfoque de conceito de desenvolvimento, segundo Branco (1988), se aproxima do sentido etimológico da palavra, significando liberar ou expandir algo que está aí envolvido, permitindo manifestar o potencial que já existia:

... nenhum desenvolvimento pode vir de fora para dentro. Ele é sempre o desabrochar natural de algo que já existia em germe ou em embrião (Branco, 1988, p.84).

Entretanto, a concepção de desenvolvimento centrada, basicamente, em necessidades humanas tem recebido várias críticas, e existem, segundo Fox (1989), Eckersley (1992) e outros autores, duas perspectivas centrais para essa questão: uma abordagem ecológica antropocêntrica e outra ecocêntrica.

A perspectiva antropocêntrica privilegia um modelo de desenvolvimento e a elaboração de políticas ambientais voltadas para a emancipação e realização humana, em uma sociedade ecologicamente sustentável. Nesse caso o mundo não-humano é concebido como um estoque de recursos para fins unicamente humanos.

A abordagem ecocêntrica busca os mesmos objetivos, dentro de um contexto mais amplo, incluindo as necessidades e a realização de potencialidades do mundo não-humano, que apresenta valor em si mesmo.

Essa abordagem inclui uma visão do ser humano como parte integrante da natureza: ao se pensar em satisfazer necessidades humanas, estão presentes as condições para que outras formas de manifestação da vida também possam se desenvolver. Isto envolve uma compreensão da conexão e interdependência entre elementos humanos e não-humanos, vendo-se, segundo Branco (1989), *em todos os seres da natureza uma identidade cósmica, ou distintas manifestações do mesmo cosmos*.

Para Brandão (1994, p.87), a questão que se impõe é o alargamento do círculo da convivência, isto é, “o deslocamento do eixo de tudo, de *o-homem-como-ser-sobre-a-vida* para *a-vida-de-que-o-homem-é-parte*. Parte e ser de partilha, pela primeira vez fora de si mesmo”.

Essa não tem sido a visão predominante em diversas sociedades e culturas humanas, em especial nas sociedades hegemônicas industriais de consumo, que privilegiam uma abordagem dissociativa, voltada para a satisfação das necessidades, nem sempre reais, de poucos, em detrimento de milhões de pessoas excluídas e da destruição da vida não-humana, com o comprometimento de toda a vida no planeta.

1.2. Problemas ambientais e suas características

A poluição do ar, da água e do solo são os efeitos mais visíveis da ação destrutiva dos seres humanos na sociedade urbano industrial de consumo, afetando todos os países do globo. Segundo Padua (1984), o espectro da poluição abarca desde a *poluição da miséria*, causada pela ausência da infra-estrutura de saneamento básico e condições adequadas de vida e trabalho, visíveis em países de terceiro mundo, até a *poluição da opulência*, decorrente das atividades industriais e urbanas, que geram, entre outros, os dejetos químicos e o lixo produzido pelo consumo e desperdício das elites.

Este quadro ambiental determina impactos diversos que alteram ecossistemas, pondo em risco tanto a diversidade biológica quanto a cultural, e levando ao perigo de extinção etnias e espécies, o que ocasionaria uma perda irreparável para todos.

A megafauna mundial - tigres, ursos, rinocerontes, gorilas, baleias, etc. - está à beira da extinção. As áreas mundiais silvestres preservadas são muito pequenas e descontínuas para impedirem a extinção de inúmeras espécies animais e vegetais. As estratégias para proteção da vida silvestre têm se mostrado em muitos casos inadequadas, ou mesmo insinceras por não conterem um propósito verdadeiro, constatando-se, em geral, falta de fundos para proteger adequadamente os poucos ecossistemas silvestres remanescentes.

Este mesmo raciocínio se aplica à preservação de etnias e culturas tradicionais em todo o mundo, objeto de estudo de diversos pesquisadores (Hamilton, 1993; Milton, 1993, 1996), que têm apresentado um quadro paradoxal.

De um lado vemos a importância do resgate do conhecimento construído historicamente por essas culturas em suas relações com o ambiente natural. Por outro lado temos acompanhado o desaparecimento contínuo dessas etnias, como demonstrou Carlos Marés de Souza Filho no Seminário Índia - Brasil, em outubro de 1998, em Uberaba, ao analisar a situação das culturas Latino-americanas tradicionais. Na visão do conferencista, o desaparecimento de etnias é devido ao predomínio de uma noção de desenvolvimento que desconsidera todas as outras formas culturais de reprodução social, impondo o modelo de vida da sociedade hegemônica.

Numa perspectiva antropológica, Kay Milton (1996) sugere que a preservação da diversidade étnico cultural se justifica porque,

... se nenhuma cultura tem a chave para a sabedoria ecológica, é então essencial conservar o maior número possível de formas de interagir com o ambiente, se nós queremos maximizar as chances de sobrevivência para a nossa espécie e para aquelas com as quais partilhamos o planeta (Milton, 1996, p. 225).

Nos últimos anos, apesar da aparente preocupação mundial e mesmo governamental, tem ocorrido um grande aumento na perda de ecossistemas silvestres e habitats. Menotti (1998), em seu trabalho sobre o aumento do

desflorestamento mundial desde a conferência Rio-92, aponta para uma série de fatos, como por exemplo a exploração de vastas áreas florestadas na Sibéria, a suspensão pelos Estados Unidos das Leis sobre Florestas Nacionais de forma a explorar os últimos remanescentes e o aumento de queimadas e explorações na Amazônia. De acordo com diversos especialistas, essa situação continuará a piorar dramaticamente nas décadas futuras, a menos que ocorra uma virada miraculosa na forma como as sociedades modernas comportam-se no planeta.

Anfíbios, insetos, pássaros, e milhares de outras espécies estão desaparecendo como resultado de uma superpopulação humana, de um modelo de desenvolvimento e crescimento econômico sem limites e de um consumo exacerbado.

Cabe indagar por que existe grande soma de recursos para determinados experimentos e projetos, em especial os que acarretam grandes impactos ambientais (Gorelick, 1998), enquanto os necessários para proteger e preservar culturas tradicionais e a vida silvestre e seus habitats são totalmente inadequados.

Entretanto, essa intervenção humana sobre o ambiente não é nova. Diversos estudos (Ponting, 1991; Perlin, 1992) têm demonstrado que os seres humanos e suas sociedades sempre alteraram e impactaram, positiva ou negativamente, o mundo natural.

Segundo McLaughlin (1993), os seres humanos têm modificado a Terra durante toda a sua história e provavelmente continuarão a fazê-lo. A questão que se coloca é o grau e a intensidade dessa interferência.

Existe, entretanto, na visão de diversos autores (Roszak, 1992; Ponting, 1990), uma dimensão histórica na crise ambiental, que a torna relevante no momento atual. Se no passado as sociedades alteraram seus habitats de forma a colocarem em risco sua sobrevivência, esse efeito tinha uma repercussão muito menor que a observada hoje. O poder para transformar o ambiente global tornou-se enorme e praticamente instantâneo.

Todas as formas de vida modificam seus contextos e, segundo Miller (1996), uma das formas mais espetaculares em que isto pode ser verificado são os corais. Ao atender aos seus próprios fins, os corais têm criado um vasto mundo submarino que favorece o desenvolvimento de milhares de animais e plantas. Esse, seguindo o pensamento de Max-Neef, é um exemplo claro de um sistema sinérgico de atendimento de necessidades da espécie, no qual atender a uma necessidade particular também possibilita que outros elementos do sistema tenham atendidas suas necessidades. No caso dos corais, a sinergia se manifesta na formação de um habitat propício para o desenvolvimento e manutenção de outras formas de vida.

Vários autores chamam atenção para o poder de transformação das atividades humanas sobre o ambiente natural através de vários exemplos.

Para Soulé & Lease (1995), as hipóteses de que o método de caça baseado no fogo teria criado a maior pradaria do mundo e ajudado a exterminar os mamíferos gigantes do pleistoceno de várias regiões do mundo parecem plausíveis, ou mesmo provadas.

Segundo Ponting (1991), por no mínimo seis milênios a região do baixo Nilo tem sido uma criação humana, ao contrário da região pantanosa que a natureza teria criado. A Represa de Assuam, que inundou 5000 milhas quadradas, é somente o último estágio nesse longo processo.

Perlin (1992) aponta que em diversas regiões o terraceamento ou irrigação, o pastoreio, o corte de florestas pelos Romanos para construção de barcos para lutar contra os Cartagineses, ou pelos cruzados, determinou profundas mudanças em diversos espaços e ecossistemas, ao longo da História.

Ações semelhantes são apontadas por Schama:

*... a atuação dos vários ecossistemas que sustentam a vida no planeta independe da interferência humana, pois eles já estavam agindo antes da caótica ascendência do **Homo sapiens**. Mas também é verdade que nos custa imaginar um único sistema natural que a cultura humana não tenha modificado substancialmente, para melhor ou para pior. E isso não é obra apenas dos séculos industriais. Vem acontecendo desde a antiga Mesopotâmia. É contemporâneo da escrita, de toda nossa existência social. E esse mundo irreversivelmente modificado, das calotas polares às florestas equatoriais, é toda a natureza que temos (Schama, 1995, p. 17).*

Conferências, congressos e atividades inúmeras têm sido realizadas no mundo inteiro, procurando compreender, abordar e resolver essa situação. Diversas críticas sobre a estrutura da sociedade foram elaboradas, diversas alternativas propostas, mas

a implementação da mudança, a real adoção de medidas que minimizem e superem esses diversos efeitos parecem muito lentas em relação à urgência da situação.

1.3. Valores como fundamentos da questão ambiental

A questão dos valores que fundamentam a ação humana e seus efeitos na problemática ambiental passa a se manifestar na década de 90, na produção de vários autores. Dwivedi, por exemplo, que nos anos 80 vinha refletindo sobre as alterações que as decisões advindas da instância política impunham sobre os ecossistemas, amplia sua análise para incluir o resgate de valores milenares na compreensão da problemática ambiental:

... sem uma mudança em nosso sistema de valores atuais, haverá pouca esperança de solução para os problemas ambientais que enfrentamos hoje, pois basicamente precisamos perceber que novas imagens, valores e arquétipos que as pessoas têm em suas cabeças dão forma às instituições, tecnologias e ambientes que também estão em suas cabeças. Assim uma nova consciência deverá ser desenvolvida e deverá ser baseada em uma ética ambiental embasada na rica herança cultural e espiritual mundial (Dwivedi, 1997, p. 26).

Shepard (1995) enfatiza essa situação ao colocar:

Nós sabemos, por exemplo, que a extensa remoção de florestas primevas que ocorre, cerca de mil anos atrás no Velho Mundo, da Espanha e Itália até a Escandinávia, se repetiu na América do Norte no século passado e ocorre hoje na Bacia Amazônica, na Malásia e na Região dos Himalaias. Grande parte do solo do interior da China e das terras de altitude dos Rios

Ganges, Eufrates e Mississipi foram carreadas para seus deltas e neste momento a população mundial e a demanda energética aumentaram várias vezes. O número de espécies animais extintas está na ordem de centenas. Algo misterioso parece bloquear a vontade corretiva, que não uma simples ambição privada ou inércia política. Seria uma filosofia ou um sistema de valores inadequado? (Shepard, 1995, p. 23).

Líderes governamentais e elites econômicas das sociedades industriais continuam a exigir um crescimento e desenvolvimento econômico sem fim. O consumo no mundo industrial é tanto uma forma de vida como um vício. Soluções megatecnológicas para problemas econômicos e ambientais são continuamente propostas. Os países do terceiro mundo estão entrando nos mercados globais tentando tornar-se países de primeiro Mundo pela destruição de seus ecossistemas e espécies silvestres, na medida que copiam padrões industriais e de consumo do Primeiro Mundo, que são ecologicamente insustentáveis.

Segundo Thomas Berry, um fundamento deste problema está na alienação que permeia a cultura hegemônica nas sociedades atuais, e nas suas palavras:

... as pessoas modernas simplesmente não percebem isto. Elas não percebem a profundidade da crise que nos confronta!... o grau e a dimensão da atual situação é ... tão grande, tão disseminada, e nós não sabemos o que estamos fazendo (apud Sessions, 1995, p. xx).

Para Sandra Postel (apud Sessions, 1995, p. xx), nós estamos em um estado de negação com relação à seriedade e à amplitude da problemática ecológica global. Uma medida do grau de negação é o fato de como a mídia industrial foi capaz de convencer tantas pessoas de que, se elas simplesmente reciclarem o lixo produzido, estarão fazendo a sua parte, mesmo que continuem com estilos de vida consumistas, e todas as outras práticas destrutivas correntes nas sociedades industriais. Este fenômeno exemplifica a alienação das pessoas frente aos problemas ambientais e ilustra a utilização do discurso ambiental para perpetuar um estilo de vida.

Refletindo sobre esta questão, Paul e Anne Erlich (1994) sugerem que a solução para a crise ambiental é uma redução na escala dos empreendimentos humanos e uma revisão em seu estilo de vida.

Leila Ferreira (1998) apresenta quatro fatores que estão na base da insustentabilidade da civilização contemporânea, a saber: o crescimento populacional exponencial e concentrado espacialmente, o esgotamento dos recursos naturais, o uso de tecnologias poluentes e de baixa eficiência energética e um sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material.

Ralph Metzner (1995), em seu trabalho sobre aspectos psicopatológicos da relação ser humano/natureza, utiliza o conceito de dissociação para explicar o que ele chama de uma patologia humana com relação ao meio ambiente:

A sociedade industrial ocidental está dissociada de seu substrato ecológico. Não é que o nosso conhecimento e compreensão das complexas e delicadas teias de interdependência existentes na Terra

sejam vagos ou estejam alojados em algum lugar esquecido de nossa psique. Nós temos o conhecimento de nosso impacto no meio ambiente, nós podemos perceber a poluição e a degradação da terra, das águas e do ar - mas nós não lidamos com isso, nós não ligamos esse conhecimento com outros aspectos da nossa experiência. Talvez seja mais acurado, e justo, dizer que os indivíduos se sentem incapazes de responder ao mundo natural de uma forma apropriada, porque as instituições políticas, econômicas e educacionais nas quais estão envolvidos, têm essa dissociação em suas estruturas. Uma alienação dissociativa tem sido uma característica da cultura ocidental por séculos... (Metzner, 1995, p. 65).

De acordo com Metzner, um aspecto básico da psique Euro-americana é uma dissociação entre espírito e natureza, uma crença de que práticas espirituais se movem em direção oposta a nossa natureza. O espírito, além de estar separado da natureza, tem uma estrutura incompatível e oposta. Desta forma, tem havido na consciência ocidental a idéia de dois eus - um *eu natural*, terreno, sensual e inferior e um *eu mental ou espiritual* que é etéreo e superior.

Esta divisão, segundo o autor, implica em conseqüências ecologicamente desastrosas, uma vez que será refletida em ações concretas, elaboradas a partir de uma concepção que percebe o ser humano separado do meio natural e da Terra. Para Metzner, esta dissociação suporta e alimenta a ideologia de conquista da natureza, característica do pensamento ocidental.

Ele, entretanto, ressalta que este é um conceito culturalmente elaborado, não compartilhado por religiões não-monoteístas ou sociedades tradicionais, que percebem o mundo natural como espiritual e portanto sagrado. Esta perspectiva determina uma relação diferente com o meio ambiente, na qual respeito e sustentabilidade estão naturalmente presentes. O contato com visões de mundo desta natureza talvez possa auxiliar na superação da dissociação entre espírito e matéria e das práticas destrutivas a ela associadas.

Autores como Roszak (1995) e Shepard (1995), que têm abordado as ligações entre aspectos psicológicos dos seres humanos e a crise ecológica, consideram a alienação com relação ao mundo natural, da mesma forma que Metzner (1995), um elemento fundamental na constituição deste problema.

Entre os pensadores marxistas que enfocam o papel da alienação na estruturação da sociedade moderna, alguns, como aponta Pepper (1993), vão estender esta discussão para a questão ambiental e enfatizar a visão orgânica de Marx. Ao analisar a visão de Marx sobre a relação ser humano/natureza alguns autores (Pepper, 1993) citam um trecho dos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, que contém a seguinte observação:

A natureza é o corpo inorgânico do homem – isto é, a natureza, na medida em que ela própria não é o corpo humano. 'O homem vive na natureza' significa que a natureza é seu corpo, com o qual ele deve permanecer em contínuo intercuro se não quiser morrer. Que a vida física e espiritual do homem está vinculada à natureza significa, simplesmente, que a

natureza está vinculada a si mesma, pois o homem é parte da natureza (Pepper, 1993, p. 109).

Segundo o autor, Marx aponta que ao desconsiderar, num processo de alienação, a sua dependência e simbiose com a natureza, os seres humanos exploram tanto os recursos naturais como os outros seres humanos, de uma mesma maneira, num processo auto-destrutivo.

Roszak (1992) enfatiza este dado ao considerar que a espécie que destrói seu próprio habitat orientada por falsos valores, com ignorância deliberada do que faz, sofre de um profundo desequilíbrio e de uma compulsão doentia.

Para Capra (1992, 1996), as diversas crises que vivemos hoje não são eventos separados, mas aspectos de uma única crise, essencialmente uma crise de percepção:

Esta crise tem sua origem no fato de que temos, em especial nas nossas instituições, conceitos e valores que pertencem a uma visão de mundo superada e que é inadequada para lidar com problemas de um mundo superpovoado e globalmente interconectado (Capra, 1992, p. 34-35).

O paradigma que tem dominado a nossa cultura por centenas de anos, segundo Capra, consiste de uma série de idéias e valores entre os quais podemos destacar:

- uma visão de universo como um sistema mecânico composto de partes elementares,

- a concepção do corpo humano como uma máquina,
- a percepção da vida em sociedade como uma luta competitiva pela existência,
- a crença em progresso material ilimitado a ser alcançado através de crescimento econômico e tecnológico.

Para Capra, a própria concepção do universo como uma máquina tem levado a outros conceitos relativos à natureza e à obsessão pelo domínio e pelo controle. Ciência e tecnologia estão baseadas na crença de que uma compreensão da natureza implica em sua dominação pelo homem.

Neste sentido a visão sistêmica, segundo o autor, tem procurado perspectivas para a superação da visão reducionista. Ela aponta para o fato de que todos os sistemas naturais são conjuntos, cujas estruturas específicas surgem das interações e interdependências de suas partes. Embora se possa perceber e discernir partes individuais em qualquer sistema, a natureza do todo é sempre diferente da mera soma de suas partes.

Esta visão tem uma série de efeitos não só para a estrutura da ciência, tecnologia e filosofia, mas também para a sociedade em geral e a vida diária. Influencia nossas atitudes relativas a saúde e doenças, bem como a relação com o mundo natural e estruturas sociais e políticas.

Entretanto, o Autor enfatiza que a mudança de valores não implica na substituição de um modelo pelo outro, mas na ênfase de uma visão sobre a outra, procurando um maior equilíbrio entre as duas.

A busca de novas tecnologias ou soluções para diversos problemas que partam de uma perspectiva mais abrangente terá, certamente, um desdobramento de natureza diversa de uma abordagem que nasce de uma visão reducionista.

A dinâmica e a velocidade com que faremos essa mudança de valores certamente definirão nossas possibilidades futuras. A questão do tempo em que isto ocorrerá e se teremos tempo suficiente para esta transição levou E.F. Schumacher (1983) a afirmar que uma resposta positiva poderá levar à complacência, uma negativa ao desespero, e por isto propõe que as perplexidades sejam deixadas para trás e que nos lancemos ao trabalho.

Para Capra as décadas vindouras certamente demonstrarão com clareza as dicotomias nas formas como sociedades humanas lidam entre si (exploradores / explorados) e entre a humanidade e outros seres vivos, com a destruição de habitats de outras espécies. E poderão estar preparadas para o salto de qualidade necessário, passando da teoria à prática, desenvolvendo relações harmoniosas e vivendo como parte integrante e integrada com o planeta.

Atualmente, no dizer de Lúcia Ferreira (1996), há duas propostas sendo germinadas no âmbito do ambientalismo. Uma delas expande o significado do direito para incorporar a qualidade ambiental ao universo da cidadania, visando uma sociedade de progressivo bem-estar social. A outra, mais ousada, pretende estender de tal forma a esfera dos direitos que pressupõe uma mudança em seu conteúdo e nos seus fundamentos:

Da pretensão de expansão da cidadania a todos os homens, cujo princípio normativo é moral e baseia-se em sua humanidade exclusiva, caminha-se para uma expansão no sentido de abarcar todo o mundo da vida. A esfera da cidadania coincidiria com um campo de relacionamentos alargado entre todos os seres vivos. Sua universalidade incidiria sobre a biosfera (Ferreira, 1996, p. 242).

Segundo Thomas Berry (1995), para que seja viável o desenvolvimento de relações harmoniosas e integradas com o planeta a comunidade humana deve mover-se de sua abordagem antropocêntrica atual para uma concepção ecocêntrica ou biocêntrica.

Para esse autor, independente da cultura humana, o atendimento das necessidades físicas básicas humanas, bem como seu preenchimento psíquico, sempre vieram do mundo natural a sua volta. Devido a uma relação disfuncional com a terra, algumas das culturas humanas tornaram-se insustentáveis. Naquele momento a espécie humana como um todo não foi seriamente ameaçada pois essas experiências foram regionais e limitadas em suas conseqüências. No momento atual o contexto mudou, diz Berry:

Uma patologia cultural desenvolveu-se na sociedade ocidental e tem se espalhado por todo o planeta. Um roubo selvagem de toda a terra está ocorrendo através da exploração industrial. Milhares de substâncias tóxicas desconhecidas previamente estão agora saturando o ar, a água e o solo. O habitat de

uma série de espécies vivas está sendo danificado irremediavelmente. Neste distúrbio geral da biosfera, o ser humano agora percebe que o dano feito ao mundo natural está retornando como uma ameaça para a própria espécie humana (Berry, 1995, p. 9).

A viabilidade humana está intimamente conectada com a viabilidade da terra. Esta questão surge porque no presente momento a comunidade humana tem uma fixação exagerada e mesmo patológica no seu próprio conforto e bem estar; está disposta a exaurir qualquer e mesmo todos os recursos terrestres para satisfazer seus próprios desejos. O senso de realidade e valor está basicamente dirigido para a satisfação de uma economia consumista. Esta situação não sustentável pode ser vista nos danos causados aos elementos básicos necessários para a manutenção do equilíbrio planetário. Quando o solo, o ar e a água estão profundamente poluídos, as necessidades humanas básicas não podem ser supridas. Ironicamente, esta situação é consequência de uma abordagem de realidade e valor centrada no ser humano.

Na medida em que concordamos que uma mudança de abordagem de realidade e valor antropocêntrica por uma biocêntrica é necessária, devemos perguntar como isto pode ser obtido e como isto funcionaria. Para Berry (1995) devemos começar aceitando o fato de que a comunidade da vida, a comunidade de todas as espécies vivas, é a grande realidade e o grande valor, e que a preocupação primária deveria ser a preservação e o aumento desta grande comunidade. Os seres humanos têm sua própria realidade específica e seu próprio valor, mas esta

especificidade deve estar articulada com um contexto mais amplo. O ser humano deve descobrir as dimensões mais amplas de seu próprio ser dentro da comunidade da vida planetária.

A idéia de que o valor humano é expandido pela redução do valor da grande comunidade é uma ilusão, a grande ilusão da atual era industrial, que procura o avanço da sociedade pela exploração da estrutura geológica planetária e de todas as suas espécies biológicas.

Deve haver entretanto uma clara compreensão de que a questão da viabilidade não é um assunto que pode ser resolvido de uma forma permanente, mas um tópico contínuo para um futuro indefinido.

De acordo com Arne Naess (1989), cuja obra é o objeto desta tese, os seres humanos têm o potencial de viver em equilíbrio com outras formas de vida no planeta e de perceber e avaliar o papel da diversidade da vida, em suas diferentes formas de manifestação. Entretanto esta possibilidade não tem caracterizado as culturas humanas, em especial nas ultimas décadas, e temos presenciado e criado modelos civilizatórios que têm não apenas negado esta realidade, mas até mesmo degradado seriamente as condições para a expressão da vida. Temos nos questionado sobre nosso papel na criação desta realidade, ou sinistra realidade como diz o autor, e certamente ao sermos questionados sobre nossa intencionalidade, nossa resposta seria negativa, apontando que não queremos a manutenção dessa situação, entretanto seguimos, ou temos seguido o mesmo curso.

Conforme Miller (1996), todos nós, se indagados, quase que imediatamente responderíamos que os problemas ambientais nos preocupam, mas vivemos como se eles não existissem. A grande maioria, mesmo daqueles que efetivamente se sentem mobilizados pela problemática ambiental, vive esta dualidade. Parece haver uma dicotomia entre o pensar e o agir, que se manifesta através da própria crise ambiental. Apesar de produzirmos uma quantidade considerável de pesquisas e documentos sobre o assunto, eles parecem não efetivar a mudança necessária.

De uma forma geral, a estrutura científica tem apontado para fatos que demonstram alterações diversas na estrutura de ecossistemas. Estas, entretanto, quando analisadas com mais profundidade, apontam, na realidade, para uma deterioração de valores. Assim, existe a necessidade de se unir fatos a valores e construir uma visão mais real da situação. Em geral, as ciências reconhecem somente a mudança e não avaliam devidamente os valores que orientam a ação humana.

Que valores e necessidades estruturam nosso mundo interno de forma tão absoluta que nos dissociam da realidade concreta e nos impedem de perceber o rumo que estamos dando à estrutura social?

Esta situação reafirma a conclusão de que os diversos problemas ambientais não serão resolvidos somente por “soluções tecnológicas”, mas vão exigir mudanças significativas no comportamento humano e na organização social.

Desta forma pode-se afirmar que a crise ambiental decorre de um potencial humano não atualizado, que permite relações diversas com o mundo natural, e pode

contribuir para abriremos nossas mentes para fontes de significado ainda não percebidas ou menosprezadas em função dos esforços de adaptação a uma mega sociedade tecno-industrial.

A crise de condições de vida no planeta Terra poderia ajudar a escolher um novo caminho, com novos critérios e significados para progresso, eficiência e ação racional. Poderia inspirar uma nova renascença; novas formas sociais para coexistência, junto com altos níveis de tecnologia culturalmente integrada, progresso econômico (com menos interferência) e uma experiência de vida menos restrita. Deveria nos levar a questionar os limites do nosso conhecimento, e a nos darmos conta de termos sempre ações que são dirigidas pela ignorância.

Arne Naess afirma:

Nós não sabemos as conseqüências de nossas intervenções sobre os ecossistemas e toda vez que somos questionados sobre possíveis danos a resposta é que mais estudos precisam ser realizados para então podermos criar novas formas de controle (Naess, 1989, p. 27).

Uma situação inversa poderia ser levada em consideração. Os ecossistemas sobre os quais atuamos, e modificamos, estão em geral em um estado de equilíbrio mais útil para a humanidade do que os distúrbios provocados e seus resultados imprevisíveis. Em geral não é possível voltar ao estado original, após a intervenção ter determinado sérias e indesejáveis conseqüências. Em geral uma intervenção feita

sob uma visão curta, com ganhos para uma menor parte da humanidade, tem a tendência de ser danosa para a maior parte das formas vivas envolvidas.

Segundo Naess, a ecologia como ciência não questiona que tipo de sociedade seria a melhor para a manutenção de um ecossistema específico. O autor aponta ainda para o fato de que a abordagem clássica de conservação da natureza não inclui a luta contra elites que controlam o poder e que impõem um desenvolvimentismo sem inteligência.

Nossa visão da crise ambiental é a de uma crise humana. A solução para a chamada crise ambiental envolve a transformação de nossos próprios eus (selves), comunidades e práticas tecnológicas (Naess, 1989, p. 96).

Batchelor (1992), em seu trabalho sobre Budismo e ecologia, aponta para esta questão ao colocar que, se existe uma premissa básica sobre a nossa situação global, é a constatação de que não há como escapar do mundo. Da mesma forma, não é mais possível jogar nosso lixo (desperdício) fora - não existe mais um fora, um local distante, onde podemos nos esconder. Nos deparamos com algo que é, ao mesmo tempo, muito velho e muito novo: a conexão de nossas atividades diárias com a manutenção do vasto, intrincado e fascinante mundo à nossa volta. Esta conexão é conhecida e celebrada por muitas tradições religiosas como o aspecto sagrado do cotidiano.

White, em seu trabalho sobre as raízes da crise ambiental, afirma:

O que as pessoas fazem de suas ecologias depende do que pensam sobre elas mesmas com relação às coisas a sua volta. Devemos repensar e rever nossa natureza e destino. Como as raízes de nossos problemas são basicamente religiosas, a solução também deve ser religiosa, quer nós a chamemos assim ou não (White, 1996, p. 193).

De acordo com Naess, a ecologia moderna tem enfatizado a existência de um alto grau de simbiose como um aspecto comum em ecossistemas maduros, uma interdependência para o benefício de todos. Isto fornece uma base cognitiva para um sentimento de pertencimento que não era possível antes. Pertencimento familiar tem uma base material no ato de se estar junto e cooperar. Ao estendermos essa compreensão para o contexto ecológico será possível desenvolver um sentido de pertencimento com uma perspectiva expansiva maior: pertencimento ecosférico.

Para Naess o objetivo é encontrar uma forma de união com a natureza que seja para nosso próprio benefício. Se tal afirmação é aceita, nosso próprio benefício deve significar “*aquele que serve o grande Eu*”, e não meramente o ego individual ou as sociedades humanas. Se um eu menor está envolvido, para o Autor, a sentença é enganosa. Naess pensa que alguém pode desejar o bem-estar de uma planta ou de um animal tão naturalmente como o pode fazer para uma pessoa. Alguém pode sem hipocrisia desejar algo que é para o benefício de outros seres vivos e obter grande e rica satisfação com isto.

Um desenvolvimento técnico associado com a percepção de relações simbióticas permitirá que cooperação e ação conjunta estejam presentes em nossos dias de trabalho e em nossa vida de lazer, muito mais do que em períodos anteriores.

Conforme Gonçalves (1989), não se trata de dizer que a ciência e a técnica são responsáveis pelos problemas da sociedade, uma vez que elas próprias são sempre instituídas socialmente e esta é uma verdade que precisamos relembrar. Idéias semelhantes são apresentadas por autores como Habermas(1975) e Marcuse (1978), entre outros.

Brandão, em considerações sobre o trabalho de Habermas “Técnica e ciência enquanto ideologia”, ressalta que:

a ciência e a técnica de que dispomos subordinam a dominação da natureza a uma dupla dominação dos homens. Primeiro, por meio de uma subordinação entre homens. Segundo, por meio da submissão dos homens a um sistema que os inclui, em troca de bens... (Brandão, 1994, p.74).

São muitos os pensadores e estudiosos que vêm contribuindo para a constituição de um quadro teórico sobre a relação do ser humano com a natureza em seus múltiplos aspectos, em especial nas últimas décadas, quando os problemas ambientais se tornaram mais alarmantes e a necessidade de soluções se impõe com mais urgência e para toda a humanidade.

Ao refletir sobre o nível do conhecimento gerado nos últimos anos, sobre o volume de informações e de propostas tecnológicas, conclui-se que os elementos

físicos para realizar a mudança estão disponíveis, entretanto algo no interior dos seres humanos parece não estar presente ou mesmo relutar em aceitar que algo vai mal na forma como estruturamos a sociedade urbano-industrial moderna e como vivemos nossas vidas. Vivemos uma realidade dupla e não a percebemos ou não queremos percebê-la.

A questão nos seus devidos termos é, portanto, indagar que valores, significados e necessidades estão em jogo, levando-nos a viver esta dicotomia? Que aspectos do nosso próprio Ser colocamos no porão, de forma a não fazer a mudança? Será que a transformação é mais difícil que a nossa própria sobrevivência e da ecosfera como um todo? Como a simples indicação de mudanças tecnológicas não sustenta mudanças pessoais e sociais efetivas, parece que a solução para a questão reside no íntimo de cada um de nós e é lá que a resposta deve ser procurada. E é para lá que a Ecologia Profunda aponta, na visão de Arne Naess.

2. A visão de Arne Naess

I realised then, and have known ever since, that there was something new to me in those eyes - something known only to her and to the mountain. ... But after seeing the green fire die, I sensed that neither the wolf nor the mountain agreed with such view.

Aldo Leopold

2. 1. Da Ciência ao Eu - apresentando o Autor

Arne Naess, filósofo norueguês, cunhou o termo Ecologia Profunda para designar sua visão das relações dos seres humanos com o mundo natural. Suas reflexões em torno desse tema foram sistematizadas durante vários anos de estudos e aos poucos deram corpo às idéias que estruturam a Ecologia Profunda que é o resultado de toda uma trajetória de vida (Naess, 1989 (13); Rothenberg, 1993).

Naess nasceu em Bergen, na Noruega, em 1912. Após um longo período de estudos em Paris, Viena e São Francisco, tornou-se, aos vinte e sete anos, professor de filosofia na Universidade de Oslo.

Ocupando esta posição, começou um trabalho na área de Educação que determinou mudanças profundas e revolucionárias no sistema educacional norueguês, conduzindo os estudantes a um modelo mais reflexivo que exige, entre outros elementos, uma investigação detalhada das normas e valores que orientam e formam a sociedade.

Em função de seu apoio à resistência clandestina contra a ocupação nazista na Noruega, Naess foi convidado pela UNESCO, após a 2ª. Guerra Mundial, a coordenar um trabalho que buscava definir e esclarecer a noção de democracia.

Naess distinguiu-se, também, como montanhista, tanto na Noruega quanto internacionalmente, tendo ido diversas vezes à Índia e ao Nepal explorar as montanhas do Himalaia. Esta é uma característica marcante de sua personalidade e

que tem grande influência na sua vida e na sua obra – o amor pela vida ao ar livre e em contato com a natureza.

Esta relação com o mundo natural levou o Autor a construir, cerca de cinquenta anos atrás, uma cabana, que denominou de Tvergastein (pedras cruzadas) e que é para ele o seu lar. Situada em uma região montanhosa norueguesa - Hallingskarvet, com altitude aproximada de dois mil metros, de difícil acesso, fica a três horas e meia de caminhada da estação de Ustaoset. Naess passou lá mais de dez anos de sua vida.

Nesse local elaborou e sistematizou seu pensamento, unindo e contrapondo desde reflexões gerais sobre a ciência e seus papéis, até as noções do eu (self) com letra minúscula e Eu (Self) com letra maiúscula e auto-realização, concebida como uma forma de unir a intuição da unidade da vida com nossas próprias vidas e propósitos.

Assim ele retira suas idéias não só das *prateleiras abstratas da filosofia*, mas de uma vida em profundo contato com o ambiente, a partir das reflexões de Spinoza, que propunha um Deus presente no mundo e não fora deste e das ações de não-violência de Mohandas Gandhi.

Ao se referir a Spinoza, Naess fala da importância que as idéias do filósofo holandês podem ter para a análise de questões ambientais, principalmente a convicção de que quanto mais observamos nossas próprias conexões com o mundo, mais podemos conhecê-lo. Uma percepção com esta qualidade e profundidade, ao seu ver, deve unir a humanidade à natureza e superar visões de separatividade.

A ligação com o pensamento de Spinoza é clara, na medida em que, sabe-se, o livro póstumo *Ética*, estudado por Naess, trata da concepção de Deus como o conjunto de todas as leis e a perfeição do universo, sob os princípios da unidade e da harmonia. O Deus de Spinoza é a natureza, é a matéria, pode ser entendido através da lógica matemática, não transcende ao mundo e à humanidade. Ao contrário, o que se estabelece é o sentido da realidade toda, que não pode ser dividida em partes, humanas, não-humanas, animadas ou inanimadas, desconectadas entre si.

Dessa fonte Naess assimilou a noção que pode ter sido um dos seus pontos de partida:

Com efeito, os homens têm por hábito formar idéias universais tanto das coisas naturais como das artificiais, idéias essas que eles têm como modelos das coisas e crêem que a natureza as considera e as propõe para si mesmo como modelo.(...) Vemos, assim, que os homens ganharam o hábito de chamar às coisas naturais perfeitas ou imperfeitas, mais por preconceito do que por verdadeiro conhecimento (Spinoza, 1965, p.8).

Com relação a Gandhi, que tem grande influência sobre o seu pensamento, Naess escreveu:

O elemento básico e fundamental da não violência é a crença na unidade essencial de toda a

vida... Muitas pessoas percebem, desde cedo, a unicidade de todos os seres humanos, que anula todas as diferenças e as faz parecer superficiais. Gandhi foi uma destas pessoas privilegiadas. Ele escreveu: “Uma gota lançada do oceano anula-se sem fazer nenhum bem. Se ela permanece como parte do oceano, ela partilha da glória de carregar em seu peito uma frota de poderosos navios” (Rothenberg, 1993, p. XIX).

Em 1969, após cerca de 30 anos de trabalho nas áreas da semântica, filosofia da ciência e exposição sistemática das filosofias de Spinoza e Gandhi, Arne Naess aposentou-se prematuramente de sua vida acadêmica como professor de filosofia na Universidade de Oslo, para dedicar-se de forma integral ao estudo de questões ambientais.

A ameaça de graves problemas ambientais tornara-se evidente e Naess acreditava que a filosofia poderia auxiliar na criação de soluções para essa situação. Sua produção intelectual busca contribuir nesse sentido, e ele estrutura uma visão de mundo na qual propõe que protejamos o ambiente como uma parte de nós mesmos.

Segundo Naess, o movimento ecológico só adquiriu uma dimensão maior na década de 60, mas uma sensibilidade profunda com relação à natureza é algo que pode ser encontrado em cada criança.

Em reminiscências de sua própria infância e adolescência, relembra o fascínio com as inúmeras formas de vida que percebia e apreciava, o movimento incessante

das ondas do mar e das marés e os buracos que fazia nas barracas de forma a observar as montanhas, o céu e as estrelas, mesmo quando ia dormir.

Naess lembra que:

“Esta idéia de um grande Eu era típica de uma criança deitada de barriga para baixo olhando uma pequena poça de água. Em um primeiro momento nenhuma vida é vista. Mas após alguns minutos, mais e mais criaturas são percebidas e depois de uma hora e meia seus estilos de vida começam gradualmente a ser entendidos. Um mundo inteiro. E mundos dentro de mundos”
(Naess, 1988 (6), p.20).

Para o Autor, as crianças confiam e se encantam com a natureza e estes sentimentos são lembrados e percebidos por todos, quando nos propomos a investigar profundamente nossas próprias memórias.

Em seu trabalho sobre Naess, Rothenberg enfatiza, ao analisar sua vida e sua obra:

... percebemos uma atitude de vida que começa pela admiração da vasta possibilidade que o mundo oferece, e conduz à alegria de escolher nosso próprio caminho de participação nesta realidade, que com certeza será de significado para outros e

para o mundo na sua totalidade (Rothenberg, 1993, p. XII).

Atualmente, Arne Naess reside em Oslo, na Noruega. Ministra cursos no Centro de Estudos Ambientais da Universidade de Oslo, no Schumacher College, na Inglaterra, e em várias universidades, sendo seus trabalhos uma referência significativa para estudiosos e membros atuantes no movimento em Ecologia Profunda.

2. 2. Reflexões de Arne Naess sobre a relação ser humano/natureza

A partir de sua própria experiência como pensador, que reflete sobre as condições de seu próprio tempo, Arne Naess desenvolve um pensamento filosófico que busca compreender os fundamentos da questão ambiental.

Naess elabora uma reflexão sobre a relação ser humano/natureza, considerando não só aspectos externos, relativos à forma e maneira como os humanos transformam o mundo natural, mas também às relações internas afetivas e emocionais que se manifestam na conduta humana.

Fica evidente na análise da produção intelectual do Autor a importância dos aspectos internos que, segundo ele, *colorem* nossa ação prática, uma vez que estas são consideradas reflexos concretos de valores e sentimentos de cada indivíduo.

O trabalho e o raciocínio ecológico de Naess não resultam só de uma argumentação teórica ou filosófica, mas basicamente de reflexões desenvolvidas durante uma longa vida em contato com a natureza e de seu sentimento com relação a essa experiência. Seu sistema de idéias parte sempre de uma análise da situação concreta imediata e do modo como são percebidos os elementos à nossa volta. Segundo ele mesmo:

... desde quando eu tinha cerca de quatro anos de idade até minha puberdade eu podia ficar

parado ou sentado por horas, dias ou semanas, na água rasa da costa, inspecionando e me maravilhando com a fantástica diversidade e riqueza da vida no mar. As ínfimas e belas formas que ninguém liga, ou que a maioria é mesmo incapaz de ver, eram parte de um mundo aparentemente infinito, mas mesmo assim meu mundo. Sentindo-me à parte em muitas relações humanas, eu me identificava com a natureza (Naess, 1989 (13), p.2).

Partindo de sua experiência e da observação cuidadosa das relações que os seres humanos estabelecem com o ambiente, Naess iria mais tarde escrever que o mundo de uma criança a liga imediatamente com a natureza mas que, em geral, o processo de socialização característico das sociedades contemporâneas vai rompendo esse contato (Naess, 1992 (30); Rothenberg, 1993).

Naess defende a tese de que:

... as experiências diretas com a natureza são suficientes. Não é necessário nenhuma vinculação ao Budismo ou outro fenômeno cultural, para começar a desenvolver as atitudes expressas, entre outras formas, pelo termo grande Self (Eu) e pela norma Auto-realização. Não há algo extraordinário e culturalmente sofisticado envolvido, mas apenas a sensibilidade comum de uma criança amorosa (Naess, 1986 (6), p. 20).

Em sua adolescência, Naess estabeleceu uma ligação com pessoas que viviam próximas à natureza. Uma experiência vivida quando tinha quinze anos, nas montanhas da Noruega, um encontro com um homem em uma cabana pertencente a uma associação de turismo, estabeleceu em Naess a convicção de que existe uma relação interna entre montanhas e montanhistas (Naess, 1989 (13); Naess, 1995 (41); Rothenberg, 1993). Segundo suas palavras, o montanhista, ao conviver com as montanhas, percebe qualidades que podem ser expressas como uma certa grandeza, auto-suficiência, e uma não consideração por todas as formas complicadas de viver, isto é:

...vista de fora, a forma de vida nas montanhas poderia parecer Espartana, dura e rígida, mas o som do violino e um respeito por todas as coisas acima da linha das árvores, vivas ou mortas, certamente possibilitaram uma ligação rica e sensual para com a vida, um profundo prazer naquilo que poderia ser experimentado com olhos e mente bem abertos... (Naess, 1989 (13), p.3).

Outros pensadores que trouxeram contribuições significativas para a reflexão de Naess sobre a relação ser humano/natureza, como John Muir (1992), Thoreau (1995) e Aldo Leopold (1970), também expressaram pensamentos semelhantes em relação a esta questão – ao vínculo que se estabelece entre montanhas e

montanhistas. Estes autores tiveram uma grande influência sobre o pensamento de Naess e na sistematização de suas idéias sobre a Ecologia Profunda.

Estas reflexões implantaram em Naess uma idéia de modéstia. Modéstia na relação do ser humano com as montanhas e com o mundo natural. Para ele a modéstia tem pouco valor se não é a consequência natural de sentimentos profundos, de uma maneira de compreendermos a nós mesmos como parte da natureza.

Apesar de Naess enfatizar, em vários momentos, a influência de Spinoza e Ghandi sobre seu trabalho, Witoszek (1997) considera que existe uma tradição cultural norueguesa que nutre a Ecologia Profunda. A autora assinala:

Existe uma tradição invisível que nutre a Ecologia Profunda – invisível pelo fato de Naess estar completamente imerso e inconscientemente em constante diálogo com ela. (...) É como se no caso norueguês os valores de modéstia e respeito a todos os elementos fossem incubados por séculos para serem re-canonizados por Naess (Witoszek, 1997, p. 59).

Ao analisar antigos textos noruegueses, Witoszek os identifica como verdadeiros códigos ecológicos que ensinavam: “busque a medida correta, não utilize mais que o necessário, a sobrevivência é imperativa”. É nesta tradição que a autora localiza a noção da humildade cósmica da humanidade, central no trabalho de Naess.

Expressões como - “quanto menor nos sentirmos quando nos compararmos às montanhas, maior será a possibilidade de participarmos de sua grandiosidade” - são atualizações de recursos retóricos, de uma antiga sabedoria, elaborada para manter os humanos em seu lugar na ordem das coisas (Witoszek, 1997, p.60).

2.3. Ecologia Profunda – a proposta de Naess

O termo *ecologia profunda* foi introduzido por Naess em 1972, através de um artigo intitulado “*O movimento ecológico superficial e o profundo de longo alcance. Um resumo*” (Naess, 1995 (31)). Nesse trabalho, apresentado em uma conferência em Bucareste, em setembro de 1972, sobre o futuro do terceiro mundo, ele identifica duas abordagens para a questão ambiental - a abordagem superficial e a abordagem profunda, assinalando, entre outras, as seguintes questões :

- A participação e o envolvimento dos cientistas na reflexão sobre questões ecológicas marcam um ponto de mudança no movimento ambientalista. A comunidade científica sai de sua relativa obscuridade ao assumir uma postura política frente a problemas ambientais, apontando publicamente os impactos do modelo da sociedade atual;

- A tendência para a utilização do conhecimento científico sem considerar as implicações a médio e longo prazo de seus efeitos sobre o ambiente;

- A distinção entre duas posturas na abordagem dos problemas ambientais: uma que denominou ecologia superficial, bastante difundida naquele período e outra denominada movimento em ecologia profunda, menos influente, mas que passava a ser considerado em várias partes do mundo.

Naess propõe-se a esboçar as características desses dois movimentos e, no decorrer dos anos, foi detalhando e dando corpo e estrutura à Ecologia Profunda. (Sessions, 1995; Drengson & Inoue, 1995).

A partir desse trabalho Naess colocou-se definitivamente como um elemento atuante na compreensão das questões ambientais, apontando sete características que considera importantes na problemática ambiental e que seriam aspectos fundamentais a observar quando pensamos em propostas e soluções para superação das condições atuais (Naess, 1995 (31)).

Segundo ele, naquele momento as políticas ambientais estavam, em geral, preocupadas com os problemas decorrentes da poluição e a perda de recursos, e o movimento da Ecologia Superficial tinha como objetivo central a saúde e a riqueza das pessoas nos países desenvolvidos. A Ecologia Profunda vinha ampliar essa visão, colocando preocupações mais globais e relevantes, que envolvem, entre outras questões - *os princípios da diversidade, da complexidade, da autonomia, da descentralização, da simbiose, da igualdade e da eliminação da estrutura de classes* (Naess, 1989 (13)).

Na apresentação dessas sete questões o Autor sintetizou as seguintes características da Ecologia Profunda:

1. Existe uma imagem difundida do ser humano **no** meio ambiente, uma imagem que o percebe destacado do mundo natural, que deve ser substituída por uma imagem relacional, uma imagem de campo total. Nessa visão os organismos devem ser entendidos como elementos de uma rede biosférica ou de um campo de

relações intrínsecas. A relação entre dois elementos A e B é tal que esta pertence aos constituintes básicos de A e B, de forma que sem esta A e B não são as mesma coisas. Ou seja, um elemento só é entendido em sua inteireza em sua relação com outros.

Esta noção elimina o conceito de algo ou alguém presente no meio mas sem fazer parte dele. Desta forma as relações não existem dissociadas, separadas, mas fazem parte de uma rede de relações. Este conceito tem sido bastante ampliado nos últimos tempos e tem colocado a necessidade de superarmos a idéia de uma separação ser humano/natureza.(Grumbine, 1992; Primack, 1993; Wilson, 1997; Posey, 1998).

Naess posiciona a humanidade como parte inseparável da natureza, e aponta para o fato de que, se esta relação fosse plenamente compreendida, não seria mais possível danificar a natureza descontroladamente, pois isto significaria ferir a nós mesmos. A consequência direta dessa idéia é que ética e ação prática unem-se.

2. Igualdade biosférica - *em princípio*. Nesta idéia está contido o direito que todos os seres têm de viver e se desenvolver. A expressão *em princípio* está colocada de propósito, porque qualquer ação implica em algum tipo de impacto, morte, supressão ou exploração (Naess, 1989 (13); Naess, 1990 (17)).

Para Naess deveria haver um profundo respeito ou mesmo veneração por outras formas e expressões de vida, uma compreensão intuitiva do direito de viver inerente a todos os seres. A visão que considera este direito reservado somente aos

outros seres humanos ou a uma estreita parcela dos elementos vivos, constitui um antropocentrismo que tem efeitos deletérios para os próprios seres humanos.

A tentativa de ignorar nossa dependência e estabelecer uma relação mestre – escravo, com a natureza, tem contribuído para uma alienação dos seres humanos deles mesmos, uma vez que existe uma relação natural muito mais ampla e complexa que os simples interesses humanos. A não valorização ou compreensão deste fato tem acarretado inúmeros problemas, que poderiam ter sido evitados se tivéssemos levado em consideração uma estrutura de *relação ser humano/parte da natureza* e não uma relação *ser humano e natureza* ou *ser humano na natureza*. Assim as necessidades humanas devem ser analisadas de uma forma ampla e não de uma perspectiva estreita e de utilidade imediata.

Estas reflexões levaram, também, Naess a ampliar a noção de qualidade de vida, incluindo as noções de prazer e satisfação que se obtêm na parceria com outras formas de vida.

O contato direto com outros seres nem sempre determina a percepção consciente desses sentimentos, mas a constatação de relações intrínsecas coloca claramente a necessidade de se considerar estruturas mais amplas e complexas ao planejarmos ações práticas.

Outro elemento interessante apontado por Naess é o nível de ocupação, ou seja, o espaço vital necessário para a sobrevivência de diferentes espécies. Segundo ele, este conceito tem sido aplicado para vários mamíferos, de forma a conhecermos quais são as necessidades de espaço livre para diversos animais. Entretanto, por não

vermos o homem como espécie do reino animal, não aplicamos este raciocínio para os próprios humanos. Argumenta que os seres humanos necessitam de espaço vital do mesmo modo que outros mamíferos. Os sintomas de ocupação excessiva, que se manifestam como neuroses, agressividade, perda de naturalidade nas relações, são igualmente observados em seres humanos e em alguns mamíferos (Naess, 1991 (20)).

3. Princípios de diversidade e simbiose - Segundo Naess, a diversidade aumenta as potencialidades de sobrevivência, as possibilidades de novos modos de vida e a riqueza de formas. A chamada luta pela vida e a sobrevivência do mais forte deveria ser interpretada como a habilidade de coexistir e cooperar em relações complexas, ao invés da habilidade para matar, explorar e suprimir. Para ele “*Viva e deixe viver*” é um princípio ecológico muito mais poderoso do que “*ou você ou eu*”, afirmação que tende a reduzir a multiplicidade de formas de vida, e destruir comunidades dentro da mesma espécie.

Atitudes ecologicamente inspiradas favorecem a diversidade de formas de vida, de culturas, de ocupações e de economias. Estas atitudes apoiam a luta contra invasões e dominações, sejam elas culturais, econômicas, ou militares, e se opõem à destruição de baleias e leões marinhos, tanto quanto se opõem às de tribos e culturas humanas. Esta postura está, inclusive, presente e expressa em vários códigos e estrutura de planejamentos ambientais em todo o mundo (Naess, s/d (2); IUCN/UNEP/WWF, 1991).

4. Postura anticlassista - Para o Autor a diversidade de modelos de vida pode incluir, de forma intencional ou não, atitudes que bloqueiam ou restringem outros estilos de vida. Ou seja, muitas vezes a diversidade de formas de vida baseia-se em parte na exploração e supressão de outros grupos. O explorador vive de forma diferente do explorado, mas ambos são desfavoravelmente afetados em seus potenciais de auto-realização.

Para Naess, o princípio e a idéia da diversidade não deveriam incluir atitudes ou comportamentos de natureza exploratória, e as condições de igualdade ecológica e simbiose devem orientar e apoiar posturas anticlassistas, que permitam um desenvolvimento de todos os elementos envolvidos em uma relação.

Portanto, os princípios da diversidade, igualdade ecológica e simbiose também deveriam orientar planos gerais de desenvolvimento futuro, e priorizar planos envolvidos com a manutenção de uma ampla diversidade cultural.

5. A luta contra poluição e redução de recursos - para o Autor esta questão não pode ser abordada por uma visão superficial que não inclui um foco mais amplo de análise. A ausência desse foco muitas vezes acarreta a elaboração de projetos que, implementados, reduzem, por exemplo, a poluição ou outro problema ambiental, mas causam danos de outros tipos.

É ressaltado, também, o fato de que muitas vezes os agentes envolvidos na implementação de projetos servem mestres que deliberadamente ignoram

perspectivas mais amplas (Naess, 1995 (32)). Um fortalecimento político seria, na visão de Naess, uma maneira de lutar contra esta situação.

6. Complexidade e complicação - Naess considera fundamental estabelecer uma diferenciação entre estes dois pontos (Rothenberg, 1993, p. 68). Para ele a sociedade moderna tem desenvolvido estruturas técnicas que, apesar de sua sofisticação, têm gerado problemas contínuos e não têm contribuído para um aumento substancial na qualidade de vida de todos os participantes (humanos e não humanos). Algumas tecnologias podem ser mais complicadas, mas não mais complexas. Esta situação, segundo o Autor, é também determinada por uma atitude que não envolve, em muitos casos, uma ampla reflexão sobre o funcionamento de sistemas naturais para a elaboração de técnicas e tecnologias, o que o leva a afirmar:

A vida urbana pode ser mais complicada do que em ambientes naturais sem ser mais complexa no sentido de proporcionar uma qualidade de vida mais adequada de um ponto de vista amplo. (Naess, 1995 (35), p. 68).

Assim, organismos e formas de vida e suas interações na biosfera apresentam, geralmente, um nível bastante complexo de diversidade, o que torna inevitável uma reflexão sobre sistemas de organização mais elaborados, bem como sobre a ignorância humana com relação aos mecanismos biosféricos.

Quando aplicada para comunidades humanas, esta reflexão deveria privilegiar sistemas em que são priorizadas ações integradas, nas quais a pessoa toda é ativa e não meramente reativa como, por exemplo: a combinação de atividades agrícolas com industriais, de trabalho intelectual com manual, de ocupações especializadas com não especializadas, de atividades urbanas com não urbanas, de trabalho na cidade com recreação na natureza e recreação na cidade com trabalho na natureza.

Esta reflexão também deveria estimular o desenvolvimento e a pesquisa de tecnologias leves ou ambientalmente adequadas e o papel e a importância que as comunidades tradicionais podem ter neste campo, bem como um maior empenho na preservação deste grupos, sendo o mesmo ressaltado por Posey (1998).

Para Naess, a implementação de políticas ecologicamente responsáveis requer um crescimento exponencial de habilidades técnicas e de invenções, que devem estar orientadas sob novas bases, mais criativas e dinâmicas.

7. Autonomia local e descentralização - o estudo do funcionamento de ecossistemas, segundo Naess, tem demonstrado que a vulnerabilidade de uma forma de vida é proporcional ao peso das influências externas, ou seja, de fora da região na qual aquela forma tem obtido seu equilíbrio ecológico. Reflexões sobre este fato deveriam apoiar esforços para fortalecer governos locais e a auto-suficiência material e mental, o que pressupõe um direcionamento para a descentralização (Naess s/d (2); 1995 (43)).

O próprio Naess assinala a importância de perceber-se que suas idéias sobre estas questões foram inspiradas e fortalecidas pelo conhecimento ecológico, mas que são generalizações vagas que necessitam maior precisão e detalhamento. Entretanto, elas apontam para a existência de potenciais políticos no movimento em Ecologia Profunda que não deveriam ser subestimados e que podem ter uma repercussão muito mais ampla que a simples preocupação com controle de poluição e redução de recursos (Naess s/d (3); 1988 (11)).

Na apresentação sobre a Ecologia Profunda, o Autor salienta que outro ponto a considerar é que os movimentos ecológicos necessitam de atenção, envolvimento e apoio e deveriam enfocar tanto os aspectos biológicos e ecológicos da questão, quanto aspectos filosóficos, ou na expressão de Naess - ecofilosóficos. Ele ressalta ainda que está em discussão não apenas dados científicos e técnicos, mas estruturas de valor e a forma como vemos e encaramos a realidade.

Essas contribuições vêm enriquecendo as discussões sobre questões ambientais e estão sendo, segundo Naess, aos poucos incorporadas no debate e nas formulações de políticas ambientais.

2. 4. Ecologia e Filosofia

No decorrer dos anos 60, após a leitura do livro *Primavera Silenciosa*, de Rachel Carson (Carson, 1991), que teve um efeito determinante em seu trabalho, Arne Naess começou a utilizar seu conhecimento e experiência no campo da filosofia para analisar a crise ecológica e tentar apontar formas para sua resolução.

Através do estudo e da utilização de conceitos básicos da ecologia - tais como complexidade, diversidade e simbiose, etc. - Naess buscou compreender o lugar de nossa espécie na natureza, construindo uma visão global e sintética, que possibilitasse uma revisão da relação dos seres humanos com o mundo natural.

Ao empregar o termo ecologia, Naess o faz para designar o estudo científico interdisciplinar que analisa as condições de vida de organismos em constante interação - um com outro e com o meio orgânico e inorgânico.

A partir de suas experiências e análises, utilizando conteúdos filosóficos e ecológicos, Naess elaborou o que chamou de uma ecofilosofia.

Na visão dele, nossas experiências espontâneas do mundo natural, ricas e algumas vezes aparentemente contraditórias, são muito mais do que impressões subjetivas: elas compõem o conteúdo concreto do nosso mundo. Apesar de serem internas, nossas impressões e sentimentos com relação ao mundo natural se materializam em práticas e ações concretas que se refletirão em nossos atos cotidianos.

Diferenças profundas nas atitudes das pessoas com relação à natureza e seus ambientes imediatos são comumente chamadas subjetivas, ou seja, diversos sentimentos e percepções são induzidos, em diferentes pessoas, pelo mesmo elemento. Este elemento é supostamente objetivo e a percepção, subjetiva.

Naess pergunta-se: o que leva a crer que é a mesma coisa pela qual temos atitudes diferentes? E encontra uma resposta simples: a natureza e o meio físico imediato têm um grupo específico de características a qualquer momento. Essas características físicas sensoriais são consideradas constantes, independentemente de como pessoas individuais as compreendem. Elas pertencem aos próprios elementos.

Segundo o Autor, é justificável se referir às características como objetivas, no sentido de serem independentes dos gostos ou desgostos de uma pessoa. Entretanto, quando nos relacionamos com algo, estabelecemos contato não só com os elementos em si, mas com uma rede ou campos de relações, dos quais estes elementos participam e dos quais não podem ser isolados.

Ele aponta para o fato de que existe uma diferença fundamental entre algo relacional e algo que não é mais do que a expressão de um julgamento pessoal.

E assim, na sua compreensão, não existe como fruto da ciência natural uma simples descrição da natureza, mas somente a enumeração de uma série de atributos, se não se considerar este aspecto relacional.

Naess sugere que devemos abandonar posições sólidas e fixas de separatividade, e reter a idéia de relações de interdependência.

Alguns cientistas naturais e técnicos, segundo o Autor, não acreditam na subjetividade da percepção das qualidades sensoriais, talvez porque ela não pode ser mensurada por seus métodos. Para eles, a natureza real é algo totalmente diferente daquilo que a humanidade experimenta e aprecia diretamente. Um diálogo com a natureza está fora de questão nesta visão, conforme observa, por exemplo, Theodore Roszak:

Durante a maior parte dos últimos duzentos anos manter estas duas áreas divorciadas e mesmo sem diálogo tem sido o objetivo do pensamento racional e da ciência sadia. Matéria de um lado, mente do outro. Lá fora, o objetivo, aqui dentro, o subjetivo. Um o local seguro da certeza matemática, o outro um terreno sombrio de emoções, sonhos e alucinações mutantes. Pensamentos não são coisas, coisas não são pensamentos (Roszak, 1993, p. 16).

Para Roszak (1993) o que está colocado para discussão é um dos assuntos mais antigos e obscuros da história da filosofia: o relacionamento entre o interno e o externo, entre sujeito e objeto. A conexão da mente com o mundo lá fora, a possibilidade de se conhecer o mundo como ele é realmente e vice-versa.

Naess (1989 (13), p. 48), ao considerar esta questão, cita o poeta russo Tiutchev:

*A natureza é algo mais do que nós compreendemos
Ela tem alma, ela tem liberdade,
Ela tem amor, ela tem linguagem.*

Ao seu ver, elementos materiais são concebidos como pontos de união dentro de um campo de relação, no qual o termo “campo de relação” refere-se à totalidade de nossa experiência. As mesmas coisas podem parecer diferentes para nós, com qualidades não similares, em momentos diferentes, embora continuem a ser as mesmas coisas, de acordo com a experiência de Naess:

Eu entendo que são as relações que definem os elementos, ao convergirem no mesmo ponto. Uma importante expressão do princípio da não-contradição é que a mesma coisa, na mesma relação, não pode, ao mesmo tempo, ter ou não ter a mesma qualidade (Naess, 1989 (13), p.55).

A noção de campos de relações, da forma como é concebida por Naess, tem valor ecofilosófico, porque invalida a crença em organismos ou pessoas como algo que pode ser isolado do seu meio, pois:

Falar de interações entre organismos e o meio dá origem a associações errôneas, tais como “um organismo estar em interação com algo”. Organismo e meio não são duas coisas – se um rato pudesse ser suspenso em vácuo absoluto, ele não seria mais um rato. Organismo pressupõe meio. Da mesma forma uma pessoa é parte da natureza na medida em que ele ou ela também é um ponto de relação dentro do campo total. O que denomino processo de identificação é um processo no qual as relações que o definem são expandidas de forma a abarcar mais e mais elementos. O eu cresce em direção ao Eu (Naess, 1989 (13), p. 56).

Desta forma, podemos afirmar: não existem objetos completamente separáveis, e assim não existem egos, meios ou organismos separáveis.

O conceito de natureza expresso desta forma implica que esta não é algo para ser usado apenas como um meio para atingir um fim, mas como algo independente, que exige nossa atenção incondicional. Naess apresenta para o seguinte exemplo:

Confrontos entre desenvolvimentistas e conservadores revelam dificuldades para experimentar o que é real. O que o conservacionista vê e percebe como realidade, o desenvolvimentista geralmente não vê, e vice-versa. Um conservacionista vê e percebe uma floresta como uma unidade e quando fala do coração da floresta, ele ou ela não fala de um centro geométrico. Um desenvolvimentista vê quantidades de árvores e argumenta que uma estrada que passa através de uma floresta cobre poucos quilômetros comparados com a área total da floresta, e então porque tanta confusão? E se o conservacionista insiste, ele propõe que a rodovia não toque o centro da floresta. Desta forma o coração estará salvo, ele pensa. A diferença entre estas posições é muito mais ontológica do que ética. Eles podem ter prescrições éticas básicas em comum, mas as aplicam diferentemente, porque vêem e percebem a realidade de forma diferente. Ambos utilizam o termo floresta, mas fazendo referência a entidades diferentes. Para o conservacionista, o desenvolvimentista sofre de um tipo de cegueira radical. Mas é importante observar que a ética

ambiental de alguém está baseada amplamente em como essa pessoa vê e percebe a realidade. Não é possível torná-lo um defensor da floresta na medida em que ele mantém sua concepção da floresta como um mero conjunto de árvores. Ele afirma que o conservacionista está motivado por sentimentos subjetivos, o que está baseado em sua própria visão da realidade. Ele considera seus próprios sentimentos com relação ao desenvolvimento como algo baseado em uma realidade objetiva e não em sentimentos (Naess, 1989 (13), p.66).

Para Naess, é importante a filosofia do ambientalismo mover-se da ética para a ontologia e vice-versa. A compreensão das diferenças ontológicas pode contribuir significativamente para clarear diferentes políticas e suas bases éticas.

Segundo Callicott, (apud Naess, 1989, p.67) a ecologia muda nossos valores ao mudar nossas concepções de mundo e a nós mesmos em relação ao mundo, pois ela revela novas relações entre objetos.

A concepção de que tudo está interrelacionado aponta questões em comum entre a ecologia e a filosofia: o lugar e o papel da humanidade na natureza e a pesquisa de novas formas de se compreender esta relação. Os estudos destes problemas comuns à ecologia e à filosofia deveriam ser chamados ecofilosofia. Para Naess, a palavra ecofilosofia pode conter dois aspectos:

- um campo de estudo, uma abordagem para o conhecimento;

- um código pessoal de valores e uma visão de mundo que guia decisões próprias - para estes casos ele sugere a palavra ecosofia.

Assim, nós estudamos ecofilosofia, mas no caso de abordarmos situações práticas concretas, desenvolvemos nossas próprias ecosofias.

2. 5. Ecosofia T

As contribuições do pensamento de Naess, para a formulação teórica e prática da Ecologia Profunda não devem ser confundidas com seu próprio sistema filosófico, que está sistematizado na Ecosofia T.

Para Naess, uma ecosofia torna-se uma visão de mundo filosófica e um sistema inspirado pelas condições de vida na ecosfera, que é característica de uma elaboração individual, referenciada em experiências particulares.

Assim Naess apresenta em seus trabalhos sua própria ecosofia, denominada Ecosofia T (Naess, 1988 (8), 1989 (13), 1992 (25), 1995 (34).

Ele afirma que não precisamos necessariamente concordar com todos os seus valores e etapas de formulação, mas que podemos apreender os recursos e utilizar as estratégias, para desenvolvermos nossos próprios sistemas, ou seja Ecosofias X,Y ou Z.

O fato de nos referirmos às nossas próprias ecosofias não implica que elas sejam uma criação original, mas devem ser visões globais nas quais nos sentimos confortáveis, ou seja, aquelas com as quais nos identificamos filosoficamente e que, da mesma forma que nossas próprias vidas, mudam continuamente, à medida que nossa percepção vai expandindo e vamos amadurecendo.

Uma ecosofia tem como inspiração a ecologia, mas é importante observar que, embora a ecologia possa abarcar muitos elementos, ela não deve ser considerada uma ciência universal, pois não aponta todas as respostas. Para tanto, ao

seu ver, será necessário reunirmos visões de outros campos do conhecimento, e de nossas próprias experiências e percepções.

O Autor tem como base uma postura do movimento superficial, que apresenta recomendações técnicas baseadas em modelos ecológicos e generaliza a partir daí, sem levar em consideração outras interações, também componentes da realidade a ser transformada e que incluem entre outros aspectos sócio-econômicos e culturais.

Segundo Naess, o objetivo básico daqueles que apoiam o movimento em Ecologia Profunda não é uma simples reforma na sociedade atual, mas uma substancial reorientação da civilização atual e da forma de ver o mundo.

Assim ele considera que a ecologia é utilizada para compreendermos como organismos vivos reagem uns com os outros e com o seu entorno, mas que envolvida apenas com fatos e questões lógicas, não pode responder a indagações éticas sobre como deveríamos viver. Para tanto, necessitamos de uma sabedoria ecológica - de um conhecimento que está subjacente à ação e passa a fazer parte integrante do indivíduo na sua relação com o mundo, tanto na dimensão interna quanto externa (Naess, 1989 (13)).

O conhecimento ecológico pode inspirar a busca de uma ação vinculada a uma prática ecologicamente harmoniosa. Como esse conhecimento envolve não apenas dados técnicos científicos resultantes de estudos ecológicos, mas também ligações afetivas e uma reordenação de valores, o resultado é traduzido por Naess como sabedoria ecológica.

Essa mesma compreensão é apresentada por Capra (1982) ao falar da consciência ecológica que deve orientar a ação humana.

Naess propõe que se desenvolva esta sabedoria através de três pontos: experiência profunda, questionamento profundo e compromisso profundo. Estes elementos constituem um sistema interconectado. Cada um origina e apoia o outro, enquanto o sistema inteiro forma aquilo que Naess denomina *Ecosofia: uma filosofia de ser, pensar e agir no mundo em evolução, que envolve sabedoria ecológica e harmonia plena* (Naess, 1989 (13)).

Distanciar-se da natureza e do natural é dissociar-se de uma parte da qual o Eu é construído - da identidade, daquilo que o Eu é - e desta forma o sentido de eu e auto-respeito são quebrados. Alguns elementos do meio, como, por exemplo, mãe, pai, família, primeiros companheiros, assumem um papel central no desenvolvimento do Eu, mas da mesma forma o lar, e o ambiente no entorno fazem parte desse processo de desenvolvimento.

Pesquisas ecológicas e psicológicas fornecem evidências das conexões que o eu em desenvolvimento tem com uma variedade de fenômenos naturais, predominantemente com a vida na ecosfera, mas também com a natureza não orgânica (Barrows, 1995; Shepard, 1995, Naess, 1989). O pequeno bebê gradualmente distingue sua mãe do ambiente ao seu redor e desenvolve sentimentos e relações positivas com as relações à sua volta, com o seu contexto e com a própria mãe. A criança crescida, o naturalista, no dizer de Naess, estende este sentimento positivo para toda a natureza, através da percepção de que tudo está interconectado.

O desenvolvimento vagamente delineado acima pode naturalmente ser destruído por alguma tragédia – tal como a perda da mãe e mais tarde por perdas repetidas e autonegações. O processo de auto-desenvolvimento recebe um choque que pode contribuir para uma atitude hostil com relação a vários aspectos e mesmo contra tudo: uma ação destrutiva dirigida para todo o mundo e para a existência. Existem muitos exemplos disso expressos na psicologia, mas o ponto essencial é que um desenvolvimento negativo não é uma progressão necessária. Condições favoráveis para um processo de auto-desenvolvimento e auto-realização ocorrem, e podem determinar reações positivas para mais e mais áreas da natureza.

Outro aspecto salientado por Naess é que o desenvolvimento de potencialidades é um direito. Para ele a observação de que certos fatos são justos e outros injustos não é um pensamento novo, e nunca foi restrito somente à humanidade. Podemos exercitar justiça e injustiça também com relação a plantas e animais. Naquilo que estamos denominando de direitos da natureza podemos encontrar estes pensamentos expressos filosoficamente. Por muitas eras eles têm sido expressos religiosa e miticamente. Plantas e animais também têm o direito a auto-desenvolvimento e a auto-realização. Eles têm o direito de viver.

Naess pergunta: O que é o direito de viver? E responde que uma definição é freqüentemente arbitrária e não contempla o componente mítico. Uma boa definição, por definição, não contém uma função mítica. Mas para Naess, frases com funções míticas ainda são necessárias hoje. “Todas as criaturas são essencialmente uma” é um bom exemplo de uma frase que tem uma função mítica, mas que pode ser

tornada mais precisa na direção de hipóteses e normas testáveis. No começo dos anos 60, Rachel Carson (1991) levantou a questão do envenenamento da natureza, usando formas de expressão míticas e científicas. Ela percebeu que a humanidade não tinha o direito de destruir a natureza e achou injustificável que nós, meras gotas na corrente da vida, nos permitíssemos fazer o que quer que nos agradasse com o trabalho da criação.

Para Naess, nós não estamos fora da natureza e desta forma não podemos fazer o que bem quisermos com a natureza, sem mudar a nós mesmos. Devemos começar a ver o que fazemos a nós mesmos quando dizemos que uma ação muda apenas a natureza externa. Nós somos parte da ecosfera tão intimamente como somos parte de nossas sociedades. Mas a expressão de Carson “gotas na corrente da vida” pode ser enganadora se ela implica que a individualidade da gota é perdida na corrente. Naess considera que aqui está um região difícil de caminhar: à esquerda temos o oceano de visões míticas e orgânicas e à direita o abismo do individualismo atomístico.

Para o Autor é fundamental a constatação de que a vida é um vasto processo histórico. A história geológica do nosso globo nos ensina sobre grandes mudanças: a formação de cadeias de montanhas, o trabalho incessante da erosão, o lento movimento dos continentes. Entre estes enormes processos ocorrendo no tempo e no espaço, um está bem próximo de nós: o desenvolvimento da vida. Seres humanos que desejam obter uma máxima compreensão de suas condições cósmicas raramente

podem reprimir um sentimento de orgulho de sua participação genuína em algo imensamente maior que suas carreiras individuais e sociais.

A Paleontologia revela as várias fases do desenvolvimento: a expansão das fronteiras onde a vida pode existir, o estabelecimento de potencialidades crescentes para a vida no ambiente inorgânico, o desenvolvimento do sistema nervoso culminando no cérebro dos mamíferos.

O estudo do desenvolvimento da vida na Terra deixa a impressão de que este é um processo integrado, passando por um constante aumento da diversidade e da complexidade. A natureza e a limitação desta unidade pode ser discutida, mas mesmo assim existe algo básico: “A Vida é fundamentalmente uma”.

O *Homo sapiens* é muito bem equipado de um ponto de vista cerebral e neurológico para compreender esta unidade em função da falta de especialização biológica humana, conforme explica Naess:

Nossas mãos são tão primitivas, ou seja não especializadas, como as do lagarto, e muito mais primitivas do que os cascos dos cavalos e as garras das águias. O córtex cerebral é o fator decisivo. Nossa falta de espaço biológico definido, a que chamamos lar, nos permite sentir em casa em qualquer lugar. Nós podemos simpatizar com todas as formas de vida (Naess, 1989, p. 166).

A forma tradicional de expressar o que é comum a todas as formas e espécies de vida é apontar para uma luta básica – a autopreservação. Este termo entretanto é

enganoso, uma vez que ele não considera as dinâmicas de expansão e modificação. Existe uma tendência para perceber cada possibilidade para desenvolvimento, para explorar todas as possibilidades de mudança dentro da estrutura das espécies e mesmo transgredir seus limites. A paleontologia nos fala de conquistas ou expansão do mar para a terra e para o ar, e do desenvolvimento de ajuda mútua.

Em função da passividade defensiva sugerida pelo termo autopreservação, Naess sugere auto-realização ou auto-desenvolvimento, recuperando, segundo ele, a concepção de Spinoza *perseverare in suo esse* – *perseverar em sua própria forma de ser*, e não apenas se manter vivo. A Ecosofia T se concentra especialmente sobre o aspecto geral desse desdobramento - *in suo esse* - na forma específica, parte central de cada ser.

Isto implica, para a vida em geral, numa evolução criativa – a constante extensão da biosfera, da confortável água morna em mares profundos para oceanos árticos e fontes de água quente e vapor.

A emergência da consciência ecológica humana é uma idéia filosoficamente importante: uma forma de vida se desenvolveu na Terra e é capaz de compreender e apreciar suas relações com todas as outras formas de vida e com a Terra em sua totalidade.

Para Naess, o direito de viver de todas as formas de vida é um direito universal que não pode ser quantificado. Nenhuma espécie de ser vivo tem mais direito à vida do que outras espécies. Talvez esta não seja a melhor maneira de expressar isto, dizendo que é um direito – o direito igual para todas as formas de

vida de formular e expandir suas capacidades específicas. Esta formulação, ao seu ver, sugere um tipo de quantificação que é enganosa. Mais exatamente, nas palavras de Naess:

Da forma como eu uso o termo, não pretendo que ele tenha um sentido claramente formulável, mas esta é a melhor expressão que encontrei até agora para uma intuição que sou absolutamente incapaz de rejeitar (Naess, 1995 (38), p.223).

Quando tentamos viver nossas relações com outros seres vivos de acordo com o princípio de direitos iguais para todos, algumas questões difíceis surgem naturalmente, mas o importante a considerar é que este princípio sugere estruturas básicas para nosso comportamento, apesar de não dizer respeito a todo o nosso comportamento. Não é uma norma isolada incondicional que trata tudo da mesma forma. É somente um fragmento de uma visão total. Nossa compreensão das condições atuais, sob as quais vivemos, torna claro que precisamos intervir e matar, em outras palavras, ativamente impedir a auto-realização de outros seres vivos. Direitos iguais para atualizar potenciais, como um princípio, não é uma norma prática sobre igual conduta com relação a todas as formas de vida. Isto sugere linhas básicas que limitam a morte e a obstrução do potencial de atualização de outros.

Segundo Naess, muitos consideram que os seres vivos podem ser classificados de acordo com seu valor intrínseco relativo e que esta classificação está de acordo, em geral, com uma ou mais das seguintes idéias ou pontos de vista:

- 1 Se um ser tem uma alma eterna, este ser tem um valor intrínseco maior do que um que tem uma alma com tempo limitado ou não a tem.
- 2 Se um ser pode raciocinar, ele tem maior valor do que um que não pode ou é considerado irracional.
- 3 Se um ser é consciente de si mesmo e de suas possibilidades de escolha, ele tem maior valor do que um que não tem tal consciência.
- 4 Se um ser é um animal superior em um sentido evolutivo, ele é de maior valor do que algum mais abaixo na escala evolutiva.

Nenhum deste pontos, na percepção de Naess, já foi substancialmente justificado. Eles podem parecer justificáveis e razoáveis à primeira vista, mas esvaziam-se após reflexão e confrontação com considerações básicas sobre a unidade da vida e o direito a viver e desenvolver-se.

O ponto de vista de que uma forma de vida tem um valor superior a outra conduz, algumas vezes, ao argumento de que o ser de mais valor tem o direito a danificar e matar outros de menor valor.

Uma abordagem diferente é especificar sob quais circunstâncias é justificável caçar ou matar outros seres vivos. Nós podemos concordar sobre regras que implicariam em diferentes comportamentos com relação a diferentes espécies de seres vivos, sem negar que há um valor inerente aos seres vivos, que é o mesmo valor para todos. Apesar de complexo, este ponto de vista estabelece um valor básico a todas as formas de vida e coloca em debate algo que nem sempre é questionado.

Com relação a este fato Naess é incisivo: “... *é contra a minha intuição de unidade dizer eu posso matar você porque eu tenho mais valor, mas não contra a situação que diz eu matarei você porque eu estou com fome*”. No último caso haveria um pesar implícito: “*Lamento, mas agora eu vou matá-lo porque eu estou com fome*”. Ou seja, são considerados obviamente corretos, mas freqüentemente difíceis de justificar, diferentes tipos de comportamento para com diferentes tipos de seres vivos. Mas isto não implica que classifiquemos alguns como intrinsecamente de maior valor do que outros.

Para Naess a unicidade da humanidade não deveria ser subestimada. A paleontologia nos ensina sobre a incrível riqueza e diversidade de formas de vida. Existiram provavelmente 100 milhões de espécies que agora estão extintas. Mas entre estas, e as atualmente vivas, o *Homo sapiens* é, de muitas formas, único. Único biologicamente pelo seu cérebro e único fisicamente, através de suas centenas de culturas originais.

É importante, segundo Naess, que tais afirmações, referentes à unidade da vida, sejam feitas de tempos em tempos, de forma a enfatizar o que nós temos em comum com outras formas de vida, e quão íntimas nossas relações são e deveriam ser, com estas e com a ecosfera mais genericamente.

Algumas vezes surgem perguntas sobre por que razão nossas capacidades únicas não deveriam ser utilizadas para conquistarmos o mundo e completar o trabalho de criar um grande habitat humano em todas as partes habitáveis da Terra.

Por que deveria uma criatura limitar sua auto-realização, deixando outras formas de vida reterem seus habitats se elas não são obviamente úteis?

Entretanto, conforme Naess, tais questões são características de somente uma fração das culturas humanas, e talvez revelem não uma preocupação com a auto-realização humana mas, ao contrário, sua negação.

Desse ponto de vista, uma biologia que aponta claramente as particularidades biológicas dos seres humanos, bem como as diferenças entre seres humanos e outros seres, é totalmente compatível com uma ecosofia de identificação e direitos iguais. Uma característica específica da constituição humana é que os seres humanos podem conscientemente perceber a necessidade que outros seres vivos têm de auto-realização, e deveriam assumir uma espécie de responsabilidade por sua conduta com relação aos outros.

Da mesma forma, para Naess, a etologia, o estudo geral do comportamento dos seres vivos, sugere que a violência encontrada dentro das sociedades industriais modernas é mais danosa e autodestrutiva do que a encontrada em quase todas as outras sociedades de mamíferos. Os métodos que outros mamíferos usam para evitar e reduzir a violência parecem ser mais efetivos e menos brutais que os nossos. Essas sociedades animais deveriam ser estudadas e em alguns casos poderiam até ser utilizadas como modelo para o comportamento humano. Este fato, entretanto, não implica em uma avaliação negativa da humanidade e suas possibilidades futuras.

Ecologistas modernos (Miller, 1996; Soulé & Lease, 1995), quase que com unanimidade, enfatizam a importância da unidade (sentimento de união) e da cooperação no mundo animal e vegetal.

Naess exemplifica ao sugerir que algumas habilidades animais deveriam ser observadas com admiração e respeito. Por exemplo, a habilidade do salmão em cruzar grandes áreas dos oceanos, encontrar um delta de um rio e enfrentar as corredeiras para alcançar suas áreas de reprodução. Não existe razão para pensar que a habilidade humana para descobrir esses dados sobre o salmão seja algo menos admirável. Mas a preocupação de Naess é com a capacidade de identificação humana, com o possível sentimento de alegria humana na identificação com o salmão no seu caminho em direção às áreas de reprodução, e o sentimento de tristeza diante da redução do acesso a esses importantes locais.

Para o Autor, o princípio da igualdade biosférica, definido em termos de direitos iguais, tem sido mal interpretado (Naess, 1986 (6); 1990 (15)). Este princípio é muitas vezes compreendido ou interpretado como significando que as necessidades humanas não deveriam nunca ter prioridade sobre as necessidades não humanas. Esta não é a visão de Naess. Para ele, há uma grande obrigação com o que está mais próximo. Isto implica ações que algumas vezes envolvem matar ou ferir seres não-humanos. O que não se aplica ao caso de animais submetidos a experimentos dolorosos de forma a testar, por exemplo, produtos químicos utilizados em corantes alimentícios, entre outros. Para ele os seres humanos estão mais próximos a nós do que animais, mas não existe nenhuma necessidade vital

humana que não seja satisfeita se esses atos não forem realizados. E assim as necessidades periféricas humanas deveriam ser comparadas com as necessidades vitais de outras espécies, se existe algum conflito a ser resolvido.

Naess considera que a norma “*Não devemos infligir sofrimento desnecessário a outros seres vivos!*” oferece uma importante linha de conduta. A necessidade deveria ser legitimizada com uma declaração de objetivos, mas uma declaração que explique porque o objetivo não pode ser alcançado sem infringir sofrimento. No momento, uma parte considerável deste sofrimento tem sido causado para atender demandas supérfluas de mercado e não para suprir reais necessidade humanas.

Entretanto, o Autor observa esta questão de uma forma positiva, pois para ele existe a possibilidade de que, a longo prazo, os problemas serão resolvidos e a incorporação da simbiose se tornará uma característica mais disseminada e valorizada pelos seres humanos.

Neste sentido observa-se que no Brasil a nova lei contra crimes ambientais (Lei nº9605 de 12/02/98) no seu artigo 32, parágrafo 1º, considera crime submeter animais a experiências dolorosas ou cruéis, mesmo para fins didáticos ou científicos, quando existirem recursos alternativos disponíveis. A introdução deste item pode apontar uma revisão, ou ao menos estimular um debate mais substancial sobre nossas relações com outras espécies animais.

2.5.1. Auto-realização: uma abordagem psicológica para o ambientalismo

É a tese da auto-realização que distingue a Ecosofia de Naess de outras filosofias ecocêntricas (Fox, 1990). Nesta tese o Autor desenvolve uma abordagem psicológica e não uma abordagem moralista para o ambientalismo.

Neste aspecto o pensamento de Arne Naess se aproxima, segundo Fox (1990), dos conceitos que embasam a psicologia transpessoal, que aponta para dimensões mais abrangentes da consciência, além da dimensão humana, chegando à noção de unidade com o Todo, como explicita Ken Wilber (1995, 1996) entre outros estudiosos e pesquisadores.

Arne Naess desenvolve uma noção de ética ambiental que está referenciada à visão das dimensões transpessoais do ser humano, possibilita uma identificação interna com outras manifestações de vida e um sentimento afetivo de igualdade e compartilhamento próximo da noção de unidade. Ele apresenta, dessa forma, uma abordagem que se diferencia, radicalmente, da noção de uma ética ambiental baseada numa qualificação de valores, que implica na subordinação de interesses frente a um bem comum maior.

Propondo que o ser humano trabalhe as próprias inclinações e potencialidades, desenvolvendo suas qualidades próprias e singulares, sua amorosidade, criatividade e a capacidade de estar numa relação afetiva com outras

formas de manifestação da vida, Arne Naess amplia a concepção de integração humana para incluir outras dimensões do Ser.

Ele acredita que isso possa ser feito através de uma expansão do eu (self) além das estreitas barreiras do ego, estabelecendo um processo de identificação amorosa com entidades mais abrangentes tais como florestas, bioregiões e o planeta como um todo. Neste aspecto, apresenta uma visão semelhante a diversos povos e culturas tradicionais, que desenvolveram relações ecocêntricas com a natureza, através de um intenso processo de identificação com o espaço físico e seus elementos (Naess, 1992 (26)).

Anderson (1996), em seu trabalho intitulado *Ecologias do Coração*, apresenta uma série de argumentos que reforçam esta perspectiva. Segundo este autor, os diversos programas de gerenciamento ambiental elaborados nas últimas décadas não tiveram o impacto previsto pelo fato de não envolverem o aspecto afetivo da relação das pessoas com o ambiente em que vivem.

Ao estruturar seu sistema ecosófico tendo como princípio de pensamento e ação o processo de “Auto-realização”, Naess sugere que muitos desdobramentos podem surgir. Entretanto, alerta para não estreitarmos esta realização aos nossos próprios egos limitados, mas procurar uma compreensão do Eu (Self) mais amplo, que se expande a partir de nós mesmos para incluir aspectos mais abrangentes da realidade (Naess, 1995 (33)).

Segundo Rothenberg (1993), para se entender a dimensão inovadora da contribuição de Naess para o pensamento ecológico, é preciso compreender melhor

alguns termos utilizados na proposta do autor, uma vez que a tradução a partir do Norueguês é problemática. Muitos dos termos utilizados, tais como auto-realização e identificação, apresentam um sentido mais dinâmico, ativo, que subentendem movimento, quando utilizados em Norueguês. É importante ressaltar que eles não são vistos como estados a serem alcançados, mas processos.

Rothenberg (1993), com a preocupação de contribuir para a compreensão da proposta de Arne Naess, esclarece alguns pontos quando se fala em auto-realização. Entre estes destacam-se:

1. Auto-realização não é autocentrismo. Diz respeito a um Eu (Self) mais amplo, mas ao mesmo tempo isto não determina que o eu individual ou ego seja dissolvido no grande Self. A singularidade e especificidade dos diferentes indivíduos permanece, mesmo quando se estabelecem conexões com uma realidade mais ampla.

2. Se alguém consegue realmente expandir o eu (self) de forma a incluir outras pessoas, espécies e a própria natureza, o altruísmo torna-se desnecessário. Um mundo mais amplo torna-se parte do próprio interesse humano. Ele é visto numa relação de síntese dialética, através da qual um elemento alimenta e mantém o outro em unidade: a realidade mais ampla é alcançada quando se inclui o mundo exterior no processo da própria auto-realização.

3. Ao falar em auto-realização, Naess está usando um conceito que em Norueguês significa auto-realizando, ou seja, não é um estado a ser atingido, mas uma condição ativa a ser vivida. Isto é um processo, uma forma de viver a vida. A auto-realização se coloca, então, como a contínua incorporação de realidades mais amplas, que deve ser mantida como uma direção, um vetor, uma flecha. Ninguém jamais atinge auto-realização por completo, pois isto exigiria a realização de todos. Este conceito ou visão está de acordo com certas tradições budistas (Batchelor, 1992), que prevêem a necessidade de todos atingirem o nirvana juntos. O sentido do termo Auto-realização empregado na Ecologia Profunda é o mesmo conhecido na história da filosofia por vários nomes: eu universal, o absoluto, o atman, etc.

Na sistematização da Ecosofia T, o termo auto-realização é, portanto, concebido como um processo e também como uma meta básica. O termo envolve auto-realização pessoal e social, bem como diz respeito à emergência de uma consciência mais abrangente.

Compatibilidade e maturidade

De uma forma geral, na sociedade industrial enfatiza-se a incompatibilidade de interesses de diferentes indivíduos. O pão de um homem é a morte de outro. Em contraste com esta abordagem, existem outras que estão baseadas na hipótese de uma compatibilidade crescente com a maturidade crescente dos indivíduos. A

Ecosofia T, segundo Naess, está baseada nestas idéias, especialmente na *Ética* de Spinoza cujas idéias de auto-desenvolvimento propõem que um ser não pode evoluir sem partilhar alegrias e tristezas com outros, ou numa outra linguagem, sem o desenvolvimento de um ego estreito (self) para a estrutura de um ego (Self) que inclua todos os outros seres humanos (Naess, 1995 (42)). O movimento em ecologia profunda avança mais um passo quando aponta para o desenvolvimento de uma identificação profunda de indivíduos com todas as formas de vida.

Segundo Naess, o desenvolvimento de formas de vida, especialmente desde o período Cambriano, mostra um grande grau de expansão do espaço vital e da correspondente diversidade de formas, fazendo uso de diferenças climáticas e outras condições. Isto não é apenas uma simples adaptação passiva, uma mera autopreservação em um sentido estreito, mas uma evolução criativa, uma expressão criativa do meio vital, através da qual o todo potencializa as partes e vice-versa. Por isso os termos auto-desenvolvimento ou auto-realização são mais adequados que autopreservação.

Ação benévola

Outra contribuição do pensamento de Naess reflete sobre a realização da ação, quando, inspirado em Kant, fala de ações belas e de ações morais (Naess, 1992 (23)). Ações morais são, segundo o autor, motivadas pela aceitação da lei moral, e percebe-se, inclusive, quando ocorrem contra a inclinação pessoal. Uma pessoa age belamente quando age de uma forma benévola por inclinação. A partir daí, Naess

estabelece correlações com a problemática ambiental e conclui que reflexões sobre a natureza da ação poderiam determinar atitudes diferentes com relação ao meio natural. Ele diz:

... o meio ambiente não é então percebido ou sentido como algo estranho ou hostil com o qual nos devemos infortunadamente nos adaptar, mas como algo de valor que estamos inclinados a tratar com alegria e respeito (Naess, 1992 (23), p.4).

Admitindo, de acordo com Naess, que todos desejam que ações benevolentes floresçam, alguns enfatizam a necessidade de ensinar sobre valores morais e outros enfatizam a necessidade de uma maior compreensão das condições sobre as quais as pessoas tornam-se benevolentes e bem informadas por inclinação natural. Para Naess, este é tanto um processo de maturação quanto de aprendizagem. Se as condições para maturação são ruins, o processo de identificação é inibido, e egoísmos de várias naturezas tornam-se traços permanentes.

Desta forma, a norma Auto-realização é uma expressão condensada da unidade de certas hipóteses sociais, psicológicas e ontológicas: uma maturidade mais ampla e profunda da personalidade humana garante ações belas.

Para o Autor, não é necessário reprimir inclinações naturais, mas desenvolver o Eu (Self) e as ações belas, naturais, terão oportunidade para se manifestarem.

Segundo Naess, a sociedade atual estimula o cultivo de ações egoístas e o desenvolvimento de traços pessoais que conduzem a competir e vencer. Ele sugere

que, nestes casos, as pessoas se subestimam, pois suas personalidades não são tão estreitas. A competição e a supressão do ego não são os únicos caminhos para a realização das potencialidades inerentes ao ser humano. Ao seu ver, existem possibilidades mais amplas e profundas de realização.

Identificação

Para o entendimento da auto-realização Naess traz uma reflexão sobre um outro conceito básico - o de identificação. O Autor aponta para o fato de que no processo de identificação é possível descobrir que as partes da natureza são partes de nós mesmos. Não podemos existir separados delas. Se tentamos nos dissociar da natureza nosso processo de auto-realização é bloqueado. Desta forma, não podemos destruí-la se queremos existir plenamente.

O próprio Naess declara-se inspirado por Spinoza para dizer :

Eu não sei como as partes estão interconectadas, e como cada parte se relaciona com o todo, pois para saber isto seria necessário conhecer o todo da natureza e todas as suas partes... Por conexão das partes, então, eu quero dizer nada mais do que as leis, ou natureza, de uma parte adaptando-se às leis, ou natureza de outra parte, de tal forma a produzir o mínimo possível de oposição (Rothenberg, 1993, p.87).

Isto torna-se a raiz da mais poderosa aplicação do pensamento ecofilosófico para a resolução de conflitos, especialmente os ambientais. Devemos, como seres humano, ver as necessidades vitais dos ecossistemas e de outras espécies como nossas próprias necessidades: não haverá então conflito de interesses. Se esta idéia for incorporada suficientemente, a própria noção de meio ambiente torna-se desnecessária.

Valor intrínseco

Outro aspecto ressaltado por Naess é o de valor intrínseco da natureza, que significa valor próprio, em si mesmo. O valor não é visto independente dos seres humanos, mas independente de sua valoração. Segundo este conceito, todos os elementos da natureza devem ser respeitados por si mesmos, pelo simples fato de existirem e estarem próximos a nós. Da mesma forma que amigos, não deveriam ser usados como meio para alguma coisa. Fazer isto é superficial, ver somente interações superficiais. É intuitivamente óbvio perceber qualidades intrínsecas na relação com a natureza e com amigos, mas isto pode ser facilmente esquecido na interação diária. Tenderemos a perder amigos se agirmos desta forma por muito tempo. O mesmo pode acontecer com a natureza.

Profundidade

Outro elemento importante no pensamento de Arne Naess é a noção de profundidade (Naess, 1995 (36)). Wittgenstein, segundo Naess (1989 (13)),

considerava que o pensamento comum é como nadar na superfície - muito mais fácil do que mergulhar nas profundezas. Esta imagem é igualmente aplicável para abordagens de conflitos ecológicos. E o trabalho do filósofo, explica Naess, é mergulhar profundamente em problemas e situações que possam parecer à primeira vista simples e óbvios, revirando as raízes para revelar estruturas e conexões que se tornarão tão visíveis quanto o problema que a princípio parecia tão fácil. É por isso que uma filosofia ecológica é uma ecologia profunda.

O termo profundidade se aplica para explicitar a intensidade com que se olha na busca da raiz de um problema, de forma a não ignorar evidências que podem revelar uma vastidão de aspectos não pensados sobre o problema.

Para Arne Naess não se deveria nunca limitar a extensão de um problema somente para obter uma solução mais fácil e aceitável. Isto não tocará o centro. Deveríamos pensar não somente em nossa espécie, mas na vida da própria Terra. O planeta é mais do que nós, mais fundamental e básico do que nossa própria espécie isolada.

Naess insiste que, ao nos confrontarmos com sistemas ecosóficos que colocam questões de profundidade, deveríamos permitir um tempo para reflexão e possíveis mudanças, incorporando as informações, saboreando os conceitos, permitindo que corações e mentes se abram para uma percepção maior, incluindo a amorosidade e a afetividade no processo de compreensão. Quando se escuta uma frase como “toda a vida é fundamentalmente uma”, é necessário estar aberto para prová-la antes de perguntar imediatamente “o que isto significa”. Assim como

alguém pode ficar falando para sempre sobre o que quer fazer, sem nunca mudar a forma como vive - uma vez que ideais são uma coisa, ações outra - também podemos ficar negando a possibilidade de compreensão que está ao nosso alcance por não abrir espaço para que isto ocorra.

Como o afogado que está rodeado de bóias e botes salva-vidas e não consegue utilizá-los, podemos recusar o entendimento de questões profundas que nos são apresentadas por rejeitarmos a abordagem que trazem, antes de entendermos seus fundamentos.

2.5.2. Auto-realização e identificação: questões básicas

Ao tratar de auto-realização e identificação, Naess contrapõe os termos - identificação, unicidade, totalidade e auto-realização, aos termos - alienação, pluralidade, fragmentação e autocentramento.

O Autor considera que reflexões sobre as interrelações entre estes termos podem contribuir para esclarecer os fundamentos de sua ecosofia, citando o seguinte exemplo:

Em uma varanda de vidro, um grupo de crianças brinca com um inseticida spray. Alguns insetos estão presos contra a parede de vidro virada para o sol. O produto, ao ser utilizado, os faz cair ao solo. Divertido? Um adulto entra, pega um inseto, olha com cuidado e diz: “talvez estes animais preferissem, da mesma forma que vocês, viver ao invés de morrer”. O ponto é compreendido, as crianças por um momento vêem e experienciam espontânea e imediatamente os insetos como sendo elas mesmas, não somente como algo diferente, mas de uma forma importante como elas mesmas. Um instante de identificação momentânea! Talvez isto não tenha efeito a longo prazo ou talvez uma das crianças mude levemente suas atitudes com relação às outras criaturas. Antes da intervenção as crianças viam os movimentos dos insetos meio mortos mas, presumivelmente, não reagiam por não estarem identificadas com o que acontecia ao outro, não se espelhavam naquele incidente, não se viam vivendo aquela situação.

De um ponto de vista ecosófico elas estavam alienadas em um sentido particular da palavra - estavam indiferentes a algo. Essa alienação deixa de existir quando se verifica uma relação de empatia baseada na identificação, uma compreensão da unicidade de cada elemento natural e na superação de uma concepção fragmentada e auto-centrada da realidade (Naess, 1989 13)).

Os críticos da sociedade industrial moderna apontam para a alienação causada pelo tipo de relação de produção que reduz tudo a meros objetos de manipulação. Não só a natureza é tratada desta forma, mas os próprios trabalhadores são meros fatores de produção no processo produtivo. O que é produzido e como, é irrelevante, o que conta é a lucratividade.

Identificação e solidariedade

Para Naess a relação entre identificação e o processo de solidariedade é tal que cada estado profundo e durador de solidariedade pressupõe ampla identificação.

Quando esta relação ocorre baseada em idéias abstratas de justiça moral, combinada com um mínimo de identificação, a solidariedade não terá garantia de manutenção. O mesmo ocorre com lealdade.

Quando solidariedade e lealdade estão firmemente embasadas em identificação, elas não são vividas como demandas morais externas, mas provêm de um elo interno e afetivo, o que reforça, ao seu ver, a mútua dependência de auto-realização entre seres humanos e mundo natural.

Utilizando o exemplo da identificação que ocorre entre seres humanos e montanhas, Naess lembra como, por milênios e em várias culturas, as montanhas foram veneradas por sua grandeza, equanimidade, reserva e majestade. O processo de identificação é o pré-requisito para a percepção desses sentimentos pelo próprio eu - não o eu empírico (self), mas o Eu (Self) que se aspiraria ser nesta relação.

Sob condições adversas, uma montanha se colocará como ameaça e terror, um adversário a ser superado. Um alpinista que se coloca nesta perspectiva sentirá a chamada “conquista” da montanha como alívio desta ameaça; outro identificado com a montanha sentirá, pelo contrário, a sua grandiosidade (Naess, 1989 (13)).

Para Naess, a identificação com realidades maiores do que os nossos pequenos egos permite que participemos da criação e da manutenção destas realidades. Novas dimensões de satisfação podem ser reveladas. Os egos tornam-se Eus de dimensões cada vez maiores, proporcionalmente ao grau e profundidade de identificação.

A forma mais simples de se ter acesso a esta ecosofia talvez seja a que analisa concepções diferenciadas do eu. Nos primeiros anos de vida o eu não é muito mais amplo que o ego – o estreito centro egoísta que serve para satisfazer as mais simples necessidades biológicas. Neste momento é melhor comer todo o bolo sozinho. Em torno dos sete anos e até a puberdade, ocorre uma socialização que amplia o eu consideravelmente: o eu inclui a família e os amigos próximos.

No período da juventude e maturidade o universo da identificação se amplia podendo incluir dimensões sociais abrangentes. Nesse período também pode se

expandir a noção de realidade, abarcando dimensões internas de outros níveis de consciência, permitindo o surgimento do potencial criativo e o envolvimento em lutas sociais próximas ou distantes.

Para Naess, essa expansão pode amadurecer em direção a uma percepção de que o eu pessoal tem potenciais mais amplos de desenvolvimento e compreensão que incluem outros seres e realidades, e assim cada ser vivo pode ser compreendido como uma meta em si mesmo, com valor próprio. Esta compreensão determina, ao seu ver, uma transição de atitudes sujeito-objeto, para atitudes sujeito-sujeito, presente em diversas culturas (Sessions, 1995, p. 156).

Relação de igualdade

Para Naess, a noção igualdade biosférica deve ser seguida como linha básica para ação. Ela não implica numa ação, desejo ou poder agir sempre em coerência e harmonia com o princípio de igualdade, uma vez que mesmo em condições de intensa identificação a morte ocorre.

Naess ilustra esta questão fazendo referência aos nativos americanos da Califórnia, que com sua mitologia animista, eram um exemplo de igualdade em princípio, combinada com percepções realistas de suas próprias necessidades vitais. Ele lembra uma expressão típica que sintetiza estas percepções: *Quando a fome chega, irmão coelho acaba na panela. Um irmão é um cidadão mas tão tentadoramente nutritivo!*

Desta perspectiva, os complicados rituais que envolvem a caça em muitas culturas ilustram o quanto esses grupos se sentiam próximos a outros seres e os percebiam com valor próprio.

Uma falta de identificação conduz à indiferença. Objetos distantes ou eventos que parecem não nos dizer respeito são no máximo relegados à indiferença.

Naess (1989 (13)) exemplifica esta questão referindo-se ao uso do pesticida Azodrin que reduz o número de certos insetos desagradáveis a quase zero, mas além disso extermina os seus inimigos naturais. O resultado após algum tempo é um número maior de insetos. Este fato prova que nosso conhecimento sobre as consequências de nossas intervenções é menor do que foi inicialmente pensado. A indiferença com o ambiente da vida o transforma em um mero pano de fundo cinzento. Para Naess, com identificação tudo isto muda.

Em outro exemplo, ele lembra que a análise de um simples grama de terra, sobre o qual se tenha espalhado uma substância química, demonstra que a intervenção sobre esta minúscula parte do pano de fundo cinzento afeta um número fantástico de pequenos organismos: entre outros, cerca de 30.000 protozoários, 50.000 algas, 400.000 fungos e 2.500.000.000 bactérias. A fertilidade da terra depende desta interação complexa e intrincada – uma complexa rede simbiótica que envolve todos estes pequenos seres vivos.

Seguindo o raciocínio de Naess, quanto maior a compreensão da unidade com outros seres, maior a identificação e mais criteriosa a ação.

É importante observar que uma convivência natural e equânime com outras formas de vida é ou era característica de algumas sociedades tradicionais. Suas concepções da situação humana são mais realistas do que a oferecida por nossa educação tecno-científica. Enquanto, na relação prevalecente na sociedade atual, nos separamos do mundo natural, desnudamos a natureza de toda a diversidade sensorial e afirmamos que ela é realmente incolor, outros grupos, nos quais predomina o animismo, movem-se na direção oposta.

As noções de unidade e igualdade estavam originalmente associadas às religiões tradicionais. Devido à reduzida influência destas religiões em nossas sociedades industriais, as filosofias de identificação têm se tornado quase inacessíveis. O espaço para muitos tipos de experiências religiosas espontâneas não está mais presente no nosso universo cultural.

Para Naess é através da experiência e compreensão que uma identificação profunda e duradoura pode ser desenvolvida, uma identificação suficientemente profunda para colorir as condições de vida e ideologia de uma sociedade.

Exortações morais, punições de crimes ambientais, sanções e outras medidas econômicas têm seu papel e lugar, mas a educação em direção a uma identificação ampla e profunda pode ser um caminho para uma nova postura na vida. (Naess & Norberg-Hodge, 1997).

Cabe aqui resgatar o pensamento de Naess e suas próprias palavras ao relativizar os valores éticos e morais frente ao papel que ele atribui à experiência:

*Eu não estou interessado em ética ou moral.
Eu estou interessado em como nós experimentamos o mundo... Se a Ecologia Profunda tem profundidade ela deve estar relacionada com nossas crenças básicas e não somente com ética. A ética vem, surge de como nós experimentamos o mundo (Naess, 1990 (17), p.2).*

Experiência Profunda

Segundo Harding (1997), a experiência profunda é o que freqüentemente determina que uma pessoa comece uma caminhada em ecologia profunda. O compromisso profundo é o resultado da experiência e do questionamento profundo. Para Harding, quando uma visão de mundo ecológica está bem desenvolvida, as pessoas agem com toda a sua personalidade, resultando em tremenda energia e compromisso.

Naess (1989) e Harding (1997) citam como exemplo o processo vivido por Aldo Leopold na década de 20, quando atuava no Departamento Florestal Americano. Leopold fazia parte de um grupo que via na eliminação dos lobos um elemento fundamental para o desenvolvimento da caça profissional e amadora de veados, em áreas silvestres nos Estados Unidos. A morte de uma loba, caçada pelo próprio Leopold, e a experiência vivida por ele com essa morte, mudou completamente sua atuação e o transformou em um dos maiores defensores da vida silvestre. Leopold relata a experiência profunda que viveu, quando se aproximou da loba agonizante e viu em seus olhos uma faísca de fogo esverdeada que se extinguia.

A partir desse momento ele iniciou um processo de grande mudança que o levou a escrever:

... havia algo novo para mim naqueles olhos, algo que só era conhecido pela loba e pela montanha. Eu pensava que uma quantidade menor de lobos significaria uma quantidade maior de veados, e que a diminuição do número de lobos seria um paraíso para os caçadores. Mas após ver o fogo verde morrer, eu percebi que nem o lobo nem a montanha concordavam com a minha visão (Leopold, citado por Harding, 1997, p.14).

Segundo Harding, a palavra montanha foi utilizada por Leopold como uma metáfora para descrever o ecossistema silvestre no qual o acontecimento ocorreu; ecossistema como uma presença viva, com seus veados, lobos e outros animais, nuvens, solos e córregos. Leopold vivenciou o ecossistema em que estava como algo com uma vida própria, com sua própria história e com sua trajetória em direção ao futuro. Em um momento de tremenda liberação e expansão de consciência, de alegria e energia - uma experiência verdadeiramente espiritual ou religiosa - sua mente manipuladora de gerente de áreas silvestres se desfez. A mente que via a natureza como uma máquina morta, para uso humano, se desmontou e em seu lugar estava o reconhecimento do vasto ser que é a natureza viva.

Espontaneidade

Ainda segundo Harding (1997), é importante observar que a experiência de Leopold não foi procurada, esperada ou induzida. Ela aconteceu espontaneamente. Algo nos olhos da loba tocou Leopold além do seu treinamento técnico. Após essa experiência ele viu o mundo de uma forma diferente e desenvolveu sua ética da terra, na qual reconhece que os humanos não são uma espécie superior às outras, com o direito de gerenciar e controlar o resto da natureza, mas que os humanos são membros da comunidade biótica. Esta experiência foi decisiva em seu trabalho e levou Leopold a afirmar: “Uma coisa é correta quando ela tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza de uma comunidade biótica. Ela é incorreta quando tende ao contrário.”

Teia de relações

Arne Naess enfatiza a importância dessas experiências espontâneas, das quais um aspecto chave é a percepção do que ele chama de redes de relações. Aí não existem objetos isolados, mas pontos de encontro em uma vasta rede de interconexões.

Para o Autor, dessas experiências decorre um forte sentimento de ampla identificação, que envolve um aumento no sentido de empatia e uma expansão da preocupação com a vida não-humana. Percebe-se quão dependentes os seres humanos são do bem-estar da natureza para seu próprio bem-estar físico e

psicológico. Como consequência surge uma inclinação natural para proteger a vida não-humana. Obrigação e coerção para fazer isto tornam-se desnecessárias.

A compreensão de que os outros seres, de microrganismos a formas de vida multicelulares, os diferentes ecossistemas e a natureza como um todo, estão engajados em um processo de expressão de seu potencial inato é, para Naess, a essência do processo de Auto-realização.

Eu ecológico

Naess tem chamado este sentimento expandido do eu de Eu Ecológico. Como todos os seres buscam de suas próprias formas a auto-realização, reconhecemos que todos têm valor intrínseco, independente de qualquer valor econômico ou utilitário para finalidades humanas. A própria luta humana para auto-realização está colocada no mesmo nível da luta de outros seres. Existe a princípio uma igualdade básica entre a vida humana e não-humana. Esta perspectiva ecocêntrica contrasta com a antropocêntrica que confere valor intrínseco somente aos humanos, valorando a natureza somente se ela é útil para a espécie humana.

O questionamento dos valores básicos da cultura urbano-industrial moderna amplia uma visão que tenta assegurar a continuidade da estrutura sócio-econômica atual, apregoando apenas uma abordagem verde para os negócios e indústria, a simples incorporação de uma série de medidas para prevenção da poluição ou a preservação da biodiversidade, devido a seu valor monetário como medicamento e por sua habilidade em regular o clima.

Este sentimento de pertencer a uma teia de relações, revelado pela experiência profunda, pode conduzir a uma revisão das concepções de vida e desencadear ações práticas coerentes com este novo referencial.

A ênfase na ação é importante, pois distingue a ecologia profunda de outras ecofilosofias e a caracteriza tanto como um movimento quanto uma filosofia. Através de um questionamento profundo, um indivíduo está articulando uma visão geral da vida, que pode guiar suas escolhas e orientar sua maneira de agir no mundo, unindo experiência, teoria e prática.

3. Ecologia Profunda

Dr. Schweitzer has told us that we are not truly civilised if we concern ourselves only with the relation of man to man. What is important is the relation of man to all life. This has never been so tragically overlooked as in our present age...

Rachel Carson

3. 1. O pensamento de Naess e o movimento em Ecologia Profunda

Em decorrência do aumento dos problemas ambientais, as soluções propostas no final dos anos 60 e no início dos anos 70 revelaram duas tendências básicas: uma abordagem corretiva que se manteve dentro do quadro econômico, social e tecnológico estabelecido, e outra que exige uma revisão crítica da relação ser humano/natureza e mudanças básicas que afetariam diversos aspectos da vida humana. Esta última, apoiada pela Ecologia Profunda, envolve tanto decisões concretas em conflitos ambientais quanto diretrizes básicas de caráter filosófico.

O movimento em Ecologia Profunda emergiu de forma mais ou menos espontânea, como um movimento filosófico e científico sócio-político durante a chamada Revolução ecológica dos anos 60. Sua principal preocupação tem sido impulsionar uma grande mudança - uma mudança de percepções, valores e estilos de vida - como uma base para redirecionar o caminho ecologicamente destrutivo das sociedades industriais modernas.

Segundo Sessions (1995), foi a partir do início dos anos 70 que o termo Ecologia Profunda passou a ser utilizado para caracterizar um movimento dentro do ambientalismo que apresenta como características básicas uma visão ecocêntrica e um ativismo ambiental.

Para Rothenberg (1993), a Ecologia Profunda traz uma contribuição singular

para o pensamento ecológico: a retomada da importância intrínseca da natureza para a humanidade.

Apesar do conceito de Ecologia Profunda ter sido introduzido em 1972, este termo permaneceu praticamente desconhecido até a década de 80, quando passou a ser utilizado com frequência cada vez maior.

Fox (citado por Dregson & Inoue, 1995) divide o desenvolvimento da Ecologia Profunda em três períodos:

- 1 O período de latencia - de 1973 a 1980, quando começam a surgir contribuições de estudiosos simpatizantes das idéias formuladas por Naess, que vão consolidando um quadro referencial teórico e estimulando ações concretas diversas;
- 2 O período de lua de mel - de 1980 a 1984, quando virtualmente todas as análises dos grupos ambientais produziam avaliações positivas;
- 3 O período de maturidade - de 1984 até os dias atuais, quando o movimento começou a receber críticas da mesma forma que comentários positivos. Durante este período o quadro conceitual foi aprofundado e expandido.

O movimento em Ecologia Profunda ganhou um grande impulso com o envolvimento de dois pesquisadores americanos: George Sessions e Bill Devall, que começaram a utilizar as idéias de Naess em seus próprios trabalhos a partir de 1977 e publicaram em 1985 o livro *Ecologia Profunda*. Este foi o primeiro livro a ser publicado sobre o tema, após os trabalhos de Naess. Devall e Sessions (1985)

tiveram um papel fundamental na popularização das idéias e do movimento em Ecologia Profunda.

Segundo Dregson e Inoue (1995), os aspectos levantados por Arne Naess na década de 70 continuam tão atuais quanto eram naquele momento. Para estes autores as distinções entre ecologia superficial e profunda são ainda mais relevantes, uma vez que na década de 90 os problemas ambientais tornaram-se, inquestionavelmente, um dos grandes desafios a serem resolvidos pela humanidade.

Assim, a visão superficial ainda domina os meios oficiais e aponta para soluções possíveis dentro de um contínuo crescimento econômico através de mecanismos de proteção ambiental, que privilegiam inovações tecnológicas, gerenciamento científico dos recursos naturais e algumas mudanças no estilo de vida. Esta perspectiva, para os referidos autores, evita um questionamento sério sobre valores e visões de mundo e não examina nossas instituições socioculturais e nossos estilos de vida pessoais, que são a base do questionamento da Ecologia Profunda.

Foi nesta perspectiva de valores que Arne Naess elaborou sua distinção entre Ecologia Superficial e Profunda, enfatizando um caráter complementar entre as duas, mas que exige uma revisão no modo como a sociedade urbano-industrial moderna vê o mundo e justifica suas ações.

A revisão de valores proposta pela Ecologia Profunda não é nova e seus fundamentos podem ser reconhecidos em outros momentos históricos, na estrutura de diferentes culturas, movimentos sociais, filosóficos e religiosos.

Raízes do movimento em Ecologia Profunda

As raízes filosóficas do movimento em Ecologia Profunda, segundo Sessions (1995), encontram-se no ecocentrismo e na crítica social de Aldo Leopold (1970), Rachel Carson (1991), Henry D. Thoreau (1995), John Muir (Muir, 1992; Stewart, 1995; Oelschlaeger, 1991), Theodore Roszak (1972), dentre outros autores. Inspirações também foram buscadas em religiões ecocêntricas, em estilos de vida de populações tradicionais e no movimento romântico do séc. XIX.

Naess apresenta, na caracterização de sua ecosofia, pensamentos e idéias que lhe serviram de inspiração, mas ressalta que outras referências podem servir de ponto de partida para elaboração de ecosofias diversas. Ele aponta que Aldo Leopold (1970), Rachel Carson (1991) e Lynn White (1996) foram fontes para sua própria obra, bem como Spinoza e Gandhi (Naess, s/d. (1)).

Segundo Carson (1991), a idéia de controle da natureza é uma expressão concebida com arrogância na era de Neanderthal da biologia e da filosofia, quando se supunha que a natureza existisse para servir o ser humano. Este pensamento encontra ressonância na visão de Naess sobre questões ambientais. O mesmo ocorre com os pensamentos expressos por Lynn White.

Para Lynn White (1996) a questão da crise ambiental é fundamentalmente uma crise de valores e orientações filosóficas e religiosas do antropocentrismo ocidental. O Autor considera que o Cristianismo desacralizou a natureza, encorajando a sua exploração, e promoveu uma visão de mundo antropocêntrica na qual os humanos são superiores e têm a natureza a seu cargo.

Assim, White afirma que as raízes de nossos problemas são basicamente religiosas e que devemos repensar e redefinir nossa natureza e nosso destino. Ele considera também que a ciência e a tecnologia modernas estão permeadas pela arrogância cristã contra a natureza.¹

Naess também encontra fundamentação nas proposições da Biologia da Conservação (1990 (16)). Um dos pesquisadores expoentes desta corrente de pensamento, Michael Soulé, apresenta, segundo Naess, quatro normas que estão de acordo com aquelas colocadas pela Ecologia Profunda:

- Diversidade de organismos é algo bom;
- Complexidade ecológica é algo bom;
- Evolução é algo bom;
- Diversidade biótica tem valor intrínseco.

Ao considerar a evolução, a Biologia da Conservação está de acordo com uma perspectiva característica do movimento em Ecologia Profunda, a saber: ‘Viabilidade a longo prazo para todos os sistemas’.

É importante observar que uma das características do momento atual é a destruição das condições necessárias para uma evolução continuada, indispensável para a manutenção da diversidade e da riqueza de formas de vida. A tendência em direção a comunidades não-naturais reforça essa ameaça, pois a extinção de uma

¹ Esta tendência de pensamento está presente em diversos autores, tais como SHELDRAKE (1991), CAPRA (1982, 1996, 1997), NASR (1977), entre outros.

espécie de uma comunidade pode eventualmente resultar na extinção de centenas de outras.

A incorporação de uma fração mínima das informações fornecidas pela Biologia da Conservação torna claro: conservar uma grande parte das formas de vida e da diversidade existentes neste planeta exige mudanças como as expressas pela Ecologia Profunda.

3. 2. Diagrama do avental

Naess faz a distinção entre o Movimento em Ecologia Profunda e o termo Ecologia Profunda. Ele usa o termo Movimento em Ecologia Profunda referindo-se a um amplo movimento social e político de base essencialmente ecocêntrico.

De outro lado, utiliza o termo Ecologia Profunda para designar uma visão filosófica para questões ambientais e faz referência a sua própria filosofia ecológica, denominada Ecosofia T, que é centrada na Auto-realização - ampla identificação com o contexto ecológico em que se vive.

Naess elaborou um esquema, o *diagrama do avental*, para representar uma visão geral do movimento em Ecologia Profunda e dos diferentes enfoques filosóficos que o precedem. O diagrama ajuda a clarear o espectro de atividades do movimento em Ecologia Profunda, abrangendo desde questionamentos filosóficos até situações concretas e ações diárias (Naess, 1995(32)).

O diagrama é composto de quatro níveis:

- 1 Premissas básicas
- 2 Princípios básicos
- 3 Visões gerais
- 4 Decisões práticas e concretas

Nível 1 - Premissas básicas - está relacionado com o reconhecimento das normas ou premissas básicas a partir das quais surgem todas as ações e atitudes de uma pessoa.

Segundo Naess, este é o nível alcançado quando continuamos a perguntar *por que* para cada coisa, começando com questões da vida diária. Se o processo se intensifica, as perguntas podem envolver aspectos mais profundos sobre a vida, e as respostas serão referendadas por filosofias e/ou tradições perenes.

Normas básicas pertencem sempre ao nível das religiões e filosofias. Elas não são absolutas, mas guias para chegarmos a decisões sábias. As normas básicas podem ser diferentes, mas conduzem a pontos comuns. Por exemplo, um Budista e um Cristão podem não concordar com relação à noção de realidade, criação do mundo ou existência de Deus, mas ambos concordam com a importância da proteção e manutenção da vida, um tendo como máxima não ocasionar sofrimento e o outro amar ao próximo como a si mesmo.

Naess afirma que a premissa básica de sua própria ecosofia é “Auto-realização” - uma experiência profunda que inspira um sentimento de valor intrínseco existente no desenrolar do potencial da vida.

Desta forma, ao seu ver, existe a necessidade de um conjunto de princípios básicos que podem ser amplamente aceitos pelos simpatizantes da Ecologia Profunda, que adotam princípios filosóficos diversos e normas básicas diferentes. Em função disso ele irá propor os oito pontos básicos da Ecologia Profunda.

Nível 2 - Princípios básicos - Este nível surge da necessidade de compartilhar princípios comuns, a partir de referenciais filosóficos mais amplos, como os apontados acima.

O nível 2 agiria como uma espécie de filtro para o processo de questionamento profundo. Constitui uma plataforma que estabelece os pontos comuns compartilhados por diferentes concepções, e servem para a reflexão e orientação do movimento em Ecologia Profunda.

Os princípios estabelecidos nesse nível representam um ponto de encontro, uma diretriz básica para as diversas formulações conceituais e filosóficas que orientam e inspiram os sentimentos profundos em relação à vida. Este nível é o único para o qual Naess aponta a necessidade de uma relação de unidade, mantendo-se a pluralidade e a diversidade nos outros níveis.

Em 1984, Naess e Sessions (1995(47)) desenvolveram uma plataforma preliminar, ou os oito princípios básicos para o movimento em Ecologia Profunda. Os oito pontos básicos da Ecologia Profunda foram submetidos a revisões periódicas (Naess, 1989(14); 1995(37)). A versão expressa abaixo é a de 1993 (Rothenberg, 1993).

1. *O florescimento de seres vivos humanos e não-humanos tem valor intrínseco. O valor de seres não-humanos é independente de sua utilidade para propósitos humanos.*

2. *A riqueza e a diversidade de formas de vida na Terra, incluindo formas de culturas humanas, têm valor intrínseco.*
3. *Os seres humanos não têm direito de reduzir a riqueza e a diversidade, exceto para satisfazer necessidades vitais.*
4. *O florescimento da vida e das culturas humanas é compatível com uma população humana substancialmente menor.*
5. *A presente interferência humana com o mundo não-humano é excessiva e a situação está piorando.*
6. *Os pontos acima mencionados indicam que são necessárias mudanças na relação dos seres humanos com a Terra como um todo. Estas mudanças afetarão estruturas políticas, sociais, tecnológicas, econômicas e ideológicas.*
7. *A mudança ideológica priorizará qualidade de vida, e não a busca de um alto padrão material, preparando um estado global para um desenvolvimento ecologicamente sustentável.*
8. *Aqueles que subscrevem os pontos mencionados têm obrigação de implementar as mudanças necessárias por meios não violentos.*

Naess apresenta alguns comentários sobre os oito princípios básicos:

- 1 Esta formulação diz respeito à ecosfera como um todo. Inclui indivíduos, espécies, populações, habitats, bem como culturas humanas e não-humanas. O termo vida é usado de uma forma não-técnica, mais ampla, incluindo o que

geralmente é classificado como seres não-vivos: rios, paisagens, ecossistemas, etc.

- 2 Este princípio pressupõe que a vida, como um processo evolutivo, determina um aumento da diversidade. De um ponto de vista ecológico, complexidade e simbiose são condições para maximizar diversidade. As chamadas espécies inferiores ou primitivas de plantas e animais contribuem de forma essencial para a riqueza e diversidade da vida. Elas têm valor em si mesmas e não são apenas etapas em direção às chamadas formas de vida superiores.

As culturas humanas constituem uma forma complexa de vida no planeta. O movimento em ecologia profunda concebe a diversidade cultural da mesma maneira como concebe a diversidade de plantas, animais e seres humanos. Esta idéia, ou abordagem, tem se difundido sensivelmente nos últimos anos.

- 3 A expressão necessidades vitais é deliberadamente vaga, de forma a permitir amplo espectro de decisões. Diferenças climáticas, geográficas e outras, bem como diferenças nas estruturas sociais, devem ser consideradas.
- 4 A necessária estabilização e redução da população humana levará tempo, e estratégias precisam ser desenvolvidas, sem constituir desculpas para a atual complacência. Não se espera uma redução rápida, para um nível moderado, na interferência humana com o mundo não-humano. A seriedade da situação deve

ser percebida. Quanto maior a espera mais drásticas serão as medidas. Até que mudanças profundas sejam feitas, um decréscimo substancial na riqueza e na diversidade ocorrerá. A velocidade na extinção de espécies será de 10 a 100 vezes maior do que em qualquer outro período na história da Terra.

- 5 O termo *interferência* não implica que os seres humanos não deveriam modificar alguns ecossistemas da mesma forma como outras espécies o fazem. Os seres humanos têm modificado a Terra e provavelmente continuarão a fazê-lo. A questão colocada é a natureza e intensidade de tal interferência. A luta para preservar áreas silvestres deve continuar e deve enfocar suas funções ecológicas gerais. Elas permitem uma evolução contínua de vegetais e animais na biosfera. Muitas das áreas preservadas hoje não são suficientemente grandes para permitir tal função.
- 6 A noção de crescimento econômico da forma como é concebido e implementado hoje em economias industriais é incompatível com os pontos 1 e 5. As atuais políticas das sociedades industriais não são sustentáveis. A noção geral de sustentabilidade refere-se apenas às sociedades humanas. A diversidade cultural requer técnicas avançadas que promovam as metas básicas de cada cultura. As chamadas tecnologias leves, intermediárias ou alternativas são etapas nesta direção.

- 7 A crítica de alguns economistas à imprecisão do termo qualidade de vida está relacionada à sua natureza não quantitativa. A ideologia atual valoriza os elementos escassos por seu interesse comercial. Existe prestígio em amplo consumo e desperdício.
- 8 É ampliado o espaço para diferentes opiniões sobre prioridades. Conforme o interesse, cada indivíduo ou grupo definirá o que é mais urgente, o que deve ser feito primeiro.

Para Naess, *“os valores que os colaboradores do movimento em Ecologia Profunda partilham não podem ser formulados em termos de um único conjunto de proposições ou expressos em uma única língua. Eles são o produto de um movimento social dinâmico e não podem ser estabelecidos como se pertencessem a uma filosofia cuidadosamente elaborada sobre a relação ser humano/natureza ou como se formassem o corpo de uma doutrina”* (Naess, 1988 (9), p.128).

Esses princípios básicos não assumem um caráter dogmático, mas devem ser vistos como um ponto de partida para reflexões a respeito do lugar de nossa espécie na natureza, na expectativa de que essas reflexões indiquem soluções para a crise ambiental (Hoefel, 1996).

Nível 3 - Visões gerais - tendo como referência os princípios básicos colocados no nível anterior, cada pessoa ou grupo pode refletir sobre a situação específica em que se encontra, procurando soluções e reorientação.

Nesse nível lida-se com propostas políticas, opções para mudanças de estilo de vida e para ativismos coerentes com os princípios do diagrama. Estas definições e opções devem ser coerentes com os níveis anteriores.

Este é o momento para repensar e elaborar novas formas de intervenção sobre o mundo natural, que conduzam a uma prática ecologicamente equilibrada

Nível 4 - Decisões práticas e concretas – aqui são implementadas as decisões, ações e políticas elaboradas no nível 3.

Diferentes estilos de vida e modos de ação são possíveis. Algumas pessoas enfocarão a forma como a injustiça social conduz à desestrutura ecológica; outras abordarão a contribuição do desequilíbrio entre os sexos para a crise ambiental; outras documentarão e tentarão prevenir a extinção de espécies que invariavelmente segue a fragmentação de ecossistemas; outras se oporão aos impactos negativos da globalização e do livre comércio. Esse momento reforça a visão de Naess de que inúmeras ações são necessárias e possíveis no movimento em Ecologia Profunda.

Naess sugere, através do diagrama do avental que:

- a sustentação de todo o desdobramento posterior vem das alças do avental ou seja, dos princípios filosóficos, das normas básicas desse princípios;
- os pontos básicos são a cintura que une o abstrato da parte superior com o concreto da inferior;

- as definições e estudos escolhidos em cada situação concreta formam a ampla saia,
- o barrado, mais amplo ainda, corresponde às inúmeras ações que podem ser executadas com base nas escolhas feitas.

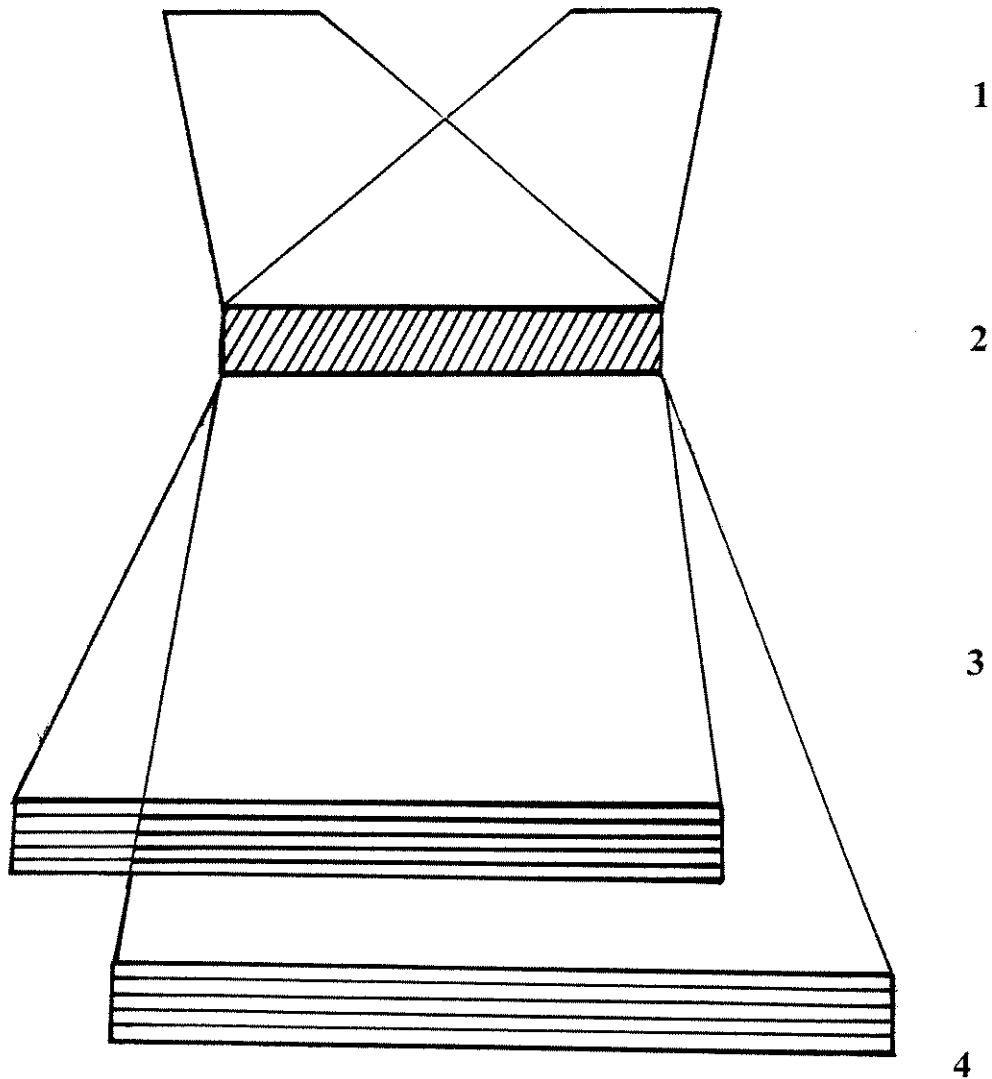
Esses quatro níveis correspondem a níveis de concreção diferenciados, passando do filosófico mais profundo (1), para um patamar comum (2), para situações concretas e particulares (3) e ações práticas (4) que refletem e se articulam com as premissas filosóficas do nível mais profundo - o nível 1.

Arne Naess reconhece que a fronteira é longa, há muitas possibilidades de intervenção e que é necessário compreender e apoiar diferentes abordagens. Desta forma, para ele o pluralismo radical é um componente essencial do movimento em ecologia profunda (Drengson & Inoue, 1995 p.12).

Naess aplica sua visão de “unidade na diversidade” à análise dos desdobramentos práticos e políticos que a Ecologia Profunda pode inspirar. Os oito princípios básicos não estabelecem um modelo único de visão de mundo, mas constituem uma ponte para a ação, permitindo diversidades de propostas que se adequam a situações singulares concretas.

Assim, o pensamento de Naess contribui para um avanço no movimento ecológico e sócio-político em geral, ao sugerir uma prática de respeito às diferenças de escolhas e ações. As formas de vida e atuações passam a ser vistas como complementares, compondo a teia de relações que expressa a vida na sociedade e no planeta.

DIAGRAMA DO AVENTAL



Nível 1. Premissas básicas

Nível 2. Princípios básicos

Nível 3. Visões gerais

Nível 4. Decisões práticas e ações concretas

3.2.1. Fundamentos básicos do movimento em Ecologia Profunda

Uma das características essenciais da Ecologia Profunda tem sido a busca de uma mudança de percepção, valores e estilos de vida, que conduza a um redirecionamento do atual modelo ecologicamente destrutivo adotado pelas sociedades industriais modernas.

A transformação básica que o movimento em Ecologia Profunda vê como necessária para proteger o planeta de uma destruição ecológica, envolve uma mudança de valores centrados em uma visão antropocêntrica para uma visão espiritual e ecocêntrica. Os ecossistemas silvestres e as espécies da Terra têm valor intrínseco, direito de existir e se desenvolver, e são necessários para a saúde ecológica do planeta e para o bem estar dos humanos.

A humanidade deveria rever rapidamente a qualidade de suas atividades industriais na Terra, mudar seus estilos de consumo, estabilizar e reduzir o tamanho das populações humanas e proteger e restaurar ecossistemas selvagens e a vida silvestre remanescente no planeta. A questão crucial colocada é quanto de destruição ecológica global irreversível a humanidade continuará a causar antes que as tendências atuais possam ser significativamente revertidas.

Para Naess (1990(19)), seria ingênuo pensar que a melhoria da atual situação poderia ser obtida sem profundas mudanças no contexto político e nos objetivos

econômicos buscados pelas sociedades industriais. Seria igualmente ingênuo supor que algum grupo ou teoria contém todas as respostas necessárias para tal mudança, que terá necessariamente de ser construída tanto pelas elites de poder quanto pela população em geral. É por isto que soluções tecnológicas prontas ou elaboradas pela ciência, sem participação da população, não irão resolver problemas ambientais.

Problemas ambientais decorrem de estruturas de valores e não de estruturas tecnológicas, a inversão tem que ser desfeita e a percepção da realidade expandida. Este pensamento remete para a importância da ação individual na esfera coletiva e a responsabilidade de cada um na construção de um futuro sustentável.

Tarhang Tulku (1990), abordando esse tema dentro de um enfoque budista, elabora algumas questões que deveriam orientar a ação de cada ser humano:

... que futuro vamos construir para nós mesmos e para aqueles que nos sucederão? Que sabedoria informará as nossas ações? Que visão irá nos guiar e nos inspirar a preservar tudo o que há de bom para os seres humanos e para a Terra, e por de lado tudo o que seja destrutivo? (Tulku, 1990, p. 15).

Para este Autor, é pensando sobre o que podemos retribuir ao mundo que começamos a assumir a responsabilidade de sermos humanos. É imaginando um mundo compartilhado de paz e harmonia universais, e sendo capazes de unir os talentos de cada um para tornar realidade esta visão, que poderíamos ter então:

... um mundo de deslumbrante beleza para legar às gerações do futuro. Regido por uma ordem moral fundada em responsabilidades globais, o mundo não precisaria de leis restritivas. Cada indivíduo, único e livre agiria com pleno conhecimento dos resultados das suas ações ... com sabedoria, cada qual iria contribuir com seus talentos e criatividade, consciente do bem-estar de todas as coisas que existem (Tulku, 1990, p. 292).

Esta reflexão remete a um importante elemento na crise ambiental que é a questão das necessidades e a forma de atendê-las, que está tanto no âmbito da responsabilidade individual quanto social.

Em geral o progresso tem sido medido em função do consumo energético e da produção, aquisição e acúmulo de bens materiais. Existe uma diferença a ser feita, segundo Naess, entre alta qualidade de vida e alto padrão de vida, uma vez que estes dois tópicos têm sido abordados como a mesma coisa. Torna-se básico diferenciar entre necessidades humanas e simples demandas de mercado. Uma boa parte da energia mental consumida na vida econômica é utilizada para criar novas necessidades e seduzir os consumidores a aumentarem seu consumo material.

Uma mudança na ideologia de produção e consumo não é possível sem uma considerável mudança na estrutura econômica. No momento esta estrutura parece exigir e produzir uma atitude distorcida da vida.

Muito tem-se discutido sobre a necessidade de mudanças na relação do ser humano com a natureza. Mas nem sempre a discussão teórica tem sido acompanhada por uma implementação prática de mudança de atitudes e valores. Parece, muitas vezes, que não existe um espaço interno aberto para a introdução de novas percepções.

As discussões sobre a crise ambiental, em especial nas últimas duas décadas, têm colocado vários elementos para auxiliar na superação do paradigma mecanicista e na incorporação da visão sistêmica. É inconcebível, pelo menos teoricamente, um estudo ambiental sem uma equipe multidisciplinar, apesar de, em muitos casos, a visão mecanicista imperar na hora da ação prática. Em momentos reflexivos, pensamos com uma visão diferente e na hora de agir, agimos com toda uma estrutura mecanicista. Desmembramos, analisamos, concluímos e agimos, sempre esquecendo de expandir nossas reflexões e pensar em termos de contextos e conexões cada vez maiores.

Existe uma grande tradição de pensamento em termos fragmentados e o exercício de uma visão de conjunto é ainda lento. Além disto, os processos de mudança são muitas vezes guiados por movimentos de inércia que às vezes são difíceis de romper.

É interessante perceber como a necessidade de generalizações e definições tem levado a conclusões precipitadas e errôneas, que têm conduzido a uma série de problemas ambientais. O fato do organismo humano exercer funções do tipo mecânico levou à concepção de que ele é uma máquina, mas na realidade ele é um

organismo vivo, com grau de funcionamento muito mais complexo do que uma máquina. Analogias semelhantes foram desenvolvidas para os sistemas naturais, que passam a ser gerenciados como estruturas mecânicas e não como sistemas complexos e vivos.

Segundo Capra (1996), *“nós humanos nos defrontamos com problemas que mesmo as máquinas mais sofisticadas não seriam capazes de resolver e nossas formas de pensar e de nos comunicarmos são totalmente diferentes das de um computador.”*

Desta forma, torna-se necessário diferenciar entre a inteligência humana e a de uma máquina. Inteligência humana, julgamentos humanos, memória humana e decisões humanas nunca são completamente racionais, são sempre coloridas por emoções. Não é possível separar racionalidade humana das emoções, nem da intuição. Além disso, o pensamento é sempre acompanhado de processos e sensações corporais.

Anderson (1996) argumenta que crenças religiosas, apesar de parecerem não científicas, ou mesmo irracionais numa primeira abordagem, são na realidade baseadas em longas observações da natureza. Essas crenças funcionam, porque estão incorporadas em uma grande cosmologia e as pessoas têm um investimento emocional muito intenso nelas. Para o autor, os programas ambientais falham porque não encontramos uma forma de colocar as emoções em práticas conservacionistas.

Idéias semelhantes são expressas por Robert (1996), ao afirmar que o mais avançado computador é um brinquedo, quando comparado com o cérebro humano. Em seu trabalho sobre gerenciamento ambiental, Robert aponta para o fato de que a natureza é o único elemento produtor de qualidade em larga escala. Desta forma, o grande fluxo da vida diz respeito ao ciclo de qualidade entre células vegetais e células animais, com qualidade sendo reduzida pelas últimas e reconstruída pelas primeiras.

Essa argumentação é sustentada pelo fato de que a matéria não pode ser produzida, nem desaparecer, mas que os sistemas são abertos para troca de energia. O que podemos consumir é qualidade ou valor material, definido como concentração e estrutura da matéria. Assim as sociedades humanas só podem sobreviver, a longo prazo, se for possível recuperar o equilíbrio entre o consumo e a recriação da qualidade de recursos.

Para que isso ocorra é importante uma reorientação de valores e um compromisso com a manutenção do mundo natural e das sociedades humanas.

Autores como Jerry Mander (1995) assinalam como as pessoas, nas sociedades modernas, estão desenraizadas, não ligadas a qualquer lugar em particular, e assim, lugares autênticos podem se tornar “parques temáticos” deles mesmos.

Refazer comunidades e ambientes em locais que na realidade pertencem a outra região, criar parques temáticos e comunidades com estilos de vida segregados,

são todos sintomas de uma mesma desordem moderna: uma desconexão com o mundo natural.

Segundo o Autor, vivemos dentro das fantasias de nossa própria criação, vivemos dentro de nossas próprias mentes. Embora ainda estejamos no planeta Terra, estamos desconectados dele.

Existe um grande risco no rumo tomado por nossa cultura, em direção a mundos artificiais no/e fora do planeta, pois a lógica resultante é desorientação e loucura e uma necessidade obsessiva de tentar recriar a natureza e a vida.

Nas palavras de Roszak:

O ambiente artificial não só nos cega para importantes fatos ecológicos, mas nos leva a crer que existem substitutos humanos para tudo que exaurimos ou contaminamos. Os cientistas não podem produzir vitaminas e drogas maravilhosas? Eles podem tecer algodão e produzir diversos materiais a partir de substâncias químicas. Então certamente, se necessário, farão aparecer a luz do sol, ar fresco, água limpa, alimentos nutritivos de seus mágicos tubos de ensaio ... ou descobrir formas de nos curar das perturbações causadas pela sua falta. Já não nos prometeram imortalidade genética e cirúrgica através do transplante de vários órgãos? Nas palavras de um médico: nós não podemos duplicar Deus, mas chegamos bem próximo (Roszak, 1972, p. 13).

A crença incontestada no poder da tecnologia para solucionar todo e qualquer problema, inclusive os ambientais, faz parte de uma tendência comum de projetar para alguém a solução ou a culpa por nossos problemas. Esta posição nos exime de mudanças, reflexões e ações práticas, que exigem uma análise crítica de crenças e valores e um reordenamento de nossas vidas. Supomos que o governo, os cientistas ou algum outro personagem vai resolver a situação.

Quando confrontados com questionamentos sobre nossos padrões de consumo, é comum respondermos que somos apenas um e que consumimos tão pouco que uma mudança de hábito com certeza não fará diferença. Fica a encargo da ciência a proposta de um novo produto ao qual todos irão aderir e então o problema estará resolvido.

O poder de mudança, de uma forma geral, não passa pelas nossas mãos, somos apenas os consumidores de novos processos e tecnologias. Se ainda existem problemas eles são apenas o resultado de um conhecimento e uma aplicação técnica não completamente dominados. A pesquisa e desenvolvimento tecnológico trarão, com certeza, a solução - a domesticação e o controle total do mundo natural.

Para Naess este problema é agravado pela concepção de alteridade, na qual o outro é entendido como o inimigo. A cultura ocidental considera a oposição que o outro oferece como adversária. Pressupõe que a oposição é fundamentalmente conflitiva e não complementar ou sistêmica. No máximo, o outro é simplesmente tolerado. Desta forma, na prática, o outro tem de ser suprimido ou mesmo erradicado.

Neste aspecto, Naess ressalta que temos muito a aprender com alguns povos e culturas tradicionais, que percebem o outro, e assim a Terra, em termos de uma história diferente. Uma história que afirma que a relação fundamental do homem com a natureza, e com seus elementos silvestres e selvagens, é participativa, cooperativa e complementar, e não conflitiva. Em alguns momentos, obviamente, existe conflito, mas ao mesmo tempo a natureza chamada bruta, sustenta, apoia, e torna possível a existência humana.

A natureza é selvagem e portanto não está sujeita ao total controle humano. Os seres humanos são participantes de um estado selvagem que é maior e mais poderoso do que eles, para o qual trazer a lei humana é tão inapropriado quanto absurdo.

Este é o tipo de compreensão que é preciso recuperar, em resposta a um desejo de dominação total, tanto dos outros seres, humanos e não-humanos, quanto da própria natureza.

3.2.2. Valores, desdobramentos e ações práticas

Fatos e valores

Para Naess, os objetivos do movimento em Ecologia Profunda não podem ser compreendidos e muito menos alcançados, sem uma discussão ampla a respeito de valores prioritários (Naess, s/d (2), 1989 (13)).

Muitos políticos, burocratas, cientistas e técnicos, ao tratar de questões ambientais, procuram resolver os problemas considerando exclusivamente o fato em si, sem entender suas causas. Qualquer medida ou proposta de análise mais global pode ser percebida como uma divagação, e deve ser desconsiderada.

Quando questionados quanto à eficácia das soluções propostas, o argumento mais comum refere-se à opinião pública: o público exige altos salários, impostos baixos, férias longas, um alto padrão de vida, baixo desemprego, mais medicamentos, bens de consumo, etc.

A crença na tecnocracia e na sua noção de progresso é muito forte na sociedade industrial, e expressões como “*é só uma questão técnica*” assinalam este fato. Em geral decisões são baseadas em cálculos econômicos, para os quais discussões públicas de valores básicos não são consideradas.

A afirmação de que não há sentido em parar o progresso tem e teve um papel central no debate ambiental, impedindo que se atue na raiz do problema. As ações

assumidas pelas estruturas de poder são normalmente orientadas por fatos reais e concretos, sem que se questione suas origens e os valores a elas subjacentes.

A força do movimento em Ecologia Profunda, segundo Naess, depende de sua habilidade para convencer os especialistas a tomarem suas decisões baseadas em valores e prioridades amplos e não em meros fatos isolados.

Em geral, para o Autor, os estudos científicos são fragmentados mas são considerados satisfatórios porque as questões colocadas também são fragmentadas. Mesmo o trabalho científico diário e a cooperação interdisciplinar separam as considerações da totalidade. Nesse sentido, ao seu ver, a síntese deve ser realizada cada vez que uma decisão ecopolítica está para ser tomada, pois todos os aspectos ou efeitos da questão devem ser considerados.

Refletindo sobre a relação entre o todo e suas partes, Naess (1989, (13)) lembra que a uma célula viva só podem ser atribuídas qualidades próprias superficialmente. Uma descrição mais minuciosa, na tentativa de delimitar a própria célula no tempo e no espaço, é inútil. A dinâmica inteira da unidade celular se estende muito além dos limites observáveis na própria célula. As cargas elétricas e processos químicos que a mantêm podem ocorrer em uma extensa área, e torna-se sem sentido isolar a célula de seu meio ambiente. As paredes celulares não são independentes do seu entorno – elas não são paredes no sentido comum, são uma rede de forças e interações. Desta forma, é óbvio que a distinção todo/parte não é apropriada para a célula viva. Portanto, ele enfatiza que as frações não podem ser isoladas. Nada pode ser isolado.

Esta visão sistêmica, presente na biologia, contribui, na visão de Naess, para uma mudança no conceito da relação entre seres humanos e seus entornos, ressaltando que:

Um ser humano não é uma parte isolada em um meio ambiente, mas um ponto de encontro em um sistema de relações, sem limites determinados no tempo e no espaço.

Um sistema orgânico de relações conecta seres humanos com animais, plantas e ecossistemas, convencionalmente considerados fora do organismo humano.

Os conceitos de elementos e qualidades, partes e todo, para tornarem-se mais precisos, exigem a incorporação da noção de campos e pensamentos relacionais.

Estilos de vida, tecnologia e questões político-econômicas

Arne Naess considera que o atual papel da humanidade neste planeta seria avaliado negativamente, se os parâmetros fossem os valores prioritários das visões filosóficas do passado, que distinguiam as noções de grandeza e de grandioso.

Do ponto de vista das grandes correntes filosóficas, grandeza é uma condição almejada, mas não tem um caráter de magnitude, de quantificação. Através desta concepção, a importância da tecnologia seria reconhecida, mas os valores culturais, por exemplo, seriam prioritários, e a qualidade de vida não dependeria de um consumo impensado.

Talvez o mais importante para Naess, nessa hipótese, seja o fato de que, orientadas pelas filosofias mais sólidas, as pessoas seriam estimuladas a avaliar as conseqüências de suas ações a longo prazo, em uma perspectiva universal de tempo e espaço.

Hoje em dia, inúmeros segmentos da sociedade estão conscientes da gravidade de uma formidável destruição ambiental em curso, mas não são capazes, ou não querem mudar atitudes e formas de produção e de consumo que implicam nessa possibilidade. A sociedade se omite, envolvida pela inércia de idéias e hábitos dominantes, sob os quais as concepções de crescimento, progresso e padrão de vida não admitem revisões, e muito menos mudanças de larga escala e ampla ação.

As mudanças sugeridas por Naess, ou seja, a adoção de um estilo de vida ecosófico, estão sintetizadas no slogan “*simples em meios e rico em fins*”, que não deve ser confundido com apelos a favor de regimes espartanos, austeros e autonegativos. Um estilo de vida ecofilosófico não exclui a riqueza, o luxo e a abundância, desde que sejam definidos em termos de qualidade de vida ampla, de acordo com a visão ecofilosófica de totalidade, e não de padrão de vida limitado pela referência a bens de consumo (Devall, 1993).

Para Naess a consciência ecológica se manifesta no estilo de vida pessoal, e ele endossa a afirmação de Erick Dammann: “... *a preservação do meio ambiente natural e biológico, com o ser humano como parte integrante, é uma condição necessária para o desenvolvimento da qualidade de vida da humanidade, e sua manutenção no futuro*”. (Dammann, apud Naess, 1989, p. 88).

Qualidade de vida é aqui considerada como algo incompatível com padrões materiais artificiais além daqueles indispensáveis para a satisfação das necessidades fundamentais, e assim, considerações ecológicas devem ser vistas como pré-condições para a qualidade de vida, pois não estão colocadas fora da responsabilidade humana.

Da mudança de consciência depende a vivência do movimento ecológico, para além de uma infindável e superficial lista de lembretes do tipo: “que vergonha, você não pode fazer isto...”, “nunca mais faça aquilo, nem permita que outros façam”. Na concepção de Naess, o movimento ecológico está mais relacionado com renovação e geração de alegria, que se reflete em expressões como “...será maravilhoso se e quando...”, “que pena que não apreciamos isto antes...”

Outra importante observação de Naess diz respeito à ação dos participantes do movimento ecológico em tarefas delimitadas. Aqueles que se envolvem com o aumento da percepção e mudanças de mentalidade e ideologia, podem deixar para outros o trabalho de mudanças das condições sociais e econômicas na indústria, agricultura e outras áreas. Tal concentração impede a desvalorização do esforço de cada um no conjunto do movimento e evita o sectarismo, uma vez que todas as contribuições são fundamentais (Naess, 1988 (8)).

Entende-se que os esforços para mudança de mentalidade são associados, de forma direta, aos esforços por mudanças profundas na estrutura da sociedade, devendo estar, obviamente, coordenados entre si e não polarizados.

Naess aposta na importância dessas considerações, quando supõe que mudanças de consciência e estilos de vida, fatalmente resultariam em problemas de vendas em centenas de empresas. Um fato como o aumento de desemprego, a curto prazo, seria uma das muitas conseqüências indesejáveis, que poderiam ser evitadas se uma mudança desse porte fosse combinada com outras, preparatórias e/ou complementares.

É evidente, aí, a relevância de um planejamento amplo, que considere as várias dimensões da realidade, incluindo um engajamento político que leve, por exemplo, à redução pessoal de consumo e a um padrão global de qualidade de vida

Segundo Naess, os desenvolvimentos tecnológicos em sociedades industriais modernas têm resultado em pressões contínuas, em direção a um estilo de vida ambientalmente insustentável. Ele considera óbvias as razões disso: a tecnologia industrial moderna é um fator de centralização, apresenta uma tendência para a grandiosidade, está atrelada a grandes mercados e à busca ilimitada de crescimento de rendas. As tecnologias administrativas, por sua vez, são adaptadas para tecnologias físicas e encorajam relações cada vez mais impessoais (Naess, 1989 (13)).

É evidente, também, que a crítica ecosófica ao estilo de vida industrial está relacionada com o estilo de vida médio das elites econômicas. Para Naess, o estilo de vida em voga retrata um conjunto de normas, cuja universalização e implementação determina um decréscimo catastrófico das condições de vida da grande maioria dos seres vivos.

O modelo de vida das sociedades modernas e seu desenvolvimento tecnológico é alvo da crítica que Arne Naess formula em diferentes artigos (Naess s/d (2); s/d (3); 1988 (8); 1988 (10); 1989 (13); 1991 (21); 1995 (42)), nos quais se destacam os seguintes pontos:

1. *Avanços puramente técnicos* – isto é, quando uma melhoria técnica é descoberta, o indivíduo e a sociedade devem ajustar-se a isso, como se a técnica, em parte, tivesse vida própria e autonomia para determinar o desenvolvimento global.

Assim, certas áreas subordinadas ao desenvolvimento tecnológico podem ser favorecidas e outras obstruídas por meios políticos, mas quando uma descoberta ocorre, espera-se que todos se ajustem, tão rapidamente quanto possível, ao que é chamado de desenvolvimento natural.

Esse é um típico uso da palavra *natural* sob a concepção de que a sociedade é sujeita a leis da natureza instituídas pelo homem, às quais a humanidade e o planeta inteiro devam submeter-se.

O grande questionamento, nesse caso, é avaliar a adequação e a condição de *naturalidade* de adaptação de milhares de culturas e subculturas do globo ao avanço tecnológico, entendido como “progresso” em um país industrializado, de liderança econômica.

Naess não apregoa a paralisação da pesquisa por melhorias técnicas, indispensáveis à atividade e desenvolvimento pessoal e cultural em

qualquer tipo de sociedade tradicional, mas relaciona, obrigatoriamente, a avaliação da mudança técnica, em tais sociedades, às suas metas comunitárias e culturais. Isto porque toda e qualquer melhoria só pode ser perfeitamente assimilada no interior do padrão cultural vigente – o que ameaçar esse padrão não constitui melhorias e deve ser rejeitado. Naess está ao lado de outros autores, como Habermas (1975) e Marcuse (1978), que consideram as conseqüências sociais insuficientemente avaliadas, mesmo nas próprias sociedades industriais.

Trata-se de uma visão que não admite a idéia do progresso puramente técnico e vê o curso desenfreado do desenvolvimento tecnológico como um erro histórico e empírico. Quer dizer que nem sempre, sob esse enfoque, uma técnica avançada e evoluída é benéfica em relação a conseqüências sociais, dentro de determinados grupos.

A falta de uma avaliação crítica, no sentido de uma adaptação culturalmente testada, pode fazer com que uma técnica mal assimilada determine a dissolução de uma sociedade.

A incapacidade generalizada em questões de desenvolvimento técnico é, na opinião de Naess, um mito muito útil aos países industrializados, cujas mudanças técnicas são dirigidas por considerações econômicas de perspectiva curta, por pequenas elites cujos interesses são atendidos por tecnologias muito caras. Naess está, portanto, ao lado dos estudiosos e

dos setores que colocam grandes objeções à idéia de que leis para o desenvolvimento tecnológico sejam independentes de outros fatores.

Uma evidência apontada é, por exemplo, a excessiva demanda sobre o meio ambiente e a conseqüente destruição, a longo prazo, de solos submetidos a tecnologias a serviço de grandes margens de lucro, geradas pela agricultura em países capitalistas.

Os graves prejuízos impingidos ao meio-ambiente, e suas abrangências globais, poderiam ser amenizados, pensa Naess, se o desenvolvimento técnico fosse considerado como um fragmento do desenvolvimento total, interagindo com uma série de fatores pertinentes a cada caso.

Essa visão crítica olha com simpatia para atitudes ideológicas e, especialmente, religiosas, que possam influenciar nas direções tomadas pelas mudanças técnicas. Enquanto esse dado é negligenciado pelas escolas técnicas, Naess acredita na disseminação do pensamento ecosófico como um possível resgate de diversas visões de mundo sobre interesses tecnológicos.

Devall e Sessions (1985), formulam diversos pontos a serem considerados, na orientação de testes que devem ser exigidos, quando é dito que uma técnica expressa uma melhoria ou avanço:

1. Possíveis benefícios ou perigos à saúde humana;

2. Incentivo ou prejuízo à capacidade inventiva e desenvolvimento da autodeterminação do trabalhador;
3. Favorecimento da cooperação e trabalho em grupos;
4. Necessidade de técnicas associadas e suas respectivas qualidades;
- 5 Identificação da(s) matéria(s) bruta(s) indispensável(veis), e sua localização, disponibilidade, acesso, ferramentas necessárias e forma de obtenção ;
6. Tipo, quantidade e efeito residual da energia requerida;
7. Intensidade da poluição gerada;
8. Capital necessário, tamanho do investimento e previsão de vulnerabilidade;
9. Estruturas administrativas e hierárquicas envolvidas;
10. Promoção de efeitos igualitários ou diferenciadores no local de trabalho e no contexto amplo.

2. Afirmação de que a crise ambiental pode ser tecnicamente resolvida – a idéia, comum nos países industriais, decorre do completo desligamento entre a crise ambiental e a pressuposição de mudanças de consciência e de sistema econômico. Diante disso, Naess reafirma os pilares do movimento em Ecologia Profunda: a revisão de valores, a expansão da consciência e a transformação da forma de organização social e econômica vigentes.

É compreensível, a partir daí, certa ironia assumida por Naess, em relação à aceitação passiva do contínuo crescimento econômico dos países industrializados, sem que seja considerada necessária qualquer oposição.

Como se, por si só, o desenvolvimento técnico pudesse, diz Naess, reduzir a poluição a níveis toleráveis, impedir o esgotamento de recursos, encontrar ou criar novas espécies de árvores que suportem a chuva ácida, ou até mesmo encontrar meios de viver inteiramente sem árvores.

Ele assinala o profissionalismo e a objetividade com que as indústrias altamente tecnificadas e centralizadas obtêm, dos governos, boas condições liberais que atendam às leis do mercado mundial e aos padrões políticos das áreas industrializadas, totalmente isolados da discussão a respeito de valores.

O mercado determina uma preferência por tecnologias duras – novas fontes energéticas poderosas, programas de eficiência mais intensos e baseados em estruturas centralizadas ou soluções técnicas para o crescimento populacional. Consequentemente, as discussões sobre a introdução de tecnologias brandas ainda são pouco incluídas nas pautas daqueles que acreditam em soluções técnicas.

Os ingredientes de uma tecnocracia estão postos, observa Naess, quando indivíduos e organizações ocupam-se mais com meios do que com fins, mais com fins secundários (prédios) do que com fins

fundamentais (lares). Quanto maior a capacidade de viver valores intrínsecos, menos a consciência afasta-se da experiência imediata.

As conseqüências indesejáveis desse processo agravam-se na medida em que o consumidor é afastado da produção, enquanto as técnicas são aprimoradas constantemente, às custas de grandes sacrifícios de tempo e energia. Diante dessas circunstâncias, os anos vindouros deverão ter como objetivo a descentralização e a diferenciação como uma forma de aumentar autonomia local e, finalmente, criar condições plenas para expressão das potencialidades de cada pessoa.

Naess lembra os termos utilizados por Schumacher, que opõe a expressão “produção das massas” à “produção em massa”, da mesma forma que atribuía à “tecnologia avançada” o sentido de impulso às metas básicas de cada cultura. Para Schumacher (1983), a produção de massas mobiliza os recursos de que dispõem as pessoas comuns – braços e mãos habilidosas; já a tecnologia em massa, ecologicamente danosa, é violenta e autodestrutiva no consumo de recursos não renováveis.

3. *A utilização de tecnologias brandas* – O slogan “*pisar suavemente na terra*” é, para Naess, uma tônica do movimento em Ecologia Profunda, da mesma forma que a idéia de tecnologias brandas. Ambas sintetizam a questão da compatibilidade entre uma interferência reduzida sobre a natureza e uma razoável satisfação das necessidades humanas vitais. A

maximização de uma ou de outra dificilmente deixa de gerar conflitos, mas Naess considera possível um equilíbrio, através de propostas que levem em conta condições geográficas, sociais e culturais concretas.

Ele reconhece que existe um bom número de pesquisadores trabalhando na busca de tecnologias ecologicamente satisfatórias, mas pensa que o investimento ainda é pequeno, quando comparado com o de projetos indiferentes ou frontalmente irresponsáveis, de um ponto de vista ecosófico.

Essa opinião se reafirma diante da quantidade de trabalhos que apontam as qualidades das tecnologias leves, enquanto que a utilização dessas tecnologias não ocorrem na mesma intensidade.

Entre os tópicos constantemente sublinhados por Naess, destaca-se a idéia de descentralização, com ênfase na utilização de recursos locais e na adaptação das tecnologias às condições nativas, em cada área abordada. A descentralização também resultaria em desuniformização de técnicas e maior diversidade de aplicações.

As principais restrições à descentralização são associadas por Naess a três fatores que causam medo aos políticos: a redução da lucratividade do setor econômico-industrial, a baixa do padrão material de vida e o desemprego.

Focalizando o último tópico, Naess aponta para um impasse paradoxal diante da oposição e/ou concordância geral quanto ao aumento da

demanda de trabalho e oportunidades, no caso da implantação de tecnologias brandas.

É difícil, também, refutar a observação de que os meios técnicos consideram a mudança para tecnologias brandas politicamente irreal e, portanto, desnecessária, enquanto é subestimada a importância de inúmeras pequenas mudanças no meio ambiente, causadas por tecnologias duras.

4. A invasão de tecnologias duras no terceiro mundo – a universalização de tecnologias duras deve provocar inquietações, no mínimo, quanto às etapas de implantação em países diferentes e o impacto sobre a vida, tanto das pessoas que hoje vivem nos países pobres, quanto das futuras gerações.

A transferência de tecnologias de países industrializados para o Terceiro mundo tem incluído episódios dramáticos e trágicos. A desconsideração da cultura própria de cada povo, e o conceito de subdesenvolvidos aplicado àqueles que adotam padrões tecnológicos diferentes do dominante nas sociedades industrializadas, foi a marca da intervenção no pós-guerra.

A base ecosófica para uma avaliação da técnica é a satisfação de necessidades vitais em diversas comunidades e os objetivos do movimento em ecologia profunda

não implicam em uma depreciação da tecnologia ou da indústria, mas num controle cultural amplo da noção de desenvolvimento tecnológico.

O grau de auto-suficiência de indivíduos e comunidades diminui na proporção em que uma técnica ou tecnologia transcende suas capacidades e recursos, resultando em passividade e dependência em relação à megasociedade capitalista e ao mercado mundial.

Segundo Naess, com o futuro próximo em mente, é importante apontar linhas básicas para um estilo de vida ética e ecologicamente responsável que poderiam ser formuladas da seguinte maneira:

- Respeito por toda a vida e pela paisagem. Restrição à caça, que só deve ocorrer quando ecosoficamente justificável. Manutenção das áreas naturais e redução de sua urbanização.
- Busca de identificação com a vida e paisagem, através da educação ao ar livre. Superação de uma educação convencional e competitiva. Estímulo para experiências e interações ricas e profundas com a natureza.
- Pressão mínima sobre a natureza combinada com máxima auto-suficiência. Grande conhecimento sobre uso de plantas e outros materiais localmente disponíveis. Conhecimento da capacidade de suporte local, que permite avaliar os limites de um ecossistema.
- Maior independência possível de técnicas e aparatos externos através de um estilo de vida sustentável.
- Adaptação gradual a um ritmo de vida com mais sensibilidade para a

natureza e menos estressante.

Naess reconhece a dificuldade de conciliar essas sugestões com os padrões vigentes de crescimento econômico. Mas seu pensamento aponta, constantemente, a necessidade de um estilo de vida que privilegie o contato com o ambiente natural e que utilize o mínimo de equipamento possível. A vida ao ar livre é, ao seu ver, um tema bastante concreto, mas que não pode ser separado da metafísica. A compreensão de qualquer segmento da natureza começa com uma experiência direta, que conduz à reflexão.

Um dos fatores positivos da discussão sobre estilos de vida ecologicamente equilibrados, é o aumento da consciência da diferença entre padrão e qualidade de vida.

Isso permite, por exemplo, o reconhecimento de que uma grande percentagem de doenças são causadas por estilos de vida danosos. Da mesma forma, a chuva ácida, fruto de um padrão tecnológico, obrigou as pessoas a compreenderem que, para preservar florestas e recursos pesqueiros, é necessário conservar microrganismos, solos e sistemas de vida.

Nessa seqüência de argumentos, Naess aponta para a necessidade do estabelecimento de territórios livres de intensa ocupação humana. O processo de evolução requer extensas áreas silvestres e assim é fundamental proteger esses ecossistemas. Áreas silvestres, antes classificadas como vazios sem utilidade, passam a ter vital importância e valor intrínseco.

A magnitude dessas questões impõe o questionamento sobre o padrão das atividades industriais e modelos tecnológicos e reforça a demanda da Ecologia Profunda por uma revisão dos valores que predominam atualmente.

Evidencia-se, mais uma vez, o caráter político e o âmbito eminentemente econômico, aos quais as considerações relativas ao ambientalismo não pode fugir.

O que torna a situação ambiental séria é o fato de existir uma ideologia de consumo e produção não-ecológica, profundamente enraizada na sociedade moderna.

A atual abordagem econômica dos problemas ambientais, ironizada por Naess, apresenta-se como um cenário, uma “terra plana de considerações quantitativas, sem canyons profundos ou picos impressionantes para admirarmos”. Naess vê a importância e a necessidade de que existam pessoas qualificadas, dentro de uma visão mais ampla, que participem na disseminação de informações ao público sobre as diversas conseqüências de diferentes decisões econômicas.

Quando é dito que é economicamente mais racional se transportar bens de um ponto para outro e opta-se por transporte rodoviário, isto não exclui a possibilidade de que seja incorreto transportar estes produtos, e estes dados devem ser considerados ao se analisar a questão.

Na sua crítica ao cálculo do Produto Nacional Bruto (PNB) (Naess, 1989 (13)), ele ressalta que suas variações não determinam melhorias na qualidade de vida, no reconhecimento de valores intrínsecos e no progresso em direção à Auto-realização. Assim, para ele, qualquer forma de crescimento econômico que não

esteja relacionado a valores, é neutra ou negativa. A medida do PNB atende a desejos e não a necessidades; favorece tecnologias duras produzidas em locais distantes, que exigem longo tempo de transporte e processos de adaptação; discrimina pessoas que realizam trabalho doméstico e apoia um consumo de recursos irresponsável e não solidário, além de estimular a poluição global.

A recorrência contínua à pergunta - Por quê? - é indispensável e fundamental para compreensão dessas questões e incorporação desses valores.

É preciso formular e tornar predominante uma visão diferente, em contraposição a uma visão fria e calculista de nossas responsabilidades diante do que está acontecendo, mesmo em relação ao futuro próximo, geológica e evolutivamente. Para Naess, a preocupação com o futuro deveria ser uma das principais diretrizes para encaminhamento das decisões político-econômicas diretamente ligadas às questões ambientais.

A intensa interferência humana na natureza espelha a atividade econômica. A proteção do que resta do mundo natural depende da disposição dos seres humanos para mudar suas formas de produção e consumo e as ideologias que justificam a atual má utilização econômica do planeta.

4. A Contribuição da Ecologia Profunda

The flower was white and made the impression of the uttermost simple purity like a snowflower. I sat down beside it, and fairly cried for joy. ... hunger and weariness vanished and only after the sun was low in the west I plashed on through the swamp, strong and exhilarated as if never more to feel any mortal care.

John Muir

As sociedades humanas têm vivido, periodicamente, conseqüências oriundas dos processos de interferência, realizados numa perspectiva imediatista. Entretanto, as medidas e os sistemas de gerenciamento propostos partem, geralmente, de um pressuposto que a espécie humana é a única com valor e que ela pode dispor da ecosfera como melhor lhe convier.

A primeira etapa na redução do impacto ecológico é reconhecer que a crise ambiental não é tanto um problema técnico, mas muito mais social e comportamental.

Existe uma tendência em tratar o meio ambiente como algo que está lá fora, separado e distanciado das pessoas e de suas atividades. Julgando por nossas ações e nossa linguagem, os seres humanos tendem a ver as sociedades como estruturas mais ou menos independentes da natureza.

Desta forma, quando uma atividade econômica causa um dano inesperado a algum valor ambiental, ele é chamado externalidade negativa, enfatizando assim o local periférico que as questões ambientais ocupam na consciência das sociedades modernas. As abordagens convencionais tratam o meio ambiente como um pano de fundo para as atividades humanas.

Entretanto, as ações humanas não estão separadas do mundo natural, mesmo em nossas mentes, pelo simples fato de que esta separação não existe. Em termos de energia e fluxo de materiais não existe um lá fora, a sociedade humana é um subsistema totalmente dependente da ecosfera. Esta premissa é tão simples que

geralmente é considerada de forma não adequada, por ser muito óbvia para ser relevante.

As implicações políticas desta realidade são muito mais amplas do que pressionar apenas por controles de poluição e melhor proteção ambiental, o que mantém o mito da separação.

Se os seres humanos são parte do tecido da natureza, o meio ambiente não é mais uma mera cena de fundo, mas torna-se a própria peça. A ecosfera é o lugar onde vivemos, a humanidade depende da natureza e não o inverso.

Neste enfoque, sustentabilidade exige que a ênfase mude de gerenciar recursos para gerenciar a nós mesmos, que aprendamos a viver como parte da natureza (Naess, 1991 (21)).

Ao considerarmos a contribuição da Ecologia Profunda, observamos que ela aponta alguns elementos essenciais à compreensão da dinâmica da problemática ambiental e à elaboração de soluções.

Ao propor uma revisão da relação ser humano/natureza, permeada por influências da ecologia, da filosofia, da psicologia e de um engajamento sócio-religioso, a Ecologia Profunda busca encaminhar a discussão sobre questões ambientais para uma atitude de envolvimento, que vai além de soluções puramente técnicas.

Ela propõe a fusão de uma reflexão teórica com uma ação prática, orientadas por uma mudança nas concepções sobre o mundo natural, por questionamentos

sobre o lugar da espécie humana e pela compreensão do ser humano, como parte integrante da natureza, superando uma idéia de separatividade.

Para Naess *“a crise ambiental atual tem revelado vários aspectos em comum entre os diferentes colaboradores da Ecologia Profunda. Eles têm percebido que suas oposições e críticas contra as tendências dominantes das sociedades industriais são praticamente as mesmas. Foi esta constatação de pensamentos, e conclusões em comum, que permitiu a elaboração de um conjunto de princípios básicos que foi denominado a plataforma da Ecologia Profunda”* (Naess, 1988 (9), p. 128).

Essa visão está expressa nas idéias de valor intrínseco atribuído a todos os elementos do mundo natural, no direito de todos os seres à vida e na interrelação e dependência que todos temos da natureza.

Vale observar que a manutenção dos sistemas vitais, que permitem a vida no planeta Terra, depende de uma complexa teia de fenômenos, sobre os quais se sabe muito pouco ou praticamente nada.

É preciso retomar a fragilidade de nossa situação e perceber que, desde o equilíbrio do ar que respiramos até a qualidade da água que bebemos, devem-se à atuação de incontáveis elementos vivos e não vivos, dos quais somos inteiramente dependentes. Um mínimo de humildade seria ao menos prudente, se não urgentemente necessária. Como diz Roszak, *dado os riscos que estamos correndo na roleta ecológica que nossa sociedade tem jogado nos últimos duzentos anos, prudência deveria ser a ordem do dia* (Roszak, 1993, p. 39).

A Ecologia Profunda amplia o debate sobre a questão ambiental, incorporando novos elementos e novas teorias, por exemplo, a idéia da Terra como um elemento vivo e auto-regulado, que aparece implícita e inspira as noções de identificação e de auto-realização, no pensamento de Arne Naess.

Identificação é um processo espontâneo, através do qual os interesses de outros seres são vistos como nossos. Para Naess o oposto de identificação é alienação entre o eu e o mundo, que é um dos elementos básicos na criação de problemas ambientais.

Nas suas palavras, identificação é a capacidade de ver algo de si nos outros e, através desta atitude, nos aproximamos da auto-realização. A auto-realização é um processo manifestado por todos os seres no planeta, e, no universo, é o movimento de realização dos potenciais intrínsecos de cada elemento.

A partir das contribuições de Naess, é papel da Ecologia Profunda inspirar as pessoas a um questionamento contínuo e fecundo, a desafiar concepções e visões de mundo e ajudar na compreensão de emoções e sentimentos, com relação à vida e aos problemas ambientais. Dos vários pontos questionados e abordados, muitos estão sendo detalhados e elaborados por Naess e outros autores, que a concebem como uma proposta em processo e não uma solução acabada.

São apontados muitos caminhos para reflexão, sem determinar definições certas e erradas, mas questionando ações e modelos. A prática ainda depende de cada um, mas deve ser inspirada por uma reflexão mais madura sobre o nosso papel na expressão e na manutenção da vida na Terra.

Baseados nos princípios básicos da Ecologia Profunda estudiosos têm elaborado programas e propostas para solução e compreensão de problemas ambientais, em diversas áreas do conhecimento, tais como:

- Os programas de gerenciamento ecológico de Capra;
- Os trabalhos de Norberg-Hodge com culturas tradicionais em Ladakh, no norte da Índia;
- Os trabalhos de gestão ambiental do Instituto em Ecologia Profunda no Chile;
- As atividades educacionais e de pesquisa do Schumacher College, em Devon e do Centro de Ecologia Humana da Universidade de Edimburgo;
- As reflexões na área da psicologia de Fox e Roszak , entre outros.

O padrão ético atual não é mais adequado para lidar com diversos problemas, e assim torna-se importante introduzir modelos ecologicamente orientados. Diante da necessidade de valorizar formas de vida não-humanas, a característica antropocêntrica do padrão em vigor é uma das razões para sua superação.

O reconhecimento de um valor intrínseco no mundo natural tem sua origem em uma consciência ecológica profunda que percebe a natureza e o Eu como um todo integrado. Esta visão da realidade está presente em diferentes escolas filosóficas, em algumas tradições espirituais do oriente, na espiritualidade de

místicos cristãos e na cosmologia que embasa a cultura de inúmeros povos tradicionais no Brasil, nas Américas e em todo o mundo.

Um ponto a considerar com relação a valor intrínseco é o fato, colocado por Naess, que ele é qualitativo e não quantitativo. Os seres humanos tendem a valorizar apenas o que é escasso e tratar de forma leviana ou pouco criteriosa o que é abundante. O abundante está disponível em grande escala e não tem problema se for usado de qualquer forma.

Naess chama atenção sobre este fato ao tratar da relação entre lobos e ovelhas na Noruega. Apesar dos danos causados às ovelhas, em especial o sofrimento das que são atacadas e não são mortas, existe hoje uma tendência, ao contrário do passado, em valorizar os lobos por serem raros e em desconsiderar as ovelhas por serem milhares.

Para ele este raciocínio é incorreto ou errôneo. Ambos, ovelhas e lobos deveriam ser igualmente valorizados, pois ambos têm valor intrínseco e ambos estão buscando expressar seu potencial de auto-realização. A escassez não deveria determinar o valor. É interessante estender este raciocínio a outros elementos, como por exemplo água, uso do solo, qualidade do ar, entre outros. A aparente abundância tem determinado um uso abusivo e incorreto, estabelecendo profundas alterações nestes elementos e mesmo sua completa degradação.

Aqui entra o papel da identificação expresso por Naess. Todos os elementos são igualmente importantes, devem ser tratados da mesma forma e com o mesmo critério e cuidado. Cada um, desde uma folha de papel até o ouro, tem valor, e não é

sua raridade que determina se ele deve ser mais ou menos valorizado.

Somente uma sociedade baseada na alienação, na quantificação e no distanciamento, pode viver e olhar para os elementos naturais desta forma. Modelos como este só podem ser criados por uma sociedade na qual o sagrado não existe, ou está reservado a lugares específicos. Acredita-se em uma abundância eterna que nos exime de uma responsabilidade das nossas ações. Tudo é descartado, inclusive a própria relação com o ambiente, diferente da idéia de que cada ato é repleto de significado e cada elemento tem um profundo valor.

Talvez algumas sociedades tenham sido fundadas sobre essa base, talvez não. Este dado, entretanto, não invalida a possibilidade de refletir sobre a relação com o espaço e com o ambiente, revendo o rastro de nossa passagem. Será que o medo da morte, a possibilidade de sair de cena a qualquer momento, em especial em uma sociedade que vê na morte o fim de tudo, não conduz a práticas com a atual qualidade destrutiva?

Se cada elemento e cada ato têm um valor em si mesmos, a compreensão desse fato poderia, com certeza, abrir caminho para diferentes modelos de sociedades. Ingênuo? Romântico?

Será que ingenuidade e romantismo não são justamente características da crença numa abundância eterna, sem a correspondente vinculação com a realidade? Parece que a gravidade dos problemas ambientais está mostrando que sim.

É necessário considerar que as mudanças apontadas pela Ecologia Profunda não estão baseadas em obrigações morais, pois estas não se sustentam a longo prazo.

O que está sendo proposto é uma revisão de valores básicos, formas de estar e interagir com os elementos à nossa volta, percebendo a sua importância.

Questões que colocam mudanças de valores podem ser rapidamente distorcidas. A apresentação de algo que foge do comum, do normal, em geral determina reações exaltadas, que radicalizam os pontos de uma forma absoluta.

Existe um desequilíbrio na maneira como os seres humanos têm lidado com outros elementos do mundo natural, quer inorgânicos ou orgânicos. Uma postura que chama atenção para este fato é imediatamente colorida de conteúdos emocionais e contestada como fantasiosa, ingênua e irreal.

Estes adjetivos seriam mais adequados para uma visão de mundo que concebe os seres humanos como centro da criação e cujas técnicas de interferência no mundo natural têm provocado desequilíbrios que colocam boa parte, se não a totalidade, dos elementos naturais em risco.

Os raciocínios parecem estar invertidos ou distorcidos e precisam ser repensados e colocados nas suas devidas proporções.

Na perspectiva de Naess, existe a necessidade de estabelecer novos significados a cada estrutura de valor, de forma a reverter essa situação. Valores como, por exemplo, compaixão, podem ganhar outra amplitude, quando estendidos também a quem não manifesta sofrimento, mas que da mesma forma expressa a necessidade de ter suas potencialidades desenvolvidas.

Da mesma forma, termos como ética, identidade, profundidade, maturidade, igualdade e unidade se tornam mais amplos ao ser revestidos de significados que consideram a inserção dos seres humanos no mundo natural.

Assim, o trabalho de Naess, fundindo a experiência de uma vida em contato com a natureza e os ensinamentos da psicologia e da filosofia, aponta, na verdade, para o reencontro com valores e significados que nem são novos, pertencem a antigas tradições filosóficas e culturais, que têm sido retomadas através dos tempos, exatamente como ele buscou inspiração na *Ética* de Spinoza:

... a razão, ou seja, a causa, por que Deus – ou Natureza – age e por que existe, é uma e a mesma. E, assim como Ele não existe em vista de nenhum fim, assim também não age em vista de nenhum fim; mas, da mesma maneira que não tem nenhum princípio ou fim para existir, assim também não os tem para agir. A causa a que chamam final, não é senão o próprio apetite humano, enquanto é considerado como princípio ou causa de uma coisa qualquer (Spinoza, 1965, p.8).

5. Bibliografia

5.1. Bibliografia de Arne Naess²

- 1 NAESS, Arne. *A note on the prehistory and history of the deep ecology movement*. Mimeo. *Arquivo Schumacher College*. s/d.
- 2 NAESS, Arne. *Cultural diversity and the deep ecology movement*. Mimeo. *Arquivo Schumacher College*. s/d.
- 3 NAESS, Arne. *Ecosophy and its political implication*. Mimeo. *Arquivo Schumacher College*. s/d.
- 4 NAESS, Arne. *Population reduction. An ecosophical view*. Mimeo. *Arquivo Schumacher College*. s/d.
- 5 NAESS, Arne. *The connection of 'Self-realization!' with diversity, complexity and symbiosis*. Mimeo. *Arquivo Schumacher College*. s/d.
- 6 NAESS, Arne. Deep ecology in good conceptual health. *The Trumpeter*, Victoria, v. 3, p. 18-22, 1986.
- 7 NAESS, Arne. For its own sake. *The Trumpeter*, Victoria, v. 4, p. 28-29, 1987.
- 8 NAESS, Arne. *An example of a place: Tvergastein*. Mimeo. 1988. *Arquivo Schumacher College*.
- 9 NAESS, Arne. Deep ecology and ultimate premises. *The Ecologist*, London, v. 18, p. 128-131, 1988.
- 10 NAESS, Arne. Ecosophy, population and free nature. *The Trumpeter*, Victoria, v. 5, p. 113-119, 1988.
- 11 NAESS, Arne. *Green politics, green parties, deep ecology. How related?* Mimeo. 1988. *Arquivo Schumacher College*.

² A citação das referências bibliográficas de Arne Naess será feita indicando-se o ano de publicação seguido de sua numeração na lista de obras do Autor.

- 12 NAESS, Arne. *Norway – a developing country with good prospects?* Mimeo, 1988. Arquivo Schumacher College.
- 13 NAESS, Arne. *Ecology, Community and Lifestyle*. Cambridge: Cambridge, 1989.
- 14 NAESS, Arne. *For discussion: new version of the 8 points*. Mimeo. 1989. Arquivo Schumacher College.
- 15 NAESS, Arne. Comment. “Man apart” and deep ecology: a reply to Reed. *Environmental Ethics*, Baltimore, v. 12, p.185-192, 1990.
- 16 NAESS, Arne. *Deep ecology and conservation biology*. Mimeo. 1990. Arquivo Schumacher College.
- 17 NAESS, Arne. *Ethics and ecology*. Mimeo, 1990. Arquivo Schumacher College.
- 18 NAESS, Arne. *Quality of life research*. Mimeo. 1990. Arquivo Schumacher College.
- 19 NAESS, Arne. *Sustainable development and deep ecology*. Mimeo. 1990. Arquivo Schumacher College.
- 20 NAESS, Arne. *Self-realization in mixed communities of humans, bears, sheep and wolves*. Mimeo. 1991. Arquivo Schumacher College.
- 21 NAESS, Arne. *Sustainability: The integral approach*. Mimeo. 1991. Arquivo Schumacher College.
- 22 NAESS, Arne. *Architecture and the deep ecology movement*. Mimeo. 1992. Arquivo Schumacher College.
- 23 NAESS, Arne. *Beautiful action. Its function in the ecological crisis*. Mimeo. 1992. Arquivo Schumacher College.
- 24 NAESS, Arne. Deep ecology for the 22nd century. *The Trumpeter*, Victoria, v. 9, p. 86-88, 1992.
- 25 NAESS, Arne. Deep Ecology. *Resurgence*, no. 151, p. 23-24, 1992

- 26 NAESS, Arne. *Identification as a source of deep ecological attitudes*. Mimeo. 1992. *Arquivo Schumacher College*.
- 27 NAESS, Arne. The encouraging richness and diversity of ultimate premisses in environmental philosophy. *The Trumpeter*, Victoria, v. 9, p. 53-60, 1992.
- 28 NAESS, Arne. *The spectacular, an enemy?* Mimeo. 1992. *Arquivo Schumacher College*.
- 29 NAESS, Arne. The three great movements. *The Trumpeter*, Victoria, v. 9, p. 85-86, 1992.
- 30 NAESS, Arne. To grow up or to get to be more mature? *The Trumpeter*, Victoria, v. 9, p. 80-81, 1992.
- 31 NAESS, Arne. The shallow and the deep, long-range ecology movement: a summary. In: DRENGSON, Alan & INOUE, Yuichi (Org.). *The Deep Ecology Movement. An Introductory Anthology*. Berkeley: North Atlantic Books, p. 3-9, 1995.
- 32 NAESS, Arne. The Apron Diagram. In: DRENGSON, Alan & INOUE, Yuichi (Org.). *The Deep Ecology Movement. An Introductory Anthology*. Berkeley: North Atlantic Books, p. 10-12, 1995.
- 33 NAESS, Arne. Self-realization: an ecological approach to being in the world. In: DRENGSON, Alan & INOUE, Yuichi (Org.). *The Deep Ecology Movement. An Introductory Anthology*. Berkeley: North Atlantic Books, p. 13-30, 1995.
- 34 NAESS, Arne. The systematization of logically ultimate norms and hypotheses of Ecosophy T. In: DRENGSON, Alan & INOUE, Yuichi (Org.). *The Deep Ecology Movement. An Introductory Anthology*. Berkeley: North Atlantic Books, p. 31-48, 1995.

- 35 NAESS, Arne. The deep ecological movement: some philosophical aspects. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, p. 64-84, 1995.
- 36 NAESS, Arne. Deepness of questions and the deep ecology movement. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, p. 204-212, 1995.
- 37 NAESS, Arne. The deep ecology "Eight Points" revisited. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, p. 213-221, 1995.
- 38 NAESS, Arne. Equality, sameness and rights. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, p. 222-224, 1995.
- 39 NAESS, Arne. Ecology and gestalt ontology. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, p. 240-245, 1995.
- 40 NAESS, Arne. Metaphysics of the Treeline. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, p. 246-248, 1995.
- 41 NAESS, Arne. The place of joy in a world of fact. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, p. 249-258, 1995.
- 42 NAESS, Arne. Deep Ecology and Lifestyle. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, p. 259-261, 1995.
- 43 NAESS, Arne. The Third World, Wilderness and Deep Ecology. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, p. 397-407, 1995.

- 44 NAESS, Arne. Politics and the ecological crisis: an introductory note. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shambhalla, p. 445-453, 1995.
- 45 NAESS, Arne. Heidegger, Postmodern theory and Deep Ecology. *The Trumpeter*, vol. 14, no. 4, p. 181-183, 1997.
- 46 NAESS, Arne & SESSIONS, George. Platform principles of the Deep Ecology Movement. In: DRENGSON, Alan & INOUE, Yuichi (Org.). *The Deep Ecology Movement. An Introductory Anthology*. Berkeley: North Atlantic Books, p. 49-53, 1995.
- 47 NAESS, Arne & NORBERG-HODGE, Helena. Self-realization and Society. *Resurgence*, no. 180, p. 24-26, 1997.

5.2. Arquivo Arne Naess – Acervo Schumacher College

Síntese de artigos inéditos ou raros

A numeração de cada artigo corresponde à apresentada no item 5.1.

1.NAESS, Arne. *A note on the prehistory and history of the deep ecology movement*. Mimeo. Arquivo Schumacher College. s/d.

O texto trata das controvérsias suscitadas pelo livro de Rachel Carson, *Primavera Silenciosa*, que apontaram forças políticas, econômicas e tecnológicas em atuação naquele momento. Carson aprofundou a questão e questionou os valores básicos da sociedade moderna.

O estudo das culturas humanas mostra que grandes estruturas administrativas, imensas populações e maquinário não são necessários como base para alcançar propósitos e metas humanas fundamentais.

A função positiva básica da crise ecológica é renovar uma preocupação sobre o que é ser humano. Para que estamos aqui? Para destruir o planeta? Por que deveríamos fazer isto? Existe algum propósito fundamental que torne necessário colocar em risco a riqueza e diversidade da vida?

A ecologia superficial ou reformista não coloca estas questões no centro de sua atenção, em parte porque não alia uma preocupação com a Terra a uma avaliação crítica das tendências dominantes nos países industrializados, e também porque considera que os distúrbios ecológicos são poucos, bem conhecidos e de

fácil eliminação, através de um manejo inteligente dos recursos, na medida que forem sendo compreendidos.

2. NAEISS, Arne. *Cultural diversity and the deep ecology movement*. Mimeo. *Arquivo Schumacher College*. s/d.

Sugere moderação no que diz respeito à rápida invasão cultural, processo que tem se acelerado neste século. “Eu percebo os esforços de moderação como esforços para manter a diversidade e riqueza de vida no planeta Terra” (p.3).

O movimento em Ecologia Profunda tem indagado sobre a existência de culturas com uma relação ecologicamente mais equilibrada entre o mundo humano e o não-humano. Este texto apresenta uma resposta positiva, proveniente de estudos sobre várias culturas tradicionais norte-americanas.

Existem posições diferentes, com relação a mudanças dentro de grupos culturais tradicionais. Há quem considere positivas as mudanças radicais e a absorção e inclusão de padrões culturais modernos e típicos de sociedades industriais atuais. Ao mesmo tempo existem grupos que lutam pela manutenção dos padrões e valores culturais tradicionais, defendendo a manutenção de sistemas de vida ecologicamente sustentáveis. Os dois pontos de vista deveriam ser considerados e amplamente analisados.

As culturas humanas constituem uma forma complexa de vida no planeta. O movimento em ecologia profunda concebe a diversidade cultural da mesma maneira

como ele concebe a diversidade de plantas, animais e seres humanos. Esta idéia, ou abordagem, vem sendo difundida largamente nos últimos anos.

3. NAESS, Arne. *Ecosophy and its political implication*. Mimeo. *Arquivo Schumacher College*. s/d.

Existe uma íntima relação entre todos os seres vivos, incluindo os seres humanos. Não é possível realizar uma única ação sem interferir em milhares de outros sistemas, por isso, quando agimos, devemos ter sempre presente as limitações do conhecimento ecológico atual.

A Ecologia Profunda não se refere à propagação de uma filosofia em particular, mas pretende estimular as pessoas a pensar, de uma forma consistente, sobre a relação entre princípios éticos e práticas ambientais.

4. NAESS, Arne. *Population reduction. An ecosophical view*. Mimeo. *Arquivo Schumacher College*. s/d.

Os esforços para a conservação estão sempre voltados para estreitos interesses humanos, em especial os relacionados com a saúde humana. As pessoas envolvidas com a Ecologia Profunda combinam estes argumentos com aqueles que são independentes dos interesses humanos, como a sobrevivência do próprio elemento que se quer conservar. Naess faz referência ao que chama de ser humano

maduro, que tem a necessidade de combinar às suas argumentações a importância da riqueza e da diversidade.

Indaga se é possível visualizar, de forma realística, uma redução populacional para os próximos séculos ou milênios, considerando a situação atual. Conclui que perspectivas de abrangência muito longas são necessárias para a escolha de políticas sábias agora.

Este artigo trata do conceito da compaixão, que está baseada em um processo de identificação, sendo, de um ponto de vista ético, a justificativa mais forte para relações decentes entre seres capazes de sofrimento.

A responsabilidade dos seres humanos com relação aos seus iguais é um ingrediente importante de qualquer ética compatível com os objetivos do movimento em Ecologia Profunda. Seria uma estranha contradição se tivéssemos compaixão com cada espécie de ser vivo, exceto com os seres humanos.

A ética da compaixão inclui dois conjuntos de normas:

- o cuidado com os seres humanos que já nasceram e sua manutenção, mesmo em situações de extrema dificuldade, como é o caso de crianças em vários países de 3º Mundo;
- a responsabilidade de cada um na geração de novas crianças.

Para Naess, essa responsabilidade não é tomada seriamente por uma percentagem significativa da população de países ricos. Se menos crianças nascessem de pessoas que não desejam seriamente tê-las, ou não têm tempo suficiente para cuidar delas adequadamente, isto certamente afetaria o crescimento

populacional em países ricos.

Em geral, esta discussão está carregada de um forte conteúdo emocional e, “quando se aborda esta questão, imediatamente diversas pessoas imaginam que redução populacional implica em que jovens teriam de abandonar seus planos familiares de gerar suas crianças, talvez, 3, 4 ou 5”. Uma abordagem madura para esta questão indica que este não é o caso.

No sentido conferido por Naess, maturidade envolve não só uma responsabilidade com outros seres humanos, mas com cada forma de vida.

Para o Autor, uma das boas razões para se discutir controle e crescimento populacional em países ricos é a tensão entre esses e os países pobres. Existe uma pressão por parte dos países ricos para que ocorra um decréscimo populacional em países pobres, de forma que algumas áreas naturais sejam mantidas.

Essa postura é injustificável na medida que países ricos não apoiam seus próprios programas de controle populacional, mas, ao contrário, publicam relatórios alarmistas, fazem programas para aumento de fertilidade e assim continuam, em vários aspectos, a destruir áreas naturais.

Ao lidar com questões polêmicas como a populacional, é fundamental abordá-la dentro de um quadro conceitual muito amplo.

Considerando o consumo e a poluição per capita nos países industrializados, a redução populacional, nesses casos, tem tanta prioridade quanto em países em desenvolvimento.

5. NAESS, Arne. *The connection of 'Self-realization!' with diversity, complexity and symbiosis*. Mimeo. *Arquivo Schumacher College*. s/d.

Uma avaliação positiva de diversidade, complexidade e simbiose é fornecida pelo conceito de potencial de Auto-realização e pela idéia de que a Auto-realização total, no mundo, é aumentada pela realização de tais potenciais. O termo potenciais introduz a concepção de pluralidade na unidade.

Cada ser vivo é tomado como exemplo de uma genuína expressão de um potencial para Auto-realização. “Só existe auto-realização através de auto-realizações potenciais”, o que é um aspecto da igualdade biosférica. Um aumento na atualização dos potenciais implica uma contínua evolução em todos os níveis, incluindo as culturas humanas.

6. NAESS, Arne. Deep ecology in good conceptual health. *The Trumpeter*, Victoria, v. 3, p. 18-22, 1986.

Este artigo trata das críticas do filósofo polonês Henrik Skolimovski, que considera que a Ecologia Profunda se encontra em sérios problemas conceituais, em função de 4 características:

- 1 O princípio do anti-anthropocentrismo;
- 2 O princípio da igualdade radical;
- 3 A idéia de totalidade, que diz que tudo está interligado, e que não é uma abordagem original;

- 4 A idéia de um self (eu) que se expande para tornar-se Self (Eu), correta para o Budismo, mas não para ser a mensagem central de uma filosofia ecológica.

Naess comenta esses pontos:

- 1 Nenhum indivíduo envolvido com o movimento em Ecologia Profunda tem manifestado apoio a um princípio de anti-anthropocentrismo, o que ele mesmo considera um princípio negativo e não adequado. Mas vê, dentro do movimento em Ecologia Profunda, uma rejeição a normas estreitas centradas em perspectivas humanas egoístas, como por exemplo, a intensa interferência humana nos sistemas naturais.

- 2 Quanto ao igualitarismo radical, considera que o termo está associado com a idéia de que existe um direito que todas as criaturas vivas têm em comum: o direito de viver e florescer. “Se mato um mosquito, é porque ele me incomoda muito, mas não porque eu tenho mais direito, ou um direito diferente, para viver e me desenvolver”.

Naess registra a insistência em vincular o termo igualitarismo biocêntrico a uma norma geral contra a morte, ou contra uso de qualquer organismo vivo pelos seres humanos, mesmo se feito para satisfazer necessidades humanas vitais.

- 3 A idéia de totalidade é uma expressão vaga que se adequa às idéias sobre os conceitos gerais da Ecologia Profunda, mas necessita detalhamento.
- 4 A idéia de um eu que se expande de forma a se identificar com todos os

seres vivos é um elemento da Ecosofia T e não um elemento central do movimento em Ecologia Profunda. Estes dois elementos devem ser dissociados. Auto-realização é uma norma básica da Ecosofia T, que Naess defende como uma elaboração pessoal, para a qual concorreram experiências que remontam à sua própria infância. Ele considera a capacidade de uma criança observar o mundo tão ou mais propícia do que qualquer condição cultural mais sofisticada, para o desenvolvimento da idéia de unidade e o processo de auto-identificação com o mundo natural.

Naess considera a leitura de Skolimovski inadequada, e acrescenta: “ nós estamos sempre no caminho, tentando articular o que é difícil de articular e não pode ser articulado de uma só vez e para sempre. Conceitualização é um trabalho permanente e diversidade não deveria ser confundida com discordância. Em nossos esforços o slogan de Kropotkin **Ajuda mútua** é central” (p.20).

8. NAESS, Arne. *An example of a place:Tvergastein*. Mimeo. 1988. *Arquivo Schumacher College*.

Naess apresenta, com riqueza de detalhes, sua experiência do conceito de pertencimento ecosférico – a noção de pertencer a algum lugar, sentir-se em casa em certos locais.

Identifica o desenraizamento, característico das pessoas nas sociedades

industriais modernas, com uma perda na relação com a terra e com uma intensa mobilidade.

Um relato de caráter biográfico descreve, minuciosamente, sua vida nas montanhas da Noruega, em especial em sua cabana – Tvergastein. Ao apresentar detalhes do cotidiano, Naess oferece, ao leitor, um flagrante do quanto seus sentimentos íntimos de pertencimento influenciam a elaboração de seu pensamento ecosófico.

9. NAESS, Arne. Deep ecology and ultimate premises. *The Ecologist*, London, v. 18, p. 128-131, 1988.

A Ecologia Profunda não é um dogma rígido, mas uma plataforma que atrai colaboradores de diversas áreas e lhes dá uma base a partir da qual possam repensar as relações da humanidade com a natureza.

Os participantes do movimento não têm uma filosofia ou religião própria em comum - um credo definido, um conjunto de normas ou hipóteses fundamentais - mas partilham de idéias comuns.

O movimento em Ecologia Profunda procura conservar o que ainda existe da riqueza e da diversidade da vida na Terra e isto inclui a diversidade cultural humana. Articula, em suas propostas, premissas básicas, baseadas em diferentes textos sagrados ou em filosofias tradicionais, e experiências comprovadas no exercício das

atividades ecológicas. Os postulados aliam, assim, leituras, estudos e conhecimento empírico.

Para Naess “*a crise ambiental atual tem revelado vários aspectos em comum entre os diferentes colaboradores da Ecologia Profunda. Eles têm percebido que suas oposições e críticas contra as tendências dominantes das sociedades industriais são praticamente as mesmas. Foi esta constatação de pensamentos e conclusões em comum que permitiu a elaboração de um conjunto de princípios básicos que foi denominado a plataforma da Ecologia Profunda*” (p. 128).

A diversidade de abordagens que unem os colaboradores da Ecologia Profunda equivale à analogia entre diferentes línguas e ao fato de que nenhuma pode ser considerada a única correta, permitindo que grupos com diferentes línguas possam chegar a um consenso sobre pontos importantes.

... seria um desastre cultural para a humanidade se uma única religião ou filosofia fosse estabelecida na Terra. Seria um desastre se as sociedades verdes futuras fossem tão semelhantes que bloqueassem o desenvolvimento de diferenças culturais profundas. Assim, os colaboradores da Ecologia Profunda devem procurar não só pontos de concordância, mas aceitar as diferenças que são inevitáveis, para que a riqueza e a diversidade de vida na Terra floresçam (p. 129).

10. NAESS, Arne. Ecosophy, population and free nature. *The Trumpeter*, Victoria, v. 5, p. 113-119, 1988.

A ecologia tem alcançado mais espaço no tratamento de questões que os seres humanos levantam sobre seu futuro.

Com relação à conservação de áreas silvestres, está claro, não é a ausência completa de seres humanos que é decisiva, mas a ausência de certo tipo de interações.

As pessoas são contraditórias, e com certa frequência são inconsistentes com relação às prioridades ambientais e sociais assumidas. Um novo modelo não é construído e implementado de uma só vez e para sempre, mas amadurecido na medida em que são debatidas decisões alternativas, que usam idéias já formuladas e adicionam o que ainda é necessário.

Outro ponto diz respeito à relação entre o tamanho da população humana e a possibilidade de satisfação de necessidades básicas e de suas aspirações. Para Naess isto é possível “com um número de pessoas menor do que o atual, uma distribuição adequada, e de uma interferência per capita consideravelmente menor do que a que ocorre nos países industrializados. Ou seja, uma redução na população é requerida para o bem dos humanos, abstraindo de considerações os outros seres vivos” (p. 115).

Esta conclusão é importante, porque muitos pensam que a redução populacional só tem sentido se for feita para o bem dos não-humanos, ou em função

da lamentável necessidade advinda das limitações do planeta. A satisfação máxima das necessidades humanas e de suas aspirações, assim como a manutenção e continuidade da diversidade cultural, não requer bilhões de indivíduos. Na realidade, o aumento populacional e de consumo tem determinado, pelo contrário, uma série de dificuldades para a manutenção e sobrevivência de inúmeras sociedades tradicionais.

Naess responde às críticas que lhe são feitas por falar sobre redução populacional sem apontar formas, afirmando que isto é feito de propósito e que não cabe a ele dizer como isto deveria ser feito, pois tais questões devem ser discutidas dentro das realidades locais e regionais de cada nação.

11. NAESS, Arne. *Green politics, green parties, deep ecology. How related?* Mimeo. 1988. *Arquivo Schumacher College*.

Naess discute, aqui, a presença de um componente político no movimento em Ecologia Profunda, desde o seu início. Apresenta um breve histórico dos partidos verdes, e detalha 18 pontos que, de seu ponto de vista, deveriam ser considerados na formulação de políticas ambientais. Entre esses pontos destacam-se: controle da poluição, gerenciamento e distribuição de recursos, estabilização da população, lutas de classe, descentralização, auto-suficiência, distinção entre complexo e complicado, diversidade, cultura local, simbiose, igualitarismo, pensamento sistêmico.

Dos 18 pontos, 5 tratam de questões ecológicas e biocêntricas, 3 são políticos, 9 lidam com aspectos sociais amplos e 1 é epistemológico - o qual reafirma que

“Nós não sabemos nada”.

Ao analisar as tendências observadas nas décadas de 70 e 80, Naess observa uma ênfase na adoção de medidas políticas moderadas e conclui que será necessário um período de tempo muito maior do que ele havia pensado inicialmente, para que mudanças efetivas ocorram.

12. NAESS, Arne. *Norway – a developing country with good prospects?* Mimeo, 1988. Arquivo Schumacher College.

O texto recomenda a revisão de filosofias de vida não equilibradas ecologicamente, e deixa claro que um alto padrão de qualidade de vida não está condicionado a uma interferência deletéria ao meio ambiente. Existe algo fora de perspectiva quando as pessoas precisam construir um imenso aparato externo para atingir seus objetivos básicos.

A noção dominante de crescimento econômico deve ser revista e mudanças são necessárias na forma como as pessoas conduzem suas vidas. Essas mudanças consistem em atribuir um valor maior à qualidade de vida do que a padrões materiais de vida. Isto exige profundas reformulações políticas e definição de problemas prioritários. Entretanto, esse caminho será longo e “velhos hábitos morrem com dificuldade”.

Naess sugere que, ao interferir na natureza, é importante considerar a qualidade das ações, e que este questionamento talvez possa conduzir a uma

simplificação no estilo de vida das sociedades modernas.

Os recursos terrestres são suficientes para a população humana viver com qualidade, sem precisar destruir nem as condições de vida de outros seres vivos nem a diversidade de paisagens.

O surgimento e disseminação do conceito de desenvolvimento sustentável, por mais obscuro e questionável que possa ser, determinará uma revisão nos conceitos de países desenvolvidos e em desenvolvimento, uma vez que dentro desta concepção todos os países estão em processo de desenvolvimento, ou seja, em direção ao que é sustentável a longo prazo.

A economia de mercado encoraja o consumo e existe pouca conexão entre estilo de vida, satisfação de necessidades e metas básicas previamente equilibradas, tais como auto-realização.

Há necessidade de uma reinterpretação radical de visões de futuro em relação ao uso de formas simples para satisfazer necessidades básicas. A meta, a longo prazo, é implementar tais mudanças, sem reduzir a qualidade de vida.

14. NAESS, Arne. *For discussion: new version of the 8 points*. Mimeo. 1989. *Arquivo Schumacher College*.

Este artigo apresenta uma reformulação dos oito pontos básicos da Ecologia Profunda. Entre as diversas alterações feitas por Naess, nesta, não datada, posterior a 1984, ele ressalta que não considera muito importante um trabalho contínuo de

reformulação, mas que o realiza no sentido de condensar idéias e da busca de palavras cada vez mais adequadas e simples.

16. NAESS, Arne. *Deep ecology and conservation biology*. Mimeo. 1990. *Arquivo Schumacher College*.

Apesar do intenso compromisso em resgatar o mundo não-humano, os biólogos da conservação percebem a situação precária de milhões de pessoas. Em seu trabalho sobre ecologia profunda e biologia da conservação, Naess expressa claramente a necessidade de cooperação com as populações que vivem em áreas a ser conservadas.

A implementação de reservas da biosfera, que propõem a coexistência pacífica entre os seres humanos e a natureza, depende tanto de um bom conhecimento sobre a biologia local, quanto do apoio das populações regionais.

Não há dicotomia entre conservação da biodiversidade e questões humanas. A discussão está centrada na relação entre estilos de vida e formas de interferência com o mundo natural.

17. NAESS, Arne. *Ethics and ecology*. Mimeo, 1990. *Arquivo Schumacher College*.

Diferentes concepções sobre ética são apresentadas neste artigo. Naess contrapõe ações motivadas por dever com ações realizadas por inclinação natural.

Discute também noções éticas elaboradas por Kant e Spinoza.

O reflexo desses conceitos, no debate ecológico, possibilitaria relações distintas e de diferentes intensidades com o mundo não-humano.

A preocupação ética, na perspectiva de Naess, acentua a necessidade de manutenção da biodiversidade, mais enfaticamente que a reparação de danos causados.

18. NAESS, Arne. *Quality of life research*. Mimeo. 1990. *Arquivo Schumacher College*.

O artigo procura, de diferentes maneiras, conceitualizar e exemplificar noções de qualidade de vida. Atribui importância metodológica, política e filosófica à distinção entre padrão e qualidade de vida.

Padrão de vida diz respeito a posses e qualidade de vida abrange formas de percepção do mundo.

19. NAESS, Arne. *Sustainable development and deep ecology*. Mimeo. 1990. *Arquivo Schumacher College*.

É possível traçar uma linha de pensamento que sugere uma progressão - de um ideal de “progresso” para o de “desenvolvimento” e “crescimento econômico”, e desses para “desenvolvimento sustentável”.

Naess almeja outra etapa, o desenvolvimento ecosófico – com ênfase tanto na necessidade de sabedoria, quanto de ciência e tecnologia. Centros de pensamentos

filosóficos e religiosos devem ser estimulados, da mesma forma que os centros de aprendizagem ecológica, econômica e tecnológica.

Modelos de desenvolvimento ecosoficamente sustentável podem sugerir formas para evitar a destruição de culturas ou a crença em uma vida sem significados, e devem diferir entre si, para assegurar continuidade cultural.

O artigo analisa as propostas do texto “Estratégias para Conservação Mundial”, publicado pela UICN, apontando diferenças com a plataforma em Ecologia Profunda, com base na valoração da vida não-humana. “Desenvolvimento” é definido pela UICN como modificação da biosfera e utilização dos recursos vivos e não-vivos, para satisfazer necessidades humanas e aprimorar a qualidade de vida.

Devido a diferentes padrões de consumo, problemas populacionais são relevantes em cada país, sendo que nos países industrializados a responsabilidade é maior.

20. NAESS, Arne. *Self-realization in mixed communities of humans, bears, sheep and wolves*. Mimeo. 1991. *Arquivo Schumacher College*.

O artigo introduz princípios da ecosofia T no cerne das discussões relativas ao tratamento das espécies animais, considerando que abordagens econômico-políticas devem ser complementadas por atitudes determinadas pela reflexão filosófica. Questões como direitos iguais entre todos os seres, *em princípio*, não deveriam estar distanciadas da idéia da auto-realização plena, que permitiria aos

seres humanos uma convivência pacífica e equilibrada com todos os seres vivos.

21. NAESS, Arne. *Sustainability: The integral approach*. Mimeo. 1991. *Arquivo Schumacher College*.

Esse trabalho salienta que sustentabilidade ecológica exige a conservação da riqueza e da diversidade de todas as formas de vida presentes na Terra, já que elas têm valor intrínseco, e não representam apenas a manutenção de recursos para seres humanos. Valor intrínseco é uma premissa política para proteção.

Outros aspectos ressaltados são a necessidade de integrar teoria com prática de vida, definir valores prioritários e buscar formas adequadas de implementar medidas sustentáveis que conduzam a estilos de vida ecologicamente equilibrados.

Uma sustentabilidade ecológica ampla é percebida como um desafio para aumentar a qualidade de vida humana e não como uma ameaça.

O texto chama a atenção para o fato de que, em geral, qualquer extensão de cuidado além de seres humanos é vista como uma diminuição de interesse pelos seres humanos, referindo-se às críticas dirigidas a pessoas que cuidam de animais, enquanto milhões de crianças passam fome.

Esta análise demonstra que tais críticas trazem em si uma grande alienação, ou falta de compreensão, dos vários processos que determinam tanto uma situação quanto a outra.

22. NAESS, Arne. *Architecture and the deep ecology movement*. Mimeo. 1992. *Arquivo Schumacher College*.

O texto ressalta que dois setores necessitam incorporar perspectivas de longo prazo: arquitetura, concebida como qualquer tipo de modificação sobre ecossistemas, e questões populacionais.

São apontadas três formas possíveis de ocupação do espaço, que deveriam ser consideradas em propostas de planejamento:

- Áreas de “natureza livre”- áreas sem predominância humana, onde uma população humana dispersa pode ocorrer, sem interferir significativamente com a fauna, a flora e outras formas de vida.
- Áreas silvestres - áreas com presença humana, onde os processos econômicos não determinam uma destruição das outras formas de vida.
- Áreas dominadas pelos seres humanos – áreas urbanas que concentram populações, atividades e interesses exclusivamente humanos, em detrimento do ecossistema.

O autor sugere uma distribuição adequada entre essas diferentes áreas de ocupação, de forma a equilibrar as cidades, não distanciando espaços de trabalho dos de lazer e permitindo a continuidade da vida não-humana.

23. NAESS, Arne. *Beautiful action. Its function in the ecological crisis*. Mimeo. 1992. *Arquivo Schumacher College*.

O texto amplia o conceito de identificação, ao incorporar os conceitos de ações morais e ações belas, inspirados em Kant.

Para Naess, ações morais são aquelas que ocorrem motivadas apenas por respeito a leis morais, feitas exclusivamente por obrigação ou dever. Já as ações realizadas por uma inclinação, mesmo que prescritas por leis morais, mas feitas por um movimento natural, são as chamadas ações belas.

26. NAESS, Arne. *Identification as a source of deep ecological attitudes*. Mimeo. 1992. *Arquivo Schumacher College*.

A Ecosofia T constitui a visão filosófica específica de Arne Naess. Outras pessoas, se motivadas a formular suas visões de mundo e seus valores prioritários, podem chegar a outras ecosofias: Ecosofia A, B, etc. Os elementos básicos da Ecosofia T são auto-realização e identificação.

Identificação é um processo espontâneo, não racional, mas também não irracional, através do qual o interesse de outros seres são vistos como sendo nossos. O oposto de identificação é alienação. Na medida que a identificação aumenta a alienação diminui. Cada nova identificação corresponde a uma expansão do Eu.

Um alto nível de identificação não elimina um conflito de interesses já que o atendimento de interesses vitais implica sempre na interação humana com algum

outro ser vivo.

A busca da auto-realização, concebida como uma atualização ou desenvolvimento do Eu, ocupa-se daquilo que o altruísmo deve alcançar. Assim a distinção entre egoísmo e altruísmo é superada, pois não existe a necessidade de altruísmo em relação a alguém, ou algo, com quem nos identificamos.

Ações motivadas por valores morais, que correspondem ao que é moralmente esperado e socialmente adequado, são totalmente diferentes de ações que fazem parte de nós, que refletem o nosso compromisso com uma verdade internalizada e não simplesmente executada por uma razão moral.

Nos termos da Ecologia Profunda, maturidade expressa o que é latente na natureza do ser. As atuais condições de competição prevalecentes nas sociedades modernas tendem a inibir esse processo de maturação, o que determina muita ênfase sobre o altruísmo e a pressão moral.

Sintetizando, nas palavras de Naess: *“a expansão do eu implica em perspectivas e experiências mais amplas e busca de um alto grau de atividade (o que não quer dizer estar continuamente ocupado). O estado de alienação, em geral, determina sentimentos de ameaça e/ou uma percepção estreita. Os direitos dos outros seres vivos são percebidos como um perigo, mas o processo de identificação me diz que se eu tenho direito a viver, você tem o mesmo direito”* (p. 6).

28. NAESS, Arne. *The spectacular, an enemy?* Mimeo. 1992. *Arquivo Schumacher College*.

Este texto foi inspirado por uma visita ao Grand Canoyne, nos Estados Unidos, que levou Naess a uma série de reflexões sobre o cultivo da sensibilidade em contraposição à busca de estímulos cada vez mais fortes e intensos.

Ele percebe a necessidade de um crescimento interno, de uma condição de maturidade, que ultrapasse um movimento externo na procura contínua de estímulos. Afirma que a superação da alienação também ocorre pelo desenvolvimento da sensibilidade.

5.3. Bibliografia geral e referências bibliográficas.

- ALPHANDÉRY, Pierre & BITOUN, Pierre & DUPONT, Yves. *O Equívoco Ecológico. Riscos Políticos*. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- ANDERSON, E. N. *Ecologies of the Heart*. New York: Oxford , 1996.
- BARBIERI, José Carlos. *Desenvolvimento e Meio Ambiente - As Estratégias de Mudanças da Agenda 21*. Petrópolis: Vozes , 1997.
- BARROWS, Anita. The ecopsychology of child development. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E. & KANNER, Allen D. *Ecopsychology*. San Francisco: Sierra Club Books, 1995.
- BATCHELOR, Martine & BROWN, Kerry. *Buddhism and Ecology*. New York: Cassell, 1992.
- BATESON, Gregory. *Steps to an Ecology of Mind*. New York: Ballantine Books, 1978.
- _____. *Mente e Natureza. A Unidade Necessária*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- BRAMWELL, Anna. *Ecology in the 20 th Century - A History*. London: Yale University Press, 1989.
- BRANCO, Samuel M. *O meio ambiente em debate*. São Paulo: Editora Moderna, 1988.
- BRANCO, Samuel M. *Ecossistêmica: Uma Abordagem Integrada dos Problemas do Meio Ambiente*. São Paulo: Edgard Blücher, 1989.
- BRANCO, Samuel M. & ROCHA, Aristides. *Elementos da Ciência do Ambiente*. São Paulo: Cetesb, 1987.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *Somos as águas puras*. Campinas: Papirus, 1994.

- CADERNOS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL. *CONCEITOS para se fazer Educação Ambiental*. São Paulo: Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1997.
- CALLENBACH, Ernest et al. *EcoManagement*. San Francisco: Berrett-Koehler, 1993.
- CAPRA, Fritjof. *O Ponto de Mutação*. São Paulo: Cultrix, 1982.
- _____. A systems view of the world. *Resurgence*, 151, p. 34-37, 1992.
- _____. The Web of Life. *Resurgence*, 178, p. 24-29, 1996.
- _____. *The Web of Life*. London: HarperCollins, 1997.
- CARACAS REPORT ON ALTERNATIVE DEVELOPMENT INDICATORS *Redefining Wealth and Progress*. New York: TOES Books, 1990.
- CARSON, Rachel. *Silent Spring*. London: Penguin Books, 1991.
- CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma Sociedade Sustentável*. São Paulo: Cortez, 1995.
- COIMBRA, J. de Ávila Aguiar. *O Outro Lado do Meio Ambiente*. São Paulo: CETESB, 1985.
- CMMAD. COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- DALY, Herman E. & COBB Jr., John B. *For the Common Good*. Boston: Green Print, 1990.
- DALY, Herman E. (Org.). *Economía, Ecología, Ética*. Ensayos hacia una economía en estado estacionario. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- DEVALL, Bill. *Living Richly in an Age of Limits: Using Deep Ecology for an Abundant Life*. Layton: Gibbs Smith, 1993.
- DEVALL, Bill & SESSIONS, George. *Deep Ecology: Living as if nature mattered*. Layton: Gibbs Smith, 1985.
- DIEGUES, Antonio Carlos. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- DOUTHWAITE, Richard. *The Growth Illusion. How Economic growth has enriched the few, impoverished the many, and endangered the planet*. Devon: Resurgence Books, 1992.
- DRENGSON, Alan. *Beyond Environmental Crisis*. New York: Peter Lang, 1989.
- DRENGSON, Alan. *The Practice of Technology*. New York: SUNY, 1995.
- DRENGSON, Alan & INOUE, Yuichi (Org.). *The Deep Ecology Movement. An Introductory Anthology*. Berkeley: North Atlantic Books, 1995.
- DUPUY, Jean Pierre. *Introdução à crítica da ecologia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- EASTERBROOK, Gregg. *A Moment on the Earth. The Coming Age of Environmental Optimism*. London: Penguin Books, 1995.
- ECKERSLEY, Robyn. *Environmentalism and political theory. Towards an ecocentric approach*. London: UCL Press Limited, 1992.
- EKINS, Paul & MAX-NEEF, Manfred (Eds.). *Real-Life Economics. Understanding Wealth Creation*. London: Routledge, 1992.
- EKINS, Paul (Ed.). *The Living Economy. A New Economics in the Making*. London: Routledge, 1986.
- FERREIRA, Leila da Costa. Estado e ambiente – a política ambiental no Estado de São Paulo. *Primeira versão*, Campinas, v. 10, 1990.

- FERREIRA, Leila da Costa. *A Questão Ambiental. Sustentabilidade e Políticas Públicas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1998.
- FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (Orgs.). *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1996.
- FERREIRA, Lúcia da Costa. Os ambientalistas, os direitos sociais e o universo da cidadania. In: FERREIRA, Leila da Costa & VIOLA, Eduardo (Orgs.). *Incertezas de Sustentabilidade na Globalização*. Campinas: Editora da UNICAMP, p. 241- 277, 1996.
- FERRY, Luc. *A Nova Ordem Ecológica: A Árvore, o Animal, o Homem*. São Paulo: Editora Ensaio, 1994.
- FOX, Warwick. *Toward a Transpersonal Ecology: Developing New Foundations for Environmentalism*. London: Shambhala, 1990.
- GOLDSMITH, Edward. *The Way. An Ecological World-View*. Devon: Themis Books, 1996.
- GONÇALVES, Carlos W. P. *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1996.
- GORELICK, Steven. *Small is beautiful, big is subsidised*. Dartington: International Society for Ecology and Culture, 1998.
- GORZ, André. *Ecologie et Politique*. Paris: Ed. du Seuil, 1978.
- GOTTLIEB, Roger S. (Org.). *This Sacred Earth: Religion, Nature, Environment*. New York: Routledge, 1996.
- GOTTLIEB, Roger S. (Org.). *The Ecological Community*. New York: Routledge, 1997.
- GROVE, Richard H. *Ecology, Climate and Empire*. Cambridge: White Horse Press, 1997.

- GRUMBINE, R. Edward. *Ghost Bears. Exploring the Biodiversity Crisis*. Washington: Island Press, 1992.
- GRÜN, Mauro. *Ética e Educação Ambiental: A Conexão Necessária*. Campinas, SP: Papirus, 1996.
- HABERMAS, Jurgen. Técnica e ciência enquanto ideologia. Textos escolhidos, col. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1975.
- HAMILTON, Lawrence S. *Ethics, religion and biodiversity*. Cambridge: The White Horse Press, 1993.
- HANH, Thich Nhat. *The Heart of Understading*. Berkeley: Parallax Press, 1988.
- HARDING, Stephan. What is Deep Ecology. *Resurgence*, no. 185, p. 14-17, 1997.
- HARMAN, Willis. *Toward a New Eco-nomics*. Sausalito: Institute of Noetic Sciences, 1994.
- HENDERSON, Hazel. *Transcendendo a Economia*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- HOEFEL, João Luiz. Arne Naess e os oito pontos da ecologia profunda. *Temáticas*, Campinas, 4(7): p. 69-89, jan./jun., 1996.
- HOEFEL, João Luiz & VIANA, Rosa Maria. A questão ambiental e o debate atual. Algumas considerações. *Horizontes*, v. 10, n.2, p. 33 – 54, 1992.
- HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo F. Dilemas socioambientais e desenvolvimento sustentável. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992
- HORGAN, John. *The End of Science*. New York: Broadway Books, 1997.
- IBASE. *Conflitos Ambientais no Brasil. Natureza para todos ou somente para alguns?* Rio de Janeiro: IBASE, 1997.
- ILLICH, Ivan. *La Convivialité*. Paris: Ed. du Seuil, 1973.
- IUCN & UNEP & WWF. *Caring for the Earth: A Strategy for Sustainable Living*. Gland: IUCN, 1991.

- JECUPÉ, Kaka Werá. *A terra dos mil povos*. São Paulo: Editora Fundação Peirópolis, 1998.
- KENNEDY, Paul. *Preparing for the Twenty-first Century*. London: Fontana Press, 1993.
- KRISHNAMURTI, J. *On Nature and the Environment*. London: Victor Gollancz, 1992.
- KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1997.
- KVALÖY, Sigmund. A Tale of two Countries. *Resurgence*, no. 159, p. 14-17, 1993.
- LEAR, Linda. *Rachel Carson: Witness for Nature*. London: The Penguin Press, 1997.
- LEOPOLD, Aldo. *A Sand County Almanac*. New York: Ballantine Books, 1970.
- LOVELOCH, J. E. *GAIA. A New Look at Life on Earth*. Oxford: Oxford, 1987.
- LYNCH, Tony. Deep Ecology as an Aesthetic Movement. *Environmental Values*, vol. 5, n. 2, p. 147-160, 1996.
- McLAUGHLIN, Andrew. *Regarding Nature: Industrialism and Deep Ecology*. Albany: State University of New York, 1993.
- MACY, Joanna. *World as Lover, World as Self*. London: Rider, 1993.
- MANDER, Jerry. Leaving the earth: space colonies, Disney and EPCOT. In: SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, p. 311-319, 1995.
- MARCUSE, H. *Razão e revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- MARÉS de SOUZA, Carlos Frederico Filho. Biodiversidade cultural. In: *Anais do Encontro India-Brasil*, Uberaba, outubro de 1998 (no prelo).

- MARKANDYA, Anil & RICHARDSON, Julie (Eds.). *Environmental Economics*. London: Earthscan, 1993.
- MATHEWS, Freya. *The Ecological Self*. London: Routledge, 1993.
- MAX-NEEF, Manfred A. *From the Outside Looking In*. London: Zed Books, 1992.
- MAX-NEEF, Manfred et al. *Desarrollo a Escala Humana – una opción para el futuro*. Uppsala: Fundación Dag Hammarskjöld, 1986.
- MENOTTI, Vitor. Globalization and the acceleration of forest destruction since Rio. *The Ecologist*, v. 28, n. 6, p. 354-362, 1998.
- METZNER, Ralph. The psychopathology of the human-nature relationship. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E. & KANNER, Allen D. *Ecopsychology*. San Francisco: Sierra Club Books, p. 55-67, 1995.
- MIES, Maria & SHIVA, Vandana. *Ecofeminism*. London: Zed Books, 1993.
- MILBRAITH, Lester W. *Envisioning a sustainable society*. Albany: SUNY, 1989.
- MILLER, G. Tyler. *Living in the environment*. Belmont: Wadsworth, 1996.
- MILTON, Kay. *Environmentalism. The view from anthropology*. London: Routledge, 1993.
- MILTON, Kay. *Environmentalism and cultural theory*. London: Routledge, 1996.
- MORÁN, Emílio F. *The Ecosystem Approach in Anthropology*. Michigan: The University of Michigan Press, 1990.
- MORIN, Edgar. *O método. 1. A natureza da natureza*. Lisboa: Publicações Europa-America, 1977.
- MUIR, John. *The eight wilderness – discovery books*. London: Diadem, 1992.
- MÜLLER-PLANTENBERG, Clarita & AB'SABER, Aziz Nacib. *Previsão de Impactos*. São Paulo: EDUSP, 1994.

- NASR, Seyyed Hossein. *O Homem e a Natureza*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- NOIN, Daniel. *L'humanité sur la planète*. Paris: UNESCO, 1997.
- NOVO, María & LARA, Ramón (Coords.). *La Interpretación de la Problemática Ambiental: Enfoques Básicos - I*. Madrid: UNESCO, 1997.
- NOVO, María & LARA, Ramón (Coords.). *El Análisis Interdisciplinar de la Problemática Ambiental - II*. Madrid: UNESCO, 1997.
- OELSCHLAEGGER, Max (Ed.). *The Idea of Wilderness*. London: Yale University Press, 1991.
- OELSCHLAEGGER, Max (Ed.). *The Wilderness Condition. Essays on Environment and Civilization*. Covelo: Island Press, 1992.
- ORR, David W. *Earth in Mind. On Education, Environment, and the Human Prospect*. Covelo: Island Press, 1994.
- LAGO, Antonio & PADUA, José Augusto. *O que é ecologia*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PADUA, Suzana Machado & TABANEZ, Marlene Francisca (Orgs.). *Educação Ambiental - Caminhos Trilhados no Brasil*. Brasília: IPÊ, 1997.
- PEARS, David. *As idéias de WITTGENSTEIN*. São Paulo: Cultrix, 1988.
- PEPPER, David. *Eco-Socialism: from deep ecology to social justice*. London: Routledge, 1993.
- PERLIN, John. *História das Florestas. A importância da madeira no desenvolvimento da civilização*. Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- PETERSON, Markus, J. & PETERSON, Tarla Rai. Ecology: Scientific, Deep and Feminist. *Environmental Values*, vol. 5, n. 2, p. 123-146, 1996.
- PHIPPS, John-Francis. *The Politics of inner experience. Dynamics of a green spirituality*. London: Green Print, 1990.
- PONTING, Clive. *A green history of the world*. London: Penguin Books, 1991.

- POSEY, Darrell Addison. The "Balance Sheet" and the "Sacred Balance": valuing the knowledge of indigenous and traditional peoples. *Worldviews. Environment, culture, religion*. 2(2): 91-106, August, 1998.
- PRIMACK, R. B. *Essentials of Conservation Biology*. Sunderland: Sinauer, 1993.
- ROBERT, Karl-Henrik. Cycle of Nature. *Resurgence*, vol. 178, p. 18-22, 1996.
- RODRIGUES, Adyr Balastreri. *Turismo e Espaço - Rumo a um Conhecimento Transdisciplinar*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- ROSZAK, Theodore. *Where the wasteland ends*. Berkeley: Celestial Arts, 1972.
- _____. *The voice of the earth*. New York: Touchstone, 1992.
- ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E. & KANNER, Allen D. *Ecopsychology*. San Francisco: Sierra Club Books, 1995.
- ROTHENBERG, D. *Is it painful to think? Conversations with Arne Naess*. London: University of Minnesota Press, 1993.
- RYN, Sim Van der. *The Toilet Papers. Recycling Waste and Conserving Water*. Sausalito: Ecological Design Press, 1995.
- SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento. Crescer sem Destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.
- SACHS, Wolfgang (Ed.). *Global Ecology: A New Arena of Political Conflict*. London, Zed Books. 1993.
- SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SCHMITT, Peter J. *Back to Nature. The Arcadian Myth in Urban America*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1990.
- SCHUMACHER, E. F. *A Guide for the Perplexed*. London: Vintage, 1995.

- SCHUMACHER, E. F. *O Negócio é ser Pequeno. Um Estudo de Economia que leva em conta as pessoas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- SCHWARZ, Walter and Dorothy. *Breaking Through: Theory na Praticice of Wholistic Living*. Devon: Green Books, 1987.
- SHEPARD, Paul. Nature and madness. In: ROSZAK, Theodore; GOMES, Mary E. & KANNER, Allen D. *Ecopsychology*. San Francisco: Sierra Club Books, p. 21- 40, 1995.
- SERRES, Michel. *O Contrato Natural*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- SESSIONS, George. The Age of Deep Ecology. *Resurgence*, no. 161, p. 13-15, 1993.
- SESSIONS, George (Org.). *Deep Ecology for the 21st Century*. London: Shamballa, 1995.
- SHELDRAKE, Rupert & FOX, Matthew. *Natural Grace*. Dialogues on Science & Spirituality. London: Bloomsbury, 1996.
- SHELDRAKE, Rupert. *A New Science of Life*. London: Paladin, 1987.
- SHELDRAKE, Rupert. *O Renascimento da Natureza. O Reflorescimento da Ciência e de Deus*. São Paulo: Cultrix, 1991.
- SIMMONS, I. G. *Environmental History. A Concise Introduction*. Oxford: Blackwell, 1993.
- SMITH, Neil. *Desenvolvimento Desigual*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.
- SNYDER, Gary. *The Practice of the Wild*. New York: North Point Press, 1990.
- SOULÉ, Michael E. & LEASE, Gary (Eds.). *Reinventing Nature? Responses to Postmodern Deconstruction*. New York: Island Press, 1995.
- SPINOZA, Baruch. *Ética demonstrada à maneira dos geômetras*. Trad. de Antônio Simões. Coimbra : Biblioteca Filosófica, Atlântida, 1965.

- STAHEL, Andri Werner. De Estocolmo ao Rio: A mutação da problemática e do movimento ecológico. In: *FEA/USF – Ciências Ambientais*. Bragança Paulista: EDUSF, p. 7 – 26, 1995
- STEWART, Frank. *A Natural History of Nature Writing*. Covelo: Island Press, 1995.
- THOREAU, Henry David. *Walden; or, Life in the Woods*. New York: Dover Publications, 1995.
- TORCHIA, Adela Diubaldo. Gandhi's *Khadi* spirit and deep ecology. *Worldviews*, v. 1, n. 3, p.231 – 247, 1997.
- TULKU, Tarthang. *Conhecimento da Liberdade. Tempo de Mudança*. São Paulo: Dharma, 1990.
- UNGER, Nancy Mangabeira. Palestra proferida no *II Congresso Holístico Internacional*, realizado pela Fundação Cidade da Paz, em Belo Horizonte de 9 a 13 de Julho de 1991.
- VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica. In: *Ecologia e Política no Brasil*. Rio de Janeiro: Espaço e tempo/IUPERJ, 1987.
- VALLADARES-PADUA, Claudio & BODMER, Richard E. *Manejo e Conservação de Vida Silvestre no Brasil*. Brasília: CNPq, 1997.
- WACKERNAGEL, Mathis & REES, William. *Our Ecological Footprint. Reducing Human Impact on the Earth*. Gabriola Island: New Society Publishers, 1996.
- WHITE, Lynn. The historical roots of our ecological crisis. In: GOTTLIEB, Roger S. *This Sacred Earth – religion, nature, environment*. London: Routledge, p. 184-193, 1966.
- WILBER, Ken. *A Brief History of Everything*. Dublin: Gill & Macmillan, 1996.

- WILBER, Ken. *Sex, Ecology, Spirituality*. London: Shambhala, 1995.
- WILSON, E. O. (Org.). *Biodiversidade*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- WITOSZEK, Nina. Arne Naess and the Norwegian Nature Tradition. *Worldviews: Environment, Culture, Religion*, vol. 1, n.1, p. 57-73, 1997.
- WOODHOUSE, Tom (Ed.). *People and Planet. Alternative Nobel Prize Speeches*. Devon: Green Books, 1987.
- WORSTER, Donald. *Nature's Economy. A History of Ecological Ideas*. Cambridge: Cambridge, 1994.
- WYCK, Peter C. van. *Primitives in the Wilderness. Deep Ecology and the Missing Human Subject*. New York: SUNY, 1997.
- ZIMMERMAN, Michael E. *Contesting Earth's Future: Radical Ecology and Postmodernit*. Berkley: University of California Press, 1994.
- ZIMMERMAN, Michael. Arne Naess, celebrant of diversity. *The Trumpeter*, Victoria, v. 9, p. 61-62, 1992.